

Curso

O Capital



Curso de Formação
Abril - 2009

Sumário

O Capital. Crítica da Economia Política,
de Karl MARX

Livro 1 – O Processo de Produção do Capital

Texto 1: Cap. I – A Mercadoria Itens 01, 02 e 03	03
Texto 2: Cap. III – O Dinheiro ou a Circulação de mercadorias. Item 01: A medida do valor	10
Texto 3: Cap. IV: A Transformação do dinheiro em capital Itens 01, 02 e 03	15
Texto 4: Cap. V – O Processo de Trabalho e o Processo de Valorização Item 02: O processo de produzir mais-valia	26
Texto 5: Cap. X – O Conceito de Mais-valia relativa	32
Texto 6: Cap. XXIII – A Lei Geral da Acumulação Capitalista itens 01, 02 e 03	37

Apêndice:

Texto 7: MANDEL, Ernest, <i>O Capital</i> . 100 anos de controvérsias em torno a obra de Karl Marx. Item: “O Nivelamento da Taxa de Lucro”	52
---	----

Livro 3 – O Processo Global de Produção do Capital

Texto 8: Cap. XIII – A Lei Enquanto Tal	56
Texto 9: Cap. XIV – Causas Contrariantes	66
Texto 10: Cap. XV – Desenvolvimento das Contradições Internas da Lei Itens 2 e 3	71
Texto 11: Cap. XXX – Capital Monetário e Capital Real - I	78

Referência bibliográfica	80
---------------------------------	----

Texto 1: Cap. I - A mercadoria

1. Os dois fatores da mercadoria: Valor de uso e valor (substância do valor, grandeza do valor)

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias”¹ e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa². Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção.

Cada coisa útil, como ferro, papel etc., deve ser encarada sob duplo ponto de vista, segundo qualidade e quantidade. Cada uma dessas coisas é um todo de muitas propriedades e pode, portanto, ser útil, sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico.³ Assim como também o é a descoberta de medidas sociais para a quantidade das coisas úteis. A diversidade das medidas de mercadorias origina-se em parte da natureza diversa dos objetos a serem medidos, em parte de convenção.

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso.⁴ Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante etc. é, portanto, um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. O exame dos valores de uso pressupõe sempre sua determinação quantitativa,

Como dúzia de relógios, vara de linho, tonelada de ferro etc. Os valores de uso das mercadorias fornecem o material de uma disciplina própria, a merceologia.⁵ O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do — valor de troca.

O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam⁶ contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente,

¹ MARX, Karl. *Zur Kritik der politischen Oekonomie*. Berlim, 1859, p. 3.

² "Desejo inclui necessidade, é o apetite do espírito e tão natural como a fome para o corpo. (...) a maioria (das coisas) tem seu valor derivado da satisfação das necessidades do espírito." (BARBON, Nicholas. *A Discourse on Coining the New Money Lighter. In Answer to Mr. Locke's Considerations* etc. Londres, 1696. p. 2-3.)

³ "Coisas têm uma *intrinsic virtue*" (isto para Barbon é a específica designação para valor de uso) "que é igual em toda parte, assim como a do ímã de atrair o ferro" (*op. cit.*, p. 6). A propriedade do ímã de atrair ferro só se tornou útil depois de descobrir-se por meio dela a polaridade magnética.

⁴ "O *worth* natural de cada coisa consiste em sua aptidão para satisfazer as necessidades ou servir às comodidades da vida humana." (LOCKE, John. *Some Considerations on the Consequences of the Lowering of Interest*. 1691. In: Works. Edit. Londres, 1777. v. II, p. 28.) No século XVII encontramos ainda, com frequência, nos escritores ingleses, *worth* para valor de uso e *value* para valor de troca, totalmente no espírito de um idioma que gosta de expressar as coisas diretas com um termo germânico, e as coisas refletidas com um termo românico.

⁵ Na sociedade burguesa domina a *fictio juris*, que cada pessoa, como comprador, possui um conhecimento enciclopédico das mercadorias.

⁶ "O valor consiste na relação de troca que se estabelece entre uma coisa e outra, entre a quantidade de um produto e a de outro." (LE TROSNE. "De l'Intérêt Social". In: *Physiocrates*. Ed. Daire, Paris, 1846. p. 889.)

intrínseco à mercadoria (*valeur intrinsèque*), portanto uma *contradictio in adjecto*.⁷ Observemos a coisa mais de perto.

Determinada mercadoria, 1 *quarter* de trigo, por exemplo, troca-se por x de graxa de sapato, ou por y de seda, ou por z de ouro etc., resumindo por outras mercadorias nas mais diferentes proporções. Assim, o trigo possui múltiplos valores de troca em vez de um único. Porém, sendo x de graxa, assim como y de seda ou z de ouro o valor de troca de 1 *quarter* de trigo, x de graxa, y de seda, z de ouro etc. têm de ser valores de troca permutáveis uns pelos outros ou iguais entre si. Por conseguinte, primeiro: os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Segundo, porém: o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a “forma de manifestação” de um conteúdo dele distinguível.

Tomemos ainda duas mercadorias, por exemplo, trigo e ferro. Qualquer que seja sua relação de troca, poder-se-á, sempre, representá-la por uma equação em que dada quantidade de trigo é igualada a alguma quantidade de ferro, por exemplo, 1 *quarter* de trigo = a quintais de ferro. Que diz essa equação? Que algo em comum da mesma grandeza existe em duas coisas diferentes, em 1 *quarter* de trigo e igualmente em a quintais de ferro. Ambas são, portanto, iguais a uma terceira, que em si e para si não é nem uma nem outra. Cada uma das duas, enquanto valor de troca, deve, portanto, ser redutível a essa terceira.

Um simples exemplo geométrico torna isso evidente. Para determinar e comparar as áreas de todas as figuras retilíneas tem-se que decompô-las em triângulos. O triângulo, por sua vez, reduz-se a uma expressão completamente diferente de sua figura visível — a metade do produto de sua base pela sua altura. O mesmo ocorre com os valores de troca das mercadorias: tem-se que reduzi-los a algo comum, do qual eles representam um mais ou um menos.

Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias. Suas propriedades corpóreas só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valor de uso. Por outro lado, porém, é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias. Dentro da mesma um valor de uso vale exatamente tanto como outro qualquer, desde que esteja disponível em proporção adequada. Ou como diz o velho Barbon:

“Uma espécie de mercadoria é tão boa quanto a outra se o seu valor de troca for igual. Pois não existe nenhuma diferença ou distinção entre coisas de valor de troca igual”.⁸

Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso.

Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato.

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é

⁷ “Nada pode ter um valor de troca intrínseco” (BARBON, N. *Op. cit.*, p. 6), ou, como diz Butler: “O valor de uma coisa é justamente tanto quanto ela renda.”* * Modificação de um citado da epopéia *Hudibras* de Samuel Butler. Parte Segunda. Canto I. (N. da Ed. Alemã.)

⁸ “One sort of wares are as good as another, if the value be equal. There is no difference or distinction in things of equal value. (...) One hundred pounds worth of lead or iron, is of as great a value as one hundred pounds worth of silver and gold.”* (BARBON, N. *Op. cit.*, p. 53 e 7.)

* “... 100 libras esterlinas de chumbo ou ferro têm o mesmo valor que 100 libras esterlinas de ouro ou prata.” (N. dos T.)

apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a

todas elas, são elas valores — valores mercantis.

Na própria relação de troca das mercadorias seu valor de troca apareceu-nos como algo totalmente independente de seu valor de uso. Abstraindo-se agora, realmente, o valor de uso dos produtos do trabalho obtém-se seu valor total como há pouco ele foi definido. O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor. O prosseguimento da investigação nos trará de volta ao valor de troca, como a maneira necessária de expressão ou forma de manifestação do valor, o qual deve ser, por agora, considerado independentemente dessa forma.

Portanto, um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do *quantum* nele contido da “substância constituidora do valor”, o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc.

Se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendido durante a sua produção, poderia parecer que quanto mais preguiçoso ou inábil seja um homem, tanto maior o valor de sua mercadoria, pois mais tempo ele necessita para terminá-la. O trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem. A força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média, contanto que na produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de

trabalho. Na Inglaterra, por exemplo, depois da introdução do tear a vapor, bastava talvez somente metade do trabalho de antes para transformar certa quantidade de fio em tecido. O tecelão manual inglês precisava para essa transformação, de fato, do mesmo tempo de trabalho

que antes, porém agora o produto de sua hora de trabalho individual somente representava meia hora de trabalho social e caiu, portanto, à metade do valor anterior.

É, portanto, apenas o *quantum* de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor.⁹ A mercadoria individual vale aqui apenas como exemplar médio de sua espécie.¹⁰ Mercadorias que contêm as mesmas quantidades de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, têm, portanto, a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra.

“Enquanto valores todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado.”¹¹

⁹ Nota à 2ª edição. “The value of them (the necessaries of life) when they are exchanged the one for another, is regulated by the quantity of labour necessarily required, and commonly taken in producing them.” “O valor de objetos de uso, tão logo eles são trocados entre si, é determinado pelo *quantum* de trabalho necessariamente exigido e habitualmente usado para sua produção.” (*Some Thoughts on the Interest of Money in General, and Particularly in the Public Funds* etc. Londres. p. 36-37). Esse notável escrito anônimo do século passado não traz data. De seu conteúdo deduz-se, entretanto, que ele apareceu sob Jorge II, por volta de 1739 ou 1740

¹⁰ “Todos os produtos da mesma espécie formam propriamente apenas uma massa, cujo preço é determinado de forma geral e sem consideração às situações especiais.” (LE TROSNE, *Op. cit.*, p. 893.)

¹¹ MARX, K. *Op. cit.*, p. 6.

A grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria portanto constante, caso permanecesse também constante o tempo de trabalho necessário para sua produção. Este muda, porém, com cada mudança na força produtiva do trabalho. A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. Assim, por exemplo, o mesmo *quantum* de trabalho em condições climáticas favoráveis, se representa em 8 *bushels* de trigo, em condições climáticas desfavoráveis, em somente 4. A mesma quantidade de trabalho fornece mais metais em minas ricas do que em minas pobres etc. Diamantes aparecem muito raramente na crosta terrestre; encontrá-los custa, portanto, em média, muito tempo de trabalho. Em consequência representam, em pouco volume, muito trabalho. Jacob duvida que o ouro tenha alguma vez pago seu valor total.¹² Com maior razão, vale isso para o diamante. Segundo Eschwege, em 1823 a exploração de oitenta anos das minas de diamante, no Brasil, não alcançava sequer o preço do produto médio de 1,5 ano das plantações

brasileiras de açúcar ou café, apesar de que ela representava muito mais trabalho e, portanto, mais valor. Com minas mais ricas o mesmo *quantum* de trabalho representar-se-ia em mais diamantes, e diminuiria o seu valor. Caso se conseguisse, com pouco trabalho, transformar carvão em diamante, o valor deste poderia cair abaixo do de tijolos. Genericamente, quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor o seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo, tanto maior o seu valor. A grandeza do valor de uma mercadoria muda na razão direta do *quantum*, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza.¹³

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. {E não só para outros simplesmente. O camponês da Idade Média produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, e o trigo do dízimo para o clérigo. Embora fossem produzidos para outros, nem o trigo do tributo nem o do dízimo se tornaram por causa disso mercadorias. Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca.}¹⁴ Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor, sem ser objeto de uso. Sendo inútil, do mesmo modo é inútil o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não constitui nenhum valor.

2. Duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias

A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como algo dúplice, valor de uso e valor de troca. Depois mostrou-se que também o trabalho, à medida que é expresso no valor, já não possui as mesmas características que lhe advêm como produtor de valores de uso. Essa natureza dupla da mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim.¹⁵ Como esse ponto é o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política, ele deve ser examinado mais de perto.

Tomemos duas mercadorias, digamos um casaco e 10 varas de linho. Que a primeira tenha o dobro do valor da última, de modo que, se 10 varas de linho = W , o casaco = $2W$.

O casaco é um valor de uso que satisfaz a uma necessidade específica. Para produzi-lo, precisa-se de determinada espécie de atividade produtiva. Ela é determinada por seu fim, modo de operar, objeto, meios e resultado. O trabalho cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu

¹² JACOB, William. An Historical Inquiry into the Production and Consumption of the Precious Metals. Londres, 1831. (N. da Ed. Alemã.)

¹³ Na 1ª edição segue: Conhecemos agora a *substância* do valor. É o *trabalho*. Conhecemos sua *medida de grandeza*. É o tempo de trabalho. Sua *forma*, que justamente cunha o *valor ao valor de troca*, resta ainda para analisar. Antes, porém, é necessário desenvolver mais de perto as determinações já encontradas. (N. da Ed. Alemã.)

¹⁴ Nota à 4ª edição. Eu introduzo o trecho entre chaves porque sua omissão tem frequentemente originado o mal-entendido de considerar que, para Marx, vale como mercadoria todo produto que é consumido por outro, que não o produtor. — F. E.

¹⁵ *Op. cit.*, p. 12-13 *et passim*.

produto é um valor de uso chamamos, em resumo, trabalho útil. Sob esse ponto de vista é considerado sempre em relação a seu efeito útil.

Como casaco e linho são valores de uso qualitativamente diferentes, assim os trabalhos aos quais devem sua existência são também qualitativamente diferentes — o trabalho de alfaiataria e o de tecelagem. Se aquelas coisas não fossem valores de uso qualitativamente diferentes e, por isso, produtos de trabalhos úteis qualitativamente diferentes, elas não poderiam, de nenhum modo, confrontar-se como mercadorias. Casaco não se troca por casaco, o mesmo valor de uso pelo mesmo valor de uso.

Na totalidade dos vários tipos de valores de uso ou corpos de mercadorias aparece uma totalidade igualmente diversificada, de acordo com gênero, espécie, família, subespécie, variedade, de diferentes trabalhos úteis — uma divisão social do trabalho. Ela é condição de existência para a produção de mercadorias, embora, inversamente, a produção de mercadorias não seja a condição de existência para a divisão social do trabalho. Na antiga comunidade hindu o trabalho é socialmente dividido sem que os produtos se tornem mercadorias. Ou, um exemplo mais próximo, em cada fábrica o trabalho é sistematicamente dividido, mas essa divisão não se realiza mediante a troca, pelos trabalhadores, de seus produtos individuais. Apenas produtos de trabalhos privados autônomos e independentes entre si confrontam-se como mercadorias.

Viu-se, portanto: o valor de uso de cada mercadoria encerra determinada atividade produtiva adequada a um fim, ou trabalho útil. Valores de uso não podem defrontar-se como mercadoria, caso eles não contenham trabalhos úteis qualitativamente diferentes. Numa sociedade cujos produtos assumem, genericamente, a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, desenvolve-se essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados independentemente uns dos outros, como negócios privados de produtores autônomos, num sistema complexo, numa divisão social do trabalho.

Para o casaco, tanto faz ser usado pelo alfaiate ou pelo freguês do alfaiate. Em ambos os casos ele funciona como valor de uso. Tampouco a relação entre o casaco e o trabalho que o produz muda, em si e para si, pelo fato de a alfaiataria tornar-se uma profissão específica, um elo autônomo da divisão social do trabalho. Onde a necessidade de vestir o obrigou, o homem costurou durante milênios, antes de um homem tornar-se um alfaiate. Mas a existência do casaco, do linho, de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.

Os valores de uso casaco, linho etc., enfim, os corpos das mercadorias, são ligações de dois elementos, matéria fornecida pela natureza e trabalho. Subtraindo-se a soma total de todos os trabalhos úteis contidos no casaco, linho etc., resta sempre um substrato material que existe sem ação adicional do homem, fornecido pela natureza. Ao produzir, o homem só pode proceder como a própria natureza, isto é, apenas mudando as formas das matérias.¹⁶ Mais ainda. Nesse trabalho

de formação ele é constantemente amparado por forças naturais. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que produz, da riqueza material. Dela o trabalho é o pai, como diz William Petty, e a terra a mãe.¹⁷

Passemos, agora, da mercadoria, enquanto objeto de uso, para o valor-mercadoria.

Segundo nosso suposto, o casaco tem o dobro do valor do linho. Isto é, porém, só uma diferença quantitativa que por agora não nos interessa ainda. Recordemos, por isso, que, se um casaco vale duas vezes mais que 10 varas de linho, 20 varas de linho têm a mesma grandeza de valor de um casaco. Enquanto valores,

¹⁶ "Todas as manifestações do universo, sejam elas causadas pela mão do homem ou pelas leis gerais da Física, não são realmente novas criações, apenas pura e simplesmente uma transformação da matéria. Associação e dissociação são os únicos elementos que o espírito humano encontra sempre de novo ao analisar a idéia da reprodução; e do mesmo modo comporta-se com a reprodução do valor" (valor de uso, apesar de que aqui Verri, em sua polêmica contra os fisiocratas, não sabe ao certo de que espécie de valor ele fala) "e da riqueza, quando terra, ar e água transformam-se em cereais sobre os campos ou também quando pela mão do homem a secreção de um inseto transforma-se em seda, ou algumas partezinhas de metal ordenam-se para formarem um relógio de repetição." (VERRI, Pietro. *Meditazioni sulla Economia Politica*. Impresso primeiro em 1771, na edição dos economistas italianos, de Custodi. Parte Moderna, v. XV, p. 21-22.)

¹⁷ PETTY, W. *A Treatise of Taxes and Contributions*. Londres, 1667, p. 47. (N. da Ed. Alemã)

casaco e linho são coisas de igual substância, expressões objetivas do mesmo tipo de trabalho. Mas a alfaiataria e a tecelagem são trabalhos qualitativamente diferentes. Existem, entretanto, circunstâncias sociais em que a mesma pessoa, alternadamente, costura e tece. Esses dois modos diferentes de trabalho são, por isso, apenas modificações do trabalho do mesmo indivíduo, e ainda não funções fixas, específicas de indivíduos diferentes, assim como o casaco feito, hoje, por nosso alfaiate, e as calças que ele faz amanhã somente pressupõem variações do mesmo trabalho individual. A evidência ensina ainda que em nossa sociedade capitalista, conforme a mutável orientação da procura de trabalho, dada porção do trabalho humano deverá ser alternadamente oferecida ora sob a forma de alfaiataria, ora sob a forma de tecelagem. Essa variação da forma do trabalho pode não transcorrer sem atritos, mas ela tem de ocorrer. Abstraindo-se da determinação da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta apenas que ele é um dispêndio de força humana de trabalho. Alfaiataria e tecelagem, apesar de serem atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos, e nesse sentido são ambas trabalho humano. São apenas duas formas diferentes de despender força humana de trabalho. Contudo, para poder ser despendido dessa ou daquela forma, precisa a força humana de trabalho

estar mais ou menos desenvolvida. Mas o valor da mercadoria representa simplesmente trabalho humano, dispêndio de trabalho humano, sobretudo. Assim como na sociedade burguesa um general ou banqueiro desempenha um grande papel, enquanto o homem simples, ao contrário,

desempenha um papel ordinário,¹⁸ assim é também aqui com o trabalho humano. Ele é dispêndio da força de trabalho simples que em média toda pessoa comum, sem desenvolvimento especial, possui em seu organismo físico. Embora o próprio *trabalho médio simples* mude seu caráter, em diferentes países ou épocas culturais, ele é porém dado em uma sociedade particular. Trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de maneira

que um pequeno *quantum* de trabalho complexo é igual a um grande *quantum* de trabalho simples. Que essa redução ocorre constantemente, mostra-o a experiência. Uma mercadoria pode ser o produto do trabalho mais complexo, seu *valor* a equipara ao produto do trabalho simples e, por isso, ele mesmo representa determinado *quantum* de trabalho simples.¹⁹ As diferentes proporções, nas quais as diferentes espécies de trabalho são reduzidas a trabalho simples como unidade de medida, são fixadas por meio de um processo social por trás das costas dos produtores e lhes parecem, portanto, ser dadas pela tradição. Para efeitos de simplificação valerá a seguir cada espécie de força de trabalho, diretamente, como força de trabalho simples, com o que apenas se poupa o esforço de redução.

Assim como nos valores casaco e linho é abstraída a diferença de seus valores de uso, também nos trabalhos que se representam nesses valores abstrai-se a diferença de suas formas úteis, a alfaiataria e a tecelagem. Assim como os valores de uso casaco e linho resultam de ligações de atividades produtivas internacionais com tecido e fio, os valores casaco e linho são, ao contrário, simples gelatinas homogêneas de trabalho, assim os trabalhos contidos nestes valores não valem

devido à relação produtiva que mantêm com tecido e fio, mas apenas como dispêndios de força de trabalho do homem. Alfaiataria e tecelagem são elementos formadores dos valores de uso, casaco e linho, graças às suas diferentes qualidades; elas somente são substâncias do valor do casaco e do valor do linho na medida em que se abstrai sua qualidade específica e ambas possuem a mesma qualidade, a qualidade do trabalho humano.

Casaco e linho não são apenas valores ao todo, mas valores de determinada grandeza, e segundo nossa suposição, o casaco tem o dobro do valor de 10 varas de linho. De onde vem essa diferença de suas grandezas de valor? De que o linho só contém metade do trabalho que o casaco, pois para a produção do último a força de trabalho precisa ser despendida durante o dobro do tempo que para a produção do primeiro.

Se, portanto, em relação ao valor de uso o trabalho contido na mercadoria vale apenas qualitativamente, em relação à grandeza do valor ele vale só quantitativamente, depois de já reduzido a trabalho humano, sem outra qualidade. Lá, trata-se do como e do quê do trabalho,

¹⁸ Ver HEGEL. *Philosophie des Rechts*. * Berlim, 1840. p. 250, § 190.

* *Filosofia do Direito*.

¹⁹ O leitor deve estar atento para o fato de aqui não se falar de salário ou valor, que o trabalhador obtém aproximadamente por um dia de trabalho, mas sim do valor de mercadorias em que se materializa seu dia de trabalho. A categoria salário ainda não existe de forma alguma nesta altura de nossa apresentação.

aqui do seu quanto, da sua duração temporal. Como a grandeza do valor de uma mercadoria representa apenas o *quantum* de trabalho nela contido, mercadorias devem, em determinadas proporções, ser sempre valores da mesma grandeza.

Permanecendo inalterada a força produtiva, digamos, de todos os trabalhos úteis necessários à produção de um casaco, a grandeza de valor do casaco sobe com a sua própria quantidade. Se um casaco representa x dias de trabalho, dois casacos representam $2x$ e assim por diante. Suponha, porém, que o trabalho necessário para a produção de um casaco suba para o dobro ou caia para metade. No primeiro caso um casaco possui tanto valor quanto antes dois casacos, no segundo

caso dois casacos apenas tanto valor quanto anteriormente um, apesar de que em ambos os casos um casaco, tanto depois como antes, presta os mesmos serviços e da mesma forma o trabalho útil nele contido permanece, tanto antes como depois, com a mesma qualidade. Mudou, porém, o *quantum* de trabalho despendido em sua produção.

Um *quantum* maior de valor de uso representa em si e para si maior riqueza material, dois casacos mais que um. Com dois casacos podem-se vestir duas pessoas, com um casaco, somente uma pessoa etc. Entretanto, à crescente massa de riqueza material pode corresponder um decréscimo simultâneo da grandeza de valor. Esse movimento contraditório origina-se do duplo caráter do trabalho. Força produtiva é sempre, naturalmente, força produtiva de trabalho útil concreto, e determina, de fato, apenas o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim, num espaço de tempo dado. O trabalho útil torna-se, portanto, uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos, em proporção direta ao aumento ou à queda de sua força produtiva. Ao contrário, uma mudança da força produtiva não afeta, em si e para si, de modo algum o trabalho representado no valor. Como a força produtiva pertence à forma concreta útil do trabalho, já não pode esta, naturalmente, afetar o trabalho, tão logo faça-se abstração da sua forma concreta útil. O mesmo trabalho proporciona, portanto, nos mesmos espaços de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, qualquer que seja a mudança da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, quantidades diferentes de valores de uso; mais, quando a força produtiva sobe, e menos, quando ela cai. A mesma variação da força produtiva, a qual aumenta a fecundidade do trabalho e, portanto, a massa de valores de uso por ela fornecida, diminui, assim, a grandeza de valor dessa massa global aumentada, quando ela encurta a soma do tempo de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa.

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso.²⁰

3. A Forma do Valor (ou o valor-de-troca)

²⁰ Nota à 2ª edição. Para provar “que o trabalho, sozinho, é a medida real e definitiva com o que se avalia e pode ser comparado o valor de todas as mercadorias em todos os tempos”, diz A. Smith: “Quantidades iguais de trabalho precisam em todos os tempos e em todos os lugares ter para o próprio trabalhador o mesmo valor. Em seu estado normal de saúde, força e atividade, e com o grau médio de habilidade, que ele possua, precisa ceder a mesma porção de seu sossego, sua liberdade e sua felicidade”. (*Wealth of Nations*. v. I, cap. V, [p. 104-105].) De um lado, confunde A. Smith aqui (nem sempre) a determinação do valor pelo *quantum* de trabalho despendido na produção da mercadoria com a determinação dos valores das mercadorias pelo valor do trabalho, e procura, portanto, comprovar que as mesmas quantidades de trabalho têm sempre o mesmo valor. Por outro lado, pressente ele que o trabalho, na medida em que se representa no valor das mercadorias, vale apenas como dispêndio de força de trabalho, mas capta esse dispêndio apenas como sacrifício do sossego, liberdade e felicidade, e não como uma atividade também normal de vida. Na realidade, ele tem em vista o trabalhador assalariado moderno. — Muito mais preciso, diz o antecessor anônimo de A. Smith, citado anteriormente: “Um homem empregou uma semana no fabrico deste objeto necessário (...) e aquele que lhe dará outro objeto em troca não pode estimar melhor o que seria um equivalente apropriado, senão por meio do cômputo do que lhe custa a mesma quantidade de trabalho e tempo. Isso significa de fato a troca do trabalho que uma pessoa, em determinado tempo, empregou em um objeto, pelo trabalho de outra, no mesmo tempo aplicado a outro objeto.” (*Some Thoughts on the Interest of Money in General* etc. p. 39.) — {À 4ª edição: A língua inglesa tem a vantagem de possuir duas palavras distintas para esses dois aspectos diferentes do trabalho. O trabalho que gera valores de uso e é qualitativamente determinado chama-se de *work*, em oposição a *labour*; o trabalho que cria valor e é medido apenas quantitativamente chama-se *labour*, em oposição a *work*. Ver nota à p. 14 da tradução inglesa. — F. E. }

As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores-de-uso ou de objectos-mercadorias, tais como ferro, tecido, lã, etc. É essa, precisamente, a sua forma natural [vulgar]. Todavia, só são mercadorias na medida em que se apresentam sob um duplo aspecto: como objectos de uso e como suportes de valor. Só podem, portanto, entrar em circulação [como mercadorias ou sob a forma de mercadorias], na medida em que se apresentem sob uma dupla forma: a sua forma natural e a sua forma-valor.

A realidade do valor das mercadorias distingue-se da amiga de Falstaff, a viúva Quickly, pelo facto de não sabermos onde agarrá-la²¹. Em flagrante contraste com a materialidade palpável da mercadoria, não existe um único átomo de matéria que entre no seu valor. Podemos, pois, dar voltas e mais voltas a uma certa mercadoria: enquanto objecto de valor, ela permanecerá inapreensível. No entanto, se nos recordarmos que as mercadorias só possuem valor enquanto são expressão da mesma unidade social - trabalho humano -, que, portanto, o valor das mercadorias é uma realidade puramente social, torna-se evidente que essa realidade social também só se pode manifestar nas transacções sociais, nas relações das mercadorias umas com as outras. De facto, partimos do valor-de-troca ou da relação de troca das mercadorias para chegar ao seu valor, aí escondido. Temos agora de voltar a essa forma de manifestação do valor.

Toda a gente sabe, mesmo quando não se sabe mais nada, que as mercadorias possuem uma particular forma-valor [comum,] que contrasta da maneira mais flagrante com as suas múltiplas formas naturais - é a forma-dinheiro. Importa agora fazer o que a economia burguesa nunca tentou: fornecer a génese da forma-dinheiro, ou seja, seguir o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, desde o seu esboço mais simples e menos aparente até essa forma-dinheiro que salta aos olhos de toda a gente. Com isso se resolve e se faz desaparecer ao mesmo tempo o enigma do dinheiro.

Em geral, a única relação entre as mercadorias é uma relação de valor, e a mais simples relação de valor é, evidentemente, a relação de uma mercadoria com outra qualquer mercadoria de espécie diferente. A relação de valor ou de troca de duas mercadorias fornece, portanto, a uma mercadoria, a expressão mais simples do seu valor.

(...)

Texto 2: Cap. III – O Dinheiro ou a Circulação de mercadorias.

1. Medida dos Valores

A fim de simplificar, pressuponho sempre neste escrito o ouro como a mercadoria monetária.

A primeira função do ouro consiste em fornecer ao mundo das mercadorias o material para sua expressão de valor ou em representar os valores das mercadorias como grandezas de mesma denominação, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis. Assim, ele funciona como medida geral dos valores e é apenas por meio dessa função que o ouro, a mercadoria equivalente específica, se torna inicialmente dinheiro.

Não é por meio do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo todas as mercadorias, enquanto valores, trabalho humano objetivado, e portanto sendo em si e para si comensuráveis, elas podem medir seus valores, em comum, na mesma mercadoria específica e com isso transformar esta última em sua medida comum de valor, ou seja, em dinheiro. Dinheiro, como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho.¹

²¹ Cfr. Shakespeare, *Henrique IV*, I parte, III acto, cena III.

¹ A pergunta por que o dinheiro não representa diretamente o próprio tempo de trabalho, de forma que, por exemplo, uma nota de papel represente x horas de trabalho, se reduz simplesmente à pergunta por que, na base da produção de mercadorias, os produtos de trabalho precisam representar-se como mercadorias, pois a representação de mercadoria implica sua duplicação em mercadoria e mercadoria monetária. Ou por que o trabalho privado não pode ser tratado como seu contrário, trabalho diretamente social. Já tratei minuciosamente, em outra parte, do utopismo superficial de uma “moeda trabalho”, com base na produção de mercadorias. (*Op. cit.*, p. 61 *et seqs.*) Observaria ainda que, por exemplo, a “moeda trabalho” de Owen é tão pouco “dinheiro” como um bilhete de teatro. Owen pressupõe trabalho diretamente socializado, uma forma de produção diametralmente oposta à produção de mercadorias. O certificado de trabalho constata apenas a participação individual do produtor no trabalho comum e seu direito individual à parte do produto comum destinada ao consumo. Porém,

A expressão de valor de uma mercadoria em ouro — x da mercadoria $A = y$ da mercadoria monetária — é sua forma de dinheiro ou seu preço. Uma equação isolada, como 1 tonelada de ferro = 2 onças de ouro, basta agora para representar o valor do ferro de uma maneira socialmente válida. A equação já não tem de marchar em fila e coluna com as equações de valor das outras mercadorias, porque a mercadoria equivalente, o ouro, já possui o caráter de dinheiro. A forma valor relativa geral das mercadorias tem assim de novo a figura de sua forma valor relativa original, simples ou singular. Por outro lado, a expressão relativa de valor desdobrada ou a infinita série de expressões relativas de valor torna-se a forma de valor especificamente relativa

da mercadoria dinheiro. Mas essa série agora já está dada socialmente nos preços das mercadorias. Basta ler, ao revés, as cotações de uma lista de preços, para encontrar a grandeza de valor do dinheiro, representada em todas as mercadorias possíveis. Dinheiro, por sua vez,

não tem preço. Para participar dessa forma relativa unitária das outras mercadorias, teria de ser relacionado a si mesmo, como seu próprio equivalente.

O preço ou a forma monetária das mercadorias, como sua forma valor em geral, é distinta de sua forma corpórea real e tangível, uma forma somente ideal ou imaginária. O valor de ferro, linho, trigo etc., embora invisível, existe nessas coisas mesmas; ele é imaginado por sua igualdade com ouro, uma relação com o ouro que, por assim dizer, só assombra suas cabeças. O guardião das mercadorias tem, por isso, de meter sua língua na cabeça delas ou pendurar nelas pedaços de

papel para comunicar seus preços ao mundo exterior.² Como a expressão dos valores das mercadorias em ouro é ideal, aplica-se nessa operação também somente ouro ideal ou imaginário. Cada guardião de mercadorias sabe que ainda está longe de dourar suas mercadorias, quando dá a seu valor a forma de preço ou forma ouro imaginária e que ele não precisa de nenhuma migalha de ouro real para avaliar, em ouro, milhões de valores mercantis. Em sua função de medida de valor, o dinheiro serve, portanto, como dinheiro apenas imaginário ou ideal. Essa circunstância deu origem às mais absurdas teorias.³143 Embora apenas dinheiro imaginário sirva para a função de medida do valor, o preço depende totalmente do material monetário real. O valor, isto é, o *quantum* de trabalho humano contido, por exemplo, numa tonelada de ferro, é expresso num *quantum* imaginário da mercadoria monetária, que contém a mesma quantidade de trabalho. Por isso, conforme ouro, prata ou cobre sirvam de medida do valor, o valor da tonelada de ferro recebe expressões de preço inteiramente diferentes ou é apresentado em quantidades de ouro, prata ou cobre totalmente diversas.

Se, por isso, duas mercadorias diferentes, por exemplo, ouro e prata, servem, ao mesmo tempo, de medidas de valor, então todas as mercadorias possuem duas expressões diferentes de preços, o preço em ouro e o preço em prata, que correm tranqüilamente um ao lado do outro, enquanto a

relação de valor entre ouro e prata ficar inalterada, por exemplo 1: 15. Mas cada alteração dessa relação de valores perturba a relação entre os preços em ouro e os preços em prata das mercadorias, provando assim, de fato, que a duplicação da medida de valor contradiz sua função.⁴

a Owen não ocorre pressupor a produção de mercadorias e, apesar disso, querer escamotear suas condições necessárias por meio de artimanhas monetárias.

² O selvagem ou semi-selvagem usa a língua de outro modo. O Capitão Parry observa, por exemplo, nos habitantes da costa ocidental da baía de Baffin: “Nesse caso” (ao intercambiar produtos) “(...) eles o lambiam” (o que lhes foi oferecido) “duas vezes com a língua, com o que pareciam considerar o negócio concluído satisfatoriamente”.* Do mesmo modo, entre os esquimós orientais, o permutante lambia o artigo ao recebê-lo. Se a língua no norte, portanto, serve de órgão de apropriação, não é de admirar que no sul a barriga funciona como órgão de propriedade acumulada e que o cafre calcule a riqueza de um homem segundo a sua pança. Os cafres são tipos muito espertos, pois enquanto o relatório oficial inglês sobre a saúde, de 1864, deplora a falta de substâncias formadoras de gorduras em grande parte da classe trabalhadora, um certo dr. Harvey, não o que descobriu a circulação do sangue, no mesmo ano fez a sua fortuna por meio de receitas charlatanescas que prometiam livrar a burguesia e a aristocracia da carga de gordura excessiva.

* PARRY, W. E. *Journal of a Voyage for the Discovery of a North-West Passage from the Atlantic to the Pacific; Performed in the Years 1819-1820, in His Majesty's Ships Hecla and Griper, under the Orders of William Edward Parry.* 2ª ed. Londres, 1821. p. 277-278. (N. da Ed. Alemã.)

³ Ver MARX, Karl. *Zur Kritik etc.*, “Theorien von der Masseinheit des Geldes”, p. 53 *et seqs.*

⁴ Nota à 2ª edição. “Onde o ouro e a prata permanecem legalmente um ao lado do outro, como dinheiro, isto é, como medida de valor, sempre tentou-se, em vão, tratá-los como uma única e mesma matéria. Se foi admitido que o mesmo tempo de trabalho tem que, imutavelmente, objetivar-se na mesma proporção de prata e de ouro, admite-se de fato que prata e ouro são a mesma matéria e que determinada quantidade do metal menos valioso, da prata, forma uma fração imutável de determinada massa de ouro. Do governo de Eduardo III até o tempo de George II, a história do sistema monetário inglês

Todas as mercadorias com preços determinados apresentam-se sob a forma: a mercadoria $A = x$ ouro, b mercadoria $b = z$ ouro, c mercadoria $C = y$ ouro etc., em que a , b , c representam certas quantidades das espécies de mercadorias A , B , C , e x , y , z certas quantidades de ouro. Os valores das mercadorias são assim transformados em quantidades imaginárias de ouro de tamanhos diferentes, portanto, apesar da confusa variedade dos corpos das mercadorias, em grandezas de mesma denominação, grandezas de ouro. Como tais quantidades de ouro, elas se comparam e medem entre si e se desenvolve tecnicamente a necessidade de relacioná-las a um *quantum* fixado de ouro como sua unidade de medida. Essa mesma unidade de medida, por meio de posterior divisão em partes alíquotas, é transformada em padrão de medida. Antes de se tornarem dinheiro, o ouro, a prata e o cobre já possuíam tais padrões de medida em seus pesos metálicos, de modo que, por exemplo, uma libra serve de unidade de medida, subdividindo-a, por um lado, outra vez em onças etc., e somando-a, por outro lado, em quintais etc.⁵ Assim, em toda circulação metálica, as denominações preexistentes do padrão de peso formam também as denominações originais do padrão monetário ou padrão de medida dos preços.

Como medida dos valores e como padrão dos preços, o dinheiro exerce duas funções inteiramente diferentes. É medida dos valores por ser a encarnação social do trabalho humano, padrão dos preços por ser um peso fixado de metal. Como medida de valor, serve para transformar os valores das mais variadas mercadorias em preços, em quantidades imaginárias de ouro; como padrão dos preços, mede essas quantidades de ouro. Na medida dos valores, as mercadorias se medem como valores; o padrão dos preços, ao contrário, mede as quantidades de ouro em um *quantum* de ouro, e não o valor de um *quantum* de ouro no peso do outro. Para o padrão dos preços, determinado peso de ouro tem de ser fixado como unidade de medida. Aqui, como em todas as outras determinações de medida de grandeza de mesma denominação, a estabilidade das relações de medida torna-se decisiva. Por isso, o padrão de preços cumpre sua função tanto melhor quanto mais invariavelmente um mesmo *quantum* de ouro sirva de unidade de medida. Como medida de valores o ouro somente pode servir porque ele mesmo é produto de trabalho, sendo, portanto, um valor potencialmente variável.⁶

É claro, agora, que uma mudança de valor do ouro não prejudica, de modo algum, sua função como padrão de preços. Por mais que varie o valor do ouro, diferentes quantidades de ouro mantêm entre si sempre a mesma relação de valor. Caia de 1 000% o valor do ouro, depois como antes, 12 onças de ouro terão 12 vezes o valor de 1 onça de ouro e no que se refere aos preços trata-se apenas das relações de várias quantidades de ouro entre si. Como, por outro lado, 1 onça de ouro não muda de nenhuma forma seu peso com a queda ou subida de seu valor, tampouco muda o peso de suas partes alíquotas, e assim o ouro, como padrão fixo dos preços, presta sempre o mesmo serviço, qualquer que seja a mudança do seu valor.

decorre numa série progressiva de perturbações resultante da colisão entre a fixação legal da relação de valor entre ouro e prata e suas reais oscilações de valor. Ora era o ouro avaliado em demasia, ora era a prata. O metal subavaliado era retirado de circulação, fundido e exportado. A relação de valor de ambos os metais era então legalmente alterada, mas o novo valor nominal entrava logo no mesmo conflito com a relação de valor real, como o antigo. — Em nossa própria época, a queda muito fraca e passageira no valor do ouro em relação à prata, em consequência da demanda de prata na Índia e na China, produziu o mesmo fenômeno na maior escala, na França: exportação da prata e sua expulsão da circulação pelo ouro. Durante os anos de 1855, 1856 e 1857, o excedente de importação de ouro pela França sobre a exportação de ouro pela França montou a 41,58 milhões de libras esterlinas, enquanto o excedente de exportação de prata sobre a importação de prata foi de 34,704 milhões de libras esterlinas. De fato, nos países onde os dois metais são as medidas legais de valor, portanto, onde ambos têm que ser aceitos em pagamento, mas qualquer um pode pagar à vontade em ouro e prata, o metal com valor em alta porta um ágio e mede como qualquer outra mercadoria seu preço no metal superavaliado, enquanto o último é o único que serve de medida de valor. Toda a experiência histórica nessa área se reduz simplesmente a que, onde duas mercadorias estão legalmente providas com a função de medida de valor, só uma delas se impõe como tal.” (MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 52-53.)

⁵ Nota à 2ª edição. A singularidade de, na Inglaterra, a onça de ouro como unidade do padrão monetário não estar dividida em partes alíquotas explica-se do seguinte modo: “Nosso sistema monetário originariamente estava adaptado apenas à utilização de prata — portanto, 1 onça de prata pode sempre ser dividida em determinado número alíquotos de peças monetárias; visto, porém, que o ouro somente foi introduzido numa época posterior num sistema de moedas que estava adaptado apenas à prata, 1 onça de ouro não poderia ser cunhada num número alíquotos de moedas”. (MACLAREN. *History of the Currency*. Londres, 1858, p. 16.)

⁶ Nota à 2ª edição. Nos escritos ingleses é indizível a confusão sobre medida dos valores (*measure of values*) e padrão dos preços (*standard of value*). As funções e, portanto, seus nomes são constantemente trocados.

A mudança de valor do ouro também não impede sua função de medida de valor. Ela atinge simultaneamente todas as mercadorias, deixando assim, *coeteris paribus*, inalterados seus valores recíprocos relativos, embora eles todos se expressem agora em preços de ouro mais altos ou mais baixos do que antes.

Como na representação do valor de uma mercadoria no valor de uso de qualquer outra, também na avaliação das mercadorias em ouro somente se pressupõe que, na época dada, a produção de determinado *quantum* de ouro custa dado *quantum* de trabalho. Com relação ao movimento dos preços das mercadorias em geral, valem as leis anteriormente desenvolvidas da expressão relativa simples de valor.

Os preços das mercadorias só podem subir generalizadamente, permanecendo igual o valor do dinheiro, se os valores das mercadorias sobem; permanecendo iguais os valores das mercadorias, se cai o valor do dinheiro. E vice-versa. Os preços das mercadorias só podem cair generalizadamente, permanecendo igual o valor do dinheiro, se caem os valores das mercadorias; permanecendo iguais os valores das mercadorias, se sobe o valor do dinheiro. Não segue daí, de modo algum, que uma subida do valor do dinheiro acarreta uma queda proporcional dos preços das mercadorias, e uma queda do valor do dinheiro uma subida proporcional dos preços das mercadorias. Isso somente vale para mercadorias de valor inalterado. Mercadorias, por exemplo, cujo valor sobe proporcional e simultaneamente com o valor do dinheiro mantêm os mesmos preços. Se seu valor sobe mais lenta ou mais rapidamente que o valor do dinheiro, a queda ou a

subida de seus preços será determinada pela diferença entre o movimento do valor delas e o do dinheiro etc.

Voltemos agora à observação da forma preço.

As denominações monetárias dos pesos metálicos se desligam, pouco a pouco, de suas denominações originais de peso por diferentes motivos, sendo os seguintes os historicamente decisivos: 1) Introdução de dinheiro estrangeiro em países menos desenvolvidos; na Roma Antiga, por exemplo, circulavam, inicialmente, moedas de prata e de ouro, como mercadorias estrangeiras. As denominações desse dinheiro estrangeiro são diferentes das denominações de peso do país. 2) Com o desenvolvimento da riqueza, o metal menos nobre é deslocado da função de medida de valor pelo mais nobre. O cobre pela prata, a prata pelo ouro, por mais que essa seqüência contradiga⁷ a cronologia poética.⁸ Libra, por exemplo, era então a denominação monetária de uma verdadeira libra de prata. Tão logo o ouro desloca a prata da função de medida de valor, o mesmo nome associa-se talvez a 1/15 etc. de 1 libra de ouro, conforme a relação de valor entre o ouro e a prata. Libra como denominação monetária, e libra, como denominação ordinária de peso do ouro, são agora separadas.⁹ 3) A falsificação de dinheiro, continuada durante séculos pelos príncipes, que do peso original das moedas deixou, de fato, apenas o nome.¹⁰

Esses processos históricos convertem em costume popular a separação da denominação monetária dos pesos metálicos de sua denominação corrente de peso. Como padrão monetário é, por um lado, puramente convencional e como necessita, por outro lado, de validade geral, ele acaba sendo regulado por lei. Determinado peso do metal nobre, por exemplo, 1 onça de ouro, é oficialmente dividido em partes alíquotas, que recebem nomes de batismo legais como libra, táler etc. Tal parte alíquota, que funciona agora como a verdadeira unidade de medida do dinheiro, é dividida em outras partes alíquotas com nomes de batismo legais,

⁷ De resto, ela também não possui validade histórica universal.

⁸ Cronologia poética. Na mitologia antiga a história da humanidade era dividida em cinco períodos. Na idade do ouro, os homens viviam mais felizes e sem preocupações; a terra era propriedade comum e produzia tudo o que era necessário à vida. A esse estado perfeito seguiu, porém, uma piora gradual do mundo, representada como idade da prata, idade do bronze, idade dos heróis e idade do ferro. Esta última época era caracterizada por trabalho penoso e solo infecundo; a vida era cheia de injustiça, violência e homicídio. — A lenda das cinco idades é retomada novamente nas obras do épico grego Hesíodo e, posteriormente, nas do poeta lírico romano Ovídio. (N. da Ed. Alemã.)

⁹ Nota à 2ª edição. Assim, a libra inglesa significa menos de 1/3 de seu peso original, a libra escocesa antes da Union* apenas 1/36, a libra francesa 1/74, o maravedi espanhol menos de 1/1 000, o real português uma proporção ainda muito menor.

* A união entre Inglaterra e Escócia, que se deu em 1707, ligou a Escócia definitivamente à Inglaterra. O Parlamento escocês foi dissolvido e todas as barreiras econômicas entre os dois países removidas. (N. da Ed. Alemã.)

¹⁰ Nota à 2ª edição. As moedas cujas denominações hoje são apenas ideais, são em todas as nações as mais antigas; outrora foram todas reais, e justamente porque foram reais, calculava-se com elas." (GALIANI. *Della Moneta. Op. cit.*, p. 153.)

como xelim, pêni etc.¹¹ Agora como antes, determinados pesos metálicos permanecem como padrão do dinheiro metálico. O que mudou foi a divisão e a denominação.

Os preços, ou as quantidades de ouro, em que se transformam idealmente os valores reais das mercadorias, são expressos agora nas denominações monetárias ou nas denominações de conta do padrão ouro legalmente válidos. Portanto, em lugar de dizer que o *quarter* de trigo é igual a 1 onça de ouro, diríamos, na Inglaterra, que é igual a 3 libras esterlinas, 17 xelins e 10 1/2 pence. As mercadorias comunicam-se mutuamente, assim, em suas denominações monetárias, quanto valem e o dinheiro serve de dinheiro de conta sempre que se trata de fixar uma coisa como valor e, portanto, em forma de dinheiro.¹²

A denominação de uma coisa é totalmente extrínseca à sua natureza. Eu não sei nada sobre um homem sabendo que o seu nome é Jacobus. Do mesmo modo desaparece nos nomes monetários libra, táler, franco, ducado etc. qualquer vestígio da relação de valor. A confusão sobre o sentido secreto desses signos cabalísticos é tanto maior na medida em que as denominações monetárias expressam ao mesmo tempo o valor das mercadorias e partes alíquotas de um peso metálico, do padrão monetário.¹³ Por outro lado, é necessário que o valor, em contraste com os coloridos corpos do mundo das mercadorias, evolua para essa forma reificada sem sentido próprio, mas também simplesmente social.¹⁴

O preço é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria. Por isso, a equivalência da mercadoria e do *quantum* de dinheiro, cuja denominação é o preço dela, é uma tautologia,¹⁵ como a expressão relativa de valor de uma mercadoria por si é sempre a expressão da equivalência de duas mercadorias. Mas se o preço como expoente da grandeza de valor da mercadoria é expoente de sua relação de troca com dinheiro, não se segue, ao contrário, que o expoente de sua relação de troca com dinheiro seja necessariamente o expoente de sua grandeza de valor. Suponhamos que o trabalho socialmente necessário de igual grandeza represente-se em 1 *quarter* de trigo e em 2 libras esterlinas (cerca de 1/2 onça de ouro). As 2 libras esterlinas são a expressão monetária da grandeza de valor do *quarter* de trigo ou seu preço. Se as circunstâncias permitirem sua cotação a 3 libras esterlinas ou forcarem sua cotação a 1 libra esterlina, então como expressão da grandeza de valor do trigo 1 libra esterlina e 3 libras esterlinas são ou pequenas ou grandes demais, mas mesmo assim elas são preços do mesmo, pois são, primeiro, sua forma valor, dinheiro, e segundo, expoentes de sua relação de troca com dinheiro. Com condições de produção constantes ou força produtiva do trabalho constante, devesse despendar para a reprodução de 1 *quarter* de trigo, tanto antes como depois, a mesma quantidade de tempo social de trabalho. Essa circunstância não depende da vontade do produtor do trigo nem da de outros possuidores de mercadorias. A grandeza de valor da mercadoria expressa, assim, uma relação necessária imanente a seu processo de formação com o tempo de trabalho social. Com a transformação da

¹¹ Nota à 2ª edição. O sr. David Urquhart observa, em suas *Familiar Words*, sobre a monstruosidade (!) de que hoje em dia 1 libra (£ St.), a unidade do padrão monetário inglês, é aproximadamente igual a 1/4 de onça de ouro: “Isso é falsificação de uma medida e não fixação de um padrão”. [p. 105.] Ele vê nessa “falsa denominação” do peso do ouro, como em tudo mais, a mão falsificadora da civilização.

¹² Nota à 2ª edição. Quando se perguntou a Anacharsis para que os helenos precisavam de dinheiro, respondeu ele: para fazer contas." (ATHEN[AEUS]. *Deipn.* Livro Quarto, 49, v.2, p. 120, ed. Schweighaeuser, 1802.)

¹³ Nota à 2ª edição. “Como o ouro, como padrão dos preços, aparece com denominações de conta iguais às dos preços das mercadorias, de forma que, por exemplo, 1 onça de ouro tanto quanto o valor de 1 tonelada de ferro é expressa em 3 libras esterlinas, 17 xelins e 10 1/2 pence, essas suas denominações de conta foram designadas como o seu preço monetário. Surgiu, por isso, essa estranha concepção de que o ouro (respectivamente a prata) seria avaliado em seu próprio material e, em contraste com todas as outras mercadorias, receberia do Estado um preço fixo. Confundiu-se a fixação dessas denominações de conta de determinados pesos de ouro com a fixação do valor desses pesos.” (MARX, Karl. *Op. cit.*, p. 52.)

¹⁴ Ver “Teorias da Unidade de Medida do Dinheiro”. In: *Zur Kritik der Pol. Oekon.* etc. p. 53 *et seqs.* As fantasias sobre o aumento ou a diminuição do “preço da moeda”, que consistem em que as denominações monetárias legais de pesos legalmente fixados de ouro ou prata sejam transferidas, por parte do Estado, para pesos maiores ou menores, e assim passar a cunhar 1/4 de onça de ouro, em 40 xelins em vez de em 20 — essas fantasias, na medida em que não objetivem operações financeiras inábeis contra credores públicos ou privados, mas sim “curas milagrosas” econômicas, já foram tratadas tão exaustivamente por Petty em *Quantulumcumque Concerning Money. To the Lorde Marquis of Halifax, 1682*, que seus sucessores imediatos, Sir Dudley North e John Locke, para não falar nos posteriores, puderam apenas vulgarizá-lo. “Se a riqueza de uma nação”, diz ele, entre outras coisas, “pudesse ser decuplicada por meio de um decreto, seria de estranhar que nossos governos não tivessem já há muito tempo promulgado tais decretos.” (*Op. cit.*, p. 36.)

¹⁵ “Ou então deve-se reconhecer que 1 milhão em dinheiro tem mais valor que igual valor em mercadorias” (LETROSNE, *Op. cit.*, p. 919), portanto, “que um valor vale mais que outro valor igual.”

grandeza de valor em preço, essa relação necessária aparece como relação de troca de uma mercadoria com a mercadoria monetária, que existe fora dela. Mas nessa relação pode expressar-se tanto a grandeza de valor da mercadoria como o mais ou o menos em que, sob dadas circunstâncias, ela é alienável. A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre o preço e a grandeza de valor ou da divergência entre o preço e a grandeza de valor é, portanto, inerente à própria forma preço. Isso não é um defeito dessa forma, mas torna-a, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra.

A forma preço, porém, não só admite a possibilidade de incongruência quantitativa entre grandeza de valor e preço, isto é, entre a grandeza de valor e sua própria expressão monetária, mas pode encerrar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de todo de ser expressão de valor, embora dinheiro seja apenas a forma valor das mercadorias. Coisas que, em si e para si, não são mercadorias, como por exemplo consciência, honra etc., podem ser postas à venda por dinheiro pelos seus possuidores e assim receber, por meio de seu preço, a forma mercadoria. Por isso, uma coisa pode, formalmente, ter um preço, sem ter um valor. A expressão de preço torna-se aqui imaginária, como certas grandezas da Matemática. Por outro lado, a forma imaginária de preço, como, por exemplo, o preço da terra não cultivada, que não tem valor, pois nela não está objetivado trabalho humano, pode encerrar uma relação real de valor ou uma relação derivada dela.

Como a forma relativa de valor em geral, o preço expressa o valor de uma mercadoria, por exemplo, de 1 tonelada de ferro, pelo fato de que certo *quantum* do equivalente, por exemplo, 1 onça de ouro, seja diretamente trocável por ferro, mas de modo algum o contrário, que o ferro, por sua parte, seja diretamente trocável por ouro. Portanto, para exercer praticamente a ação de valor de troca, a mercadoria tem de desfazer-se de seu corpo natural, transformar-se de ouro imaginário em ouro real, ainda que essa transubstanciação lhe seja mais “árdua” do que ao “conceito” hegeliano a transição da necessidade para a liberdade, ou a uma lagosta o romper de sua casca, ou ao Padre da Igreja, São Jerônimo, o despojar-se do velho Adão.¹⁶ Além de sua forma real, por exemplo, ferro, a mercadoria pode possuir, no preço, forma ideal de valor ou forma imaginária de ouro, mas ela não pode ser, ao mesmo tempo, realmente ferro e realmente ouro. Para dar-lhe um preço, basta equipará-la a ouro imaginário. A fim de prestar a seu possuidor o serviço de equivalente geral, ela tem de ser substituída por ouro. Se o possuidor do ferro confrontar-se com o possuidor de uma mercadoria mundana e o remeter ao preço do ferro, como forma de dinheiro, o mundano responderia como no céu, São Pedro ao Dante, que lhe recita a fórmula da fé:¹⁷

“Assai bene è trascorsa
D’esta moneta già la lega e’l peso,
Ma dimmi se tu l’hai nella tua borsa.”¹⁸

A forma preço implica a alienabilidade das mercadorias contra dinheiro e a necessidade dessa alienação. Por outro lado, ouro funciona somente como medida ideal de valor, porque já está circulando no processo de troca, como mercadoria monetária. Na medida ideal dos valores espreita, por isso, o dinheiro sonante.

Texto 3: Cap.IV - Transformação Do Dinheiro Em Capital

1. A fórmula geral do capital

(...)

¹⁶ Se São Jerônimo, em sua juventude, teve de lutar muito contra a carne material, como o demonstra sua luta no deserto com as imagens de lindas mulheres, assim, na velhice, com a carne espiritual. “Eu acreditei”, diz ele, “estar em espírito diante do juiz do mundo.” “Quem és tu?”, perguntou uma voz. “Eu sou um cristão.” “Tu mentes”, trovejou o juiz do mundo. “Tu és apenas um ciceroniano.”*

* Marx cita aqui São Jerônimo, “Epístola a Eustóquio — sobre a conservação da virgindade”. (N. da Ed. Alemã.)

¹⁷ DANTE. *A Divina Comédia*. “O Paraíso”. Canto XXIV. (N. da Ed. Alemã.)

¹⁸ “Cuidadosamente examinados

Já estão a lei e o peso dessa moeda.

Mas, dize-me, tens dela em tua bolsa?” (N. dos T.)

O ciclo $M - D - M$ parte do extremo de uma mercadoria e se encerra com o extremo de outra mercadoria, que sai da circulação e entra no consumo. Consumo, satisfação de necessidades, em uma palavra, valor de uso, é, por conseguinte, seu objetivo final. O ciclo $D - M - D$, pelo contrário, parte do extremo do dinheiro e volta finalmente ao mesmo extremo. Seu motivo indutor e sua finalidade determinante é, portanto, o próprio valor de troca.

Na circulação simples de mercadorias, ambos os extremos têm a mesma forma econômica. Eles são ambas mercadorias. Eles são também mercadorias de mesma grandeza de valor. Mas eles são qualitativamente valores de uso diferentes, por exemplo, grão e roupas. O intercâmbio de produtos, a mudança dos diferentes materiais em que o trabalho social se representa, constitui aqui o conteúdo do movimento. De outro modo na circulação $D - M - D$. Ela parece à primeira vista sem conteúdo porque tautológica. Ambos os extremos têm a mesma forma econômica. Eles são ambos dinheiro, portanto não-valores de uso qualitativamente diferenciados, pois dinheiro é a figura metamorfoseada das mercadorias, em que seus valores de uso específicos estão apagados. Primeiro trocar 100 libras esterlinas por algodão e, então, trocar novamente o mesmo algodão por 100 libras esterlinas, portanto, intercambiar por meio de um rodeio, dinheiro por dinheiro, o mesmo pelo mesmo, parece uma operação tão sem finalidade quanto insossa²².

Uma soma de dinheiro pode diferenciar-se de outra soma de dinheiro tão somente mediante sua grandeza. Portanto, o processo $D - M - D$ não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, pois ambos são dinheiro, mas apenas à sua diferença quantitativa. No final, mais dinheiro é retirado da circulação do que foi lançado nele no começo. O algodão comprado por 100 libras esterlinas é, por exemplo, revendido a 100 + 10 libras esterlinas, ou 110 libras esterlinas. A forma completa desse processo é, portanto, $D - M - D'$, em que $D' = D + \Delta D$, ou seja, igual à soma de dinheiro originalmente adiantado mais um incremento. Esse incremento, ou o excedente sobre o valor original, chamo de — mais-valia (surplus value). O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital.

É também possível que em $M - D - M$ ambos os extremos, M, M , por exemplo, grão e roupas, sejam grandezas de valor quantitativamente diferentes. O camponês pode vender seu grão acima do valor ou comprar as roupas abaixo do valor delas. Ele pode, por sua vez, ser enganado pelo comerciante de roupas. Tal diferença de valor permanece, no entanto, para essa mesma forma de circulação, puramente casual. Ela não perde simplesmente sentido e entendimento como o processo $D - M - D$, se os dois extremos, grão e roupas, por exemplo, são equivalentes. Sua igualdade de valor é aqui muito mais condição do transcurso normal.

A repetição ou renovação da venda para compra encontra, como este mesmo processo, medida e alvo num objetivo final situado fora dela, o consumo, a satisfação de determinadas necessidades. Na compra para a venda, pelo contrário, começo e término são o mesmo, dinheiro, valor de troca, e já por isso o movimento é sem fim. Sem dúvida, de D adveio $D + \Delta D$, das 100 libras esterlinas, 100 + 10. Mas consideradas apenas qualitativamente, 110 libras esterlinas são o mesmo que 100 libras esterlinas, ou seja, dinheiro. E consideradas quantitativamente 110 libras esterlinas são uma soma tão limitada de valor quanto 100 libras esterlinas. Se as 110 libras esterlinas fossem gastas como dinheiro, deixariam de desempenhar o seu papel. Deixariam de ser capital. Retiradas de circulação, se petrificariam em tesouro e nenhum *farthing*²³ se acrescenta a elas, ainda que

²² "Não se troca dinheiro por dinheiro", clama Mercier de la Rivière aos mercantilistas (*Op. cit.*, p. 486). Numa obra que *ex professo** trata do "comércio" e da "especulação", lê-se: "Todo comércio consiste na troca de coisas de espécies diferentes; e o proveito" (para o comerciante?) "se origina mesmo dessa diferença. Trocar 1 libra de pão por 1 libra de pão não traria nenhuma vantagem (...) daí o contraste vantajoso entre comércio e jogo, sendo este apenas intercâmbio de dinheiro por dinheiro". (CORBET, Th. *An Inquiry into the Causes and Modes of the Wealth of Individuals; or the Principles of Trade and Speculation explained*". Londres, 1841. p. 5) Embora Corbet não veja que $D - D$, trocar dinheiro por dinheiro, é a forma característica de circulação não só do capital comercial, mas de todo capital, pelo menos admite que essa forma de uma espécie de comércio, da especulação, é comum ao jogo, mas então aparece MacCulloch e acha que comprar para vender seja especular, e que, portanto, a diferença entre especulação e comércio se desfaz. "Cada negócio em que uma pessoa compra um produto para revendê-lo é, de fato, uma especulação." (MACCULLOCH. *A Dictionary, Practical etc. of Commerce*. Londres, 1847. p. 1009.) Incomparavelmente mais ingênuo, Pinto, o Píndaro da Bolsa de Amsterdã: "O comércio é um jogo" (essa frase, emprestada de Locke) "e com mendigos não se pode ganhar nada. Se, durante longo tempo, se ganhasse tudo de todos, ter-se-ia, mediante acordo amigável, de devolver de novo a maior parte do lucro para novamente iniciar o jogo". (PINTO. *Traité de la Circulation et du Crédit*. Amsterdã, 1771. p. 231.) * De cátedra. (N. dos T.)

²³ Moeda inglesa no valor de 1/4 de pên. (N. dos T.)

fiquem guardadas até o Dia do Juízo Final. Caso se trate de valorização do valor, existe então tanta necessidade da valorização de 110 libras esterlinas quanto da de 100 libras esterlinas, já que ambas são expressões limitadas do valor de troca, ambas, portanto, tendo a mesma vocação de se aproximarem da riqueza simplesmente por meio da expansão de grandeza. De fato, o valor originalmente adiantado de 100 libras esterlinas diferencia-se, por um instante, da mais-valia de 10 libras esterlinas, que lhe foi acrescentada na circulação, mas essa diferença se esvai logo de novo. No fim do processo, o que surge não é, de um lado, o valor original de 100 libras esterlinas e, do outro, a mais-valia de 10 libras esterlinas. O que surge é um valor de 110 libras esterlinas que se encontra na mesma forma adequada para começar o processo de valorização, como as 100 libras esterlinas iniciais. Dinheiro surge de novo no fim do movimento como seu início²⁴. O fim de cada ciclo individual, em que a compra se realiza para a venda, constitui, portanto, por si mesmo o início de novo ciclo. A circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável.²⁵

Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo.²⁶ Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho.²⁷ Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada do valor²⁸ é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto o entesourador é apenas o capitalista demente, o capitalista é o entesourador racional. A

²⁴ "O capital se divide (...) em capital original e lucro, o incremento do capital (...) embora a própria práxis converta logo esse lucro novamente em capital e o coloque com este em fluxo." (ENGELS, F. "Esboço de uma Crítica da Economia Nacional". In: Anuários Teuto-Franceses. Editados por Arnold Ruge e Karl Marx, Paris, 1844, p. 99).

²⁵ Aristóteles contrapõe à Crematística a Economia. Ele parte da Economia. Enquanto arte da aquisição, ela se limita à obtenção dos bens necessários à vida e úteis ao lar e ao Estado. "A verdadeira riqueza (ο αληθινος πλουτος) consiste em tais valores de uso; pois para a boa vida, a medida suficiente dessa espécie de propriedade não é limitada. Existe, porém, uma segunda arte da aquisição chamada preferencialmente e com direito de Crematística, segundo a qual não parece existir limite à riqueza e à propriedade. O comércio de mercadorias ("η χαπηλιχη" significa literalmente comércio de retalhos, e Aristóteles usa essa forma porque nela predomina o valor de uso) não pertence por natureza à Crematística, pois aqui o valor de troca só se refere ao que é necessário a eles mesmos (compradores e vendedores). Por isso", continua ele adiante, "a forma original do comércio de mercadorias também era o escambo, mas com a sua expansão surgiu necessariamente o dinheiro. Com a invenção do dinheiro, o escambo tinha de evoluir necessariamente para χαπηλιχη, comércio de mercadorias, e este, em contradição com sua tendência original, evoluiu para a Crematística, a arte de fazer dinheiro. A Crematística distingue-se agora da Economia porque para ela a circulação é a fonte da riqueza (ποιητικη χρηματων... δια χρηματων μεταβολης). E ela parece girar em torno do dinheiro, pois o dinheiro é o começo e o fim dessa espécie de troca (το γαρ νομισμα στοιχειον χαι περας της αλλαγης εστιν). Por isso, a riqueza, como a Crematística pretende, também é ilimitada. Assim como toda arte, para a qual sua meta não vale como meio, mas como finalidade última, é ilimitada, em sua aspiração, pois procura aproximar-se dela sempre mais, enquanto as artes, que só perseguem meios para fins, não são ilimitadas, já que a própria meta é o enriquecimento absoluto. A Economia, não a Crematística, tem um limite (...) a primeira intenciona algo diferente do próprio dinheiro, a outra, a sua multiplicação (...). A confusão de ambas as formas, que se sobrepõem entre si, induz alguns a ver na conservação e multiplicação do dinheiro ao infinito a finalidade última da Economia." (ARISTÓTELES. *De Rep.* Edit. Bekker, Livro Primeiro. Cap. 8 e 9 *passim*.)

²⁶ "Mercadorias" (aqui no sentido de valores de uso) "não são a finalidade última do capitalista que comercia (...) a sua finalidade última é dinheiro." (CHALMERS, *Th. On Politic. Econ.* etc. 2ª ed., Glasgow, 1832, p. 165-166.)

²⁷ "Ainda que o comerciante também não menospreze o lucro já alcançado, o seu olhar está, no entanto, sempre voltado para o lucro futuro." (GENOVESI, A. *Lezioni di Economia Civile* (1765). Edição dos economistas italianos de Custodi, Parte Moderna. t. VIII, p. 139.)

²⁸ "A paixão inextinguível pelo lucro, *a auri sacra fames*,* sempre caracteriza o capitalista." (MACCULLOCH. *The Principles of Polit. Econ.* Londres, 1830. p. 179.) Naturalmente essa compreensão não impede o mesmo McCulloch e consortes, em dificuldades teóricas, por exemplo, no tratamento da superprodução, metamorfosear o mesmo capitalista em um bom cidadão, para o qual só se trata do valor de uso e que até desenvolve uma verdadeira fome de lobisomem por botas, chapéus, ovos, chitas e outras espécies de valor de uso extremamente familiares. * A sagrada fome de ouro. (N. dos T.)

multiplicação incessante do valor, pretendida pelo entesourador ao procurar salvar o dinheiro da circulação,²⁹ é alcançada pelo capitalista mais esperto ao entregá-lo sempre de novo à circulação.³⁰

As formas autônomas, as formas dinheiro, que o valor das mercadorias assume na circulação simples mediam apenas o intercâmbio de mercadorias e desaparecem no resultado final do movimento. Na circulação $D - M - D$, pelo contrário, ambos, mercadoria e dinheiro, funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro o seu modo geral, a mercadoria o seu modo particular, por assim dizer apenas camuflado, de existência³¹. Ele passa continua mente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático. Fixadas as formas particulares de aparição, que o valor que se valoriza assume alternativamente no ciclo de sua vida, então se obtêm as explicações: capital é dinheiro, capital é mercadoria.³² De fato, porém, o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo, enquanto valor original, se autovaloriza. Pois o movimento, pelo qual ele adiciona maisvalia, é seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização. Ele recebeu a qualidade oculta de gerar valor porque ele é valor. Ele pare filhotes vivos ou ao menos põe ovos de ouro.

Como sujeito usurpador de tal processo, em que ele ora assume, ora se desfaz da forma dinheiro e da forma mercadoria, mas se conserva e se dilata nessa mudança, o valor precisa, antes de tudo, de uma forma autônoma, por meio da qual a sua identidade consigo mesmo é constatada. E essa forma ele só possui no dinheiro. Este constitui, por isso, o ponto de partida e o ponto final de todo processo de valorização. Ele era 100 libras esterlinas, agora é 110 libras esterlinas etc. Mas o próprio dinheiro vale aqui apenas como uma forma do valor, pois ele tem duas. Sem assumir a forma de mercadoria, o dinheiro não se torna capital. O dinheiro não se apresenta aqui, portanto, polemicamente contra a mercadoria, como no entesouramento. O capitalista sabe que todas as mercadorias, por mais esfarrapadas que elas pareçam ou por pior que elas cheirem, são, na verdade e na fé, dinheiro, judeus no íntimo circuncisos e além disso meios milagrosos para fazer de dinheiro mais dinheiro.

Se na circulação simples o valor das mercadorias adquire no máximo, em confronto com seu valor de uso, a forma autônoma de dinheiro, aqui ele se apresenta subitamente como uma substância em processo e semovente, para a qual mercadorias e dinheiro são ambos meras formas. Mas ainda mais. Em vez de representar relações mercantis, ele entra agora, por assim dizer, numa relação privada consigo mesmo. Ele se distingue, como valor original, de si mesmo como mais-valia, assim como Deus Pai se distingue de si mesmo como Deus Filho, e ambos são de mesma idade e constituem, de fato, uma só pessoa, pois só por meio da mais-valia de 10 libras esterlinas tornam-se as 100 libras esterlinas adiantadas capital, e assim que se tornam isso, assim que é gerado o filho e, por meio do filho, o pai, desaparece a sua diferença e ambos são unos, 110 libras esterlinas. O valor torna-se, portanto, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele provém da circulação, entra novamente nela, sustenta-se e se multiplica nela, retorna aumentado dela e recomeça o mesmo ciclo sempre de novo.³³ $D - D'$, dinheiro que gera dinheiro — money which begets money —, diz a descrição do capital na boca dos seus primeiros tradutores, os mercantilistas. Comprar para vender, ou melhor, comprar para vender mais caro, $D - M - D'$, parece ser decerto apenas uma espécie do capital, a forma peculiar do capital comercial. Mas também o capital industrial é dinheiro, que se transforma em mercadoria e por meio da venda de mercadoria retransforma-se em mais dinheiro. Atos que ocorram eventualmente entre a compra e a venda fora da esfera da circulação nada mudam nessa forma de movimento. No capital a juros a circulação $D - M - D'$ apresenta-se, afinal, abreviada, em seu resultado sem a mediação, por assim dizer em estilo lapidar, como $D - D$, dinheiro que é igual a mais dinheiro, valor que é maior do que ele mesmo. De fato, portanto, $D - M - D$ é a fórmula geral do capital, como aparece diretamente na esfera da circulação.

²⁹ "Σωζειν!" ** é uma das expressões características dos gregos para entesourar. Igualmente, *to save* significa ao mesmo tempo salvar e poupar. ** "Salvar". (N. dos T.)

³⁰ "O infinito que as coisas não têm no progredir, elas o têm no ciclo." (GALIANI. [Op. cit., p. 156]).

³¹ "Não é o material que constitui o capital, mas o valor desses materiais." (SAY, J.-B. *Traité d'Écon. Polit.* 3ª ed., Paris, 1817. t. II, p. 429.)

³² "O meio circulante (!) que é usado para fins produtivos é capital." (MACLEOD. *The Theory and Practice of Banking.* Londres, 1855. v. I, cap. 1, p. 55.) "Capital é igual a mercadorias." (MILL, James. *Elements of Pol. Econ.* Londres, 1821. p. 74.)

³³ "Capital (...) valor que se multiplica permanentemente." (SISMONDI. *Nouveaux Principes d'Écon. Polit.* t. L, p. 89.)

2. Contradições da fórmula geral

A forma de circulação, pela qual o dinheiro se revela como capital, contradiz todas as leis anteriormente desenvolvidas sobre a natureza da mercadoria, do valor, do dinheiro e da própria circulação.

(...)

Pode-se virar e revirar como se queira, o resultado permanece o mesmo. Se equivalentes são permutados, daí não surge mais-valia, e se não-equivalentes são permutados, daí também não surge mais-valia³⁴. A circulação ou o intercâmbio de mercadorias não produz valor.³⁵

Entende-se daí por que, em nossa análise da forma básica do capital, da forma pela qual ele determina a organização econômica da sociedade moderna, as suas figuras populares e, por assim dizer, antediluvianas, capital comercial e capital usurário, de início permanecem totalmente fora de cogitação.

No capital comercial autêntico, a forma $D - M - D$, comprar para revender mais caro, aparece na maior pureza. Por outro lado, todo o seu movimento ocorre dentro da esfera da circulação. Mas já que é impossível explicar por meio da própria circulação a transformação de dinheiro em capital, a formação de mais-valia, o capital comercial parece impossível na medida em que se permutam equivalentes,³⁶ só sendo ele, portanto, dedutível do duplo prejuízo infligido aos produtores de mercadorias que compram e vendem pelo comerciante que se atravessa parasitariamente entre eles. Nesse sentido, diz Franklin: “Guerra é roubo, comércio é engodo”.³⁷ Para que a valorização do capital comercial não seja explicada por mero engodo dos produtores de mercadorias, é preciso dispor de uma longa série de elos intermediários, que ainda falta completamente aqui onde a circulação de mercadorias e seus momentos simples constituem nosso único pressuposto.

O que vale para o capital comercial, vale ainda mais para o capital usurário. No capital comercial, os extremos, o dinheiro lançado no mercado e o dinheiro aumentado que é retirado do mercado, são ao menos mediados por compra e venda, pelo movimento da circulação. No capital usurário, a forma $D - M - D'$ é reduzida aos extremos não mediados $D - D'$, dinheiro que se troca por mais dinheiro, forma que contradiz a natureza do dinheiro e, por isso, inexplicável do ponto de vista do intercâmbio de mercadorias. Daí Aristóteles:

“Como a Crematística é dupla, uma pertencente ao comércio, a outra à Economia, a última necessária e louvável, a primeira baseada na circulação e justamente criticada (pois ela não se baseia na natureza, mas no engodo mútuo), assim também o agiota é odiado com toda justiça, porque o próprio dinheiro é aqui a fonte do ganho e não é usado de acordo com o fim para o qual ele foi inventado. Pois ele surgiu para o intercâmbio de mercadorias, mas o juro faz de dinheiro mais dinheiro. Daí também o seu nome (juro e nascido). Pois os nascidos são semelhantes aos que os geraram. Mas o juro é dinheiro de dinheiro, de modo que, de todas as modalidades de ganho, esse é o mais antinatural”.³⁸

³⁴ "O intercâmbio de dois valores iguais não aumenta a massa dos valores existentes na sociedade nem a diminui. O intercâmbio de dois valores desiguais (...) também não altera nada na soma dos valores sociais, já que acrescenta à fortuna de um o que retira da do outro." (SAY, J.-B. *Op. cit.*, t. II, p. 443-444.) Say, naturalmente despreocupado quanto às conseqüências dessa frase, tomou-a quase literalmente dos fisiocratas. A maneira como ele explora os textos deles, esgotados na sua época, para o aumento do seu próprio “valor”, mostra o seguinte exemplo. A “mais famosa” frase de Monsieur Say “só se pode comprar produtos com produtos” (*Op. cit.*, t. II, p. 438) reza no original fisiocrático: “produtos só se podem pagar com produtos”. (LE TROSNE. *Op. cit.*, p. 899.)

³⁵ "O intercâmbio não transfere valor de nenhuma espécie aos produtos." (WAYLAND, F. *The Elements of Pol Econ.* Boston, 1843. p. 168.)

³⁶ "Sob o domínio de equivalentes imutáveis, o comércio seria impossível." (OPDYKE, G. *A Treatise on Polit. Economy.* Nova York, 1851. p. 66-69.) “Sob a diferença entre valor real e valor de troca jaz um fato — ou seja, que o valor de uma coisa é diferente do assim chamado equivalente que por ela é dado no comércio, isto é, que esse equivalente não é equivalente.” (ENGELS, F. *Op. cit.*, p. 95-96.)

³⁷ FRANKLIN, Benjamin. *Works.* v. II, edit. Sparks. In: *Positions to be Examined Concerning National Wealth.* [p. 376.]

³⁸ ARISTÓTELES, *Op. cit.*, cap. 10, [p. 17].

Do mesmo modo que o capital comercial, encontraremos, ao longo de nossa pesquisa, o capital a juros como forma derivada e, ao mesmo tempo, veremos por que ambos aparecem historicamente antes da moderna forma básica do capital.

Mostrou-se que a mais-valia não pode originar-se da circulação, que, portanto, em sua formação deve ocorrer algo por trás de suas costas e que nela mesma é invisível.³⁹ Mas pode a mais-valia originar-se de outro lugar que não da circulação? A circulação é a soma de todas as relações recíprocas⁴⁰ dos possuidores de mercadorias. Fora da mesma o possuidor de mercadoria só está ainda em relação com sua própria mercadoria. No que tange ao valor dela, a relação se limita ao fato de que ela contém um quantum de seu próprio trabalho medido segundo determinadas leis sociais. Esse quantum de trabalho se expressa na grandeza de valor de sua mercadoria e, como grandeza de valor, se representa em dinheiro de conta, num preço de, por exemplo, 10 libras esterlinas. Mas o seu trabalho não se representa no valor da mercadoria e num excedente acima do seu próprio valor, não num preço de 10 que seja, ao mesmo tempo, um preço de 11, não num valor que seja maior do que ele mesmo. O possuidor de mercadorias pode formar valores por meio do seu trabalho, mas não valores que se valorizem. Ele pode aumentar o valor de uma mercadoria, acrescentando, mediante novo trabalho, novo valor ao valor preexistente, por exemplo, ao fazer de couro, botas. O mesmo material tem agora mais valor porque ele contém um quantum maior de trabalho. A bota tem, por isso, mais valor do que o couro, mas o valor do couro permanece o que era. Ele não se valorizou, não se acrescentou uma mais-valia durante a fabricação da bota. É, portanto, impossível que o produtor de mercadorias, fora da esfera de circulação, sem entrar em contato com outros possuidores de mercadorias, valorize valor e, daí, transforme dinheiro ou mercadoria em capital.

Capital não pode, portanto, originar-se da circulação e, tampouco, pode não originar-se da circulação. Deve, ao mesmo tempo, originar-se e não se originar dela.

Um resultado duplo foi, portanto, alcançado.

A transformação do dinheiro em capital tem de ser desenvolvida com base nas leis imanentes ao intercâmbio de mercadorias de modo que a troca de equivalentes sirva de ponto de partida.⁴¹ Nosso possuidor de dinheiro, por enquanto ainda presente apenas como capitalista larvar, tem de comprar as mercadorias por seu valor, vendê-las por seu valor e, mesmo assim, extrair no final do processo mais valor do que lançou nele. Sua metamorfose em borboleta tem de ocorrer na esfera da circulação e não tem de ocorrer na esfera da circulação. São essas as condições do problema. *Hic Rhodus, hic salta!*⁴²

3. Compra e venda da força de trabalho

A modificação do valor de dinheiro, que deve transformar-se em capital, não pode ocorrer neste mesmo dinheiro, pois como meio de compra e como meio de pagamento ele só realiza o preço da mercadoria que ele

³⁹ "Sob as condições costumeiras do mercado, o lucro não é gerado pelo intercâmbio. Se ele não tivesse estado antes presente, tampouco poderia existir depois dessa transação." (RAMSAY. *Op. cit.*, p. 184.)

⁴⁰ 3ª e 4ª ed.: relações mercantis. (N. da Ed. Alemã.)

⁴¹ De acordo com essa discussão, o leitor compreende que isso significa apenas: a formação de capital tem de ser possível também quando o preço da mercadoria seja igual ao valor da mercadoria. Ela não pode ser explicada pelo desvio dos preços das mercadorias em relação aos valores das mercadorias. Se os preços se desviam realmente dos valores, então é preciso começar por reduzi-los aos últimos, ou seja, abstrair essa circunstância como sendo casual, para ter pela frente, em sua pureza, o fenômeno da formação de capital com base no intercâmbio de mercadorias e não ser confundido em sua observação por circunstâncias secundárias, perturbadoras e estranhas ao verdadeiro decurso. Sabe-se, aliás, que essa redução não é, de modo algum, um mero procedimento científico. As constantes oscilações dos preços de mercado, o seu aumento e queda se compensam, se anulam reciprocamente e se reduzem a um preço médio como sua regra imanente. Esta constitui a estrela-guia, por exemplo, do comerciante ou do industrial, em cada empreendimento que abranja espaço de tempo maior. Ele sabe, por conseguinte, que, considerando-se um período mais longo como um todo, as mercadorias realmente não são vendidas nem abaixo nem acima, mas de acordo com o seu preço médio. Se o pensamento desinteressado fosse ao todo de seu interesse, então ele precisaria colocar o problema da formação de capital assim: como pode surgir o capital sendo os preços regulados pelo preço médio, ou seja, em última instância, pelo valor das mercadorias? Digo "em última instância" porque os preços médios não coincidem diretamente com as grandezas de valor das mercadorias, conforme acreditam A. Smith, Ricardo etc.

⁴² De uma fábula de Esopo em que um fanfarrão sustenta ter dado um salto prodigioso em Rodos. A ele se replicou: Aqui está Rodos, aqui salta. (N. da Ed. Alemã.)

compra ou paga, enquanto, persistindo em sua própria forma, petrifica-se numa grandeza de valor permanentemente igual.¹ Tampouco pode a modificação originar-se do segundo ato de circulação, a revenda da mercadoria, pois esse ato apenas retransforma a mercadoria da forma natural na forma dinheiro. A modificação precisa ocorrer, portanto, com a mercadoria comprada no primeiro ato *D — M*, mas não com o seu valor, pois são trocados equivalentes, a mercadoria é paga por seu valor. A modificação só pode originar-se, portanto, do

seu valor de uso enquanto tal, isto é, do seu consumo. Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica — a capacidade de trabalho ou a força de trabalho.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.

Para que, no entanto, o possuidor de dinheiro encontre à disposição no mercado a força de trabalho como mercadoria, diversas condições precisam ser preenchidas. O intercâmbio de mercadorias não inclui em si e para si outras relações de dependência que não as originadas de sua própria natureza. Sob esse pressuposto, a força de trabalho como mercadoria só pode aparecer no mercado à medida que e porque ela é oferecida à venda ou é vendida como mercadoria por seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para que seu possuidor venda-a como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa.² Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadorias iguais por origem, só se diferenciando por um ser comprador e o outro, vendedor, sendo portanto ambos pessoas juridicamente iguais. O prosseguimento dessa relação exige que o proprietário da força de trabalho só a venda por determinado tempo, pois, se a vende em bloco, de uma vez por todas, então ele vende a si mesmo, transforma-se de homem livre em um escravo, de possuidor de mercadoria em uma mercadoria. Como pessoa, ele tem de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, portanto, sua própria mercadoria, e isso ele só pode na medida em que ele a coloca à disposição do comprador apenas provisoriamente, por um prazo de tempo determinado, deixando-a ao consumo, portanto, sem renunciar à sua propriedade sobre ela por meio de sua alienação.³

¹ “Na forma de dinheiro (...) o capital não gera lucro.” (RICARDO. *Princ. of Pol. Econ.* p. 267.)

² Nas enciclopédias sobre a antiguidade clássica, pode-se ler o disparate de que no mundo antigo o capital estava plenamente desenvolvido “exceto que faltavam o trabalhador livre e o sistema de crédito”. Também o sr. Mommsen, em sua *História Romana*, pratica um quiproquó depois do outro.

³ Diversas legislações estabeleceram por isso um máximo para o contrato de trabalho. Todos os códigos legais em países de trabalho livre regulam condições de rescisão do contrato. Em diversos países, notadamente no México (antes da Guerra Civil americana, também nos territórios arrancados ao México e, de acordo com a coisa, até a revolução de Kusa,* nas províncias do Danúbio), a escravatura se oculta sob a forma de peonagem. Por meio de adiantamentos resgatáveis em trabalho e que passam de geração em geração, não só o trabalhador individual, mas também sua família, torna-se de fato propriedade de outras pessoas e de suas famílias. Juárez tinha abolido a peonagem. O assim chamado Imperador Maximiliano restabeleceu-a mediante um decreto, que foi acertadamente denunciado na Câmara dos Representantes em Washington como decreto para o restabelecimento da escravatura no México. “De minhas específicas habilidades e possibilidades físicas e espirituais de atividade posso (...) alienar a outrem um uso limitado no tempo, porque elas por essa limitação recebem uma relação externa com minha totalidade e universalidade. Por meio da alienação de todo o meu tempo concreto pelo trabalho e da totalidade de minha produção, eu converteria em propriedade de outro o substancial da mesma, minha atividade e realidade gerais, a minha personalidade.” (HEGEL *Philosophie des Rechts*. Berlim, 1840. p. 104, § 67.)

* Revolução de Kusa. Em janeiro de 1859, Alexandre Kusa foi eleito hospodar da Moldávia e pouco depois da Valáquia. Pela unificação desses dois principados danubianos, que durante muito tempo estiveram submetidos ao domínio do império otomano, criou-se um Estado unitário romeno. Kusa se colocou como meta realizar uma série de reformas democráticoburguesas. Sua política encontrou, no entanto, forte resistência dos proprietários fundiários e de certa parte da burguesia. Depois que a Assembléia Nacional, na qual os representantes dos proprietários fundiários predominavam, rejeitou o projeto de reforma agrária apresentado pelo Governo, Kusa dissolveu essa corporação reacionária. Foi proclamada uma constituição, o círculo de eleitores foi ampliado e o poder do Governo fortalecido. A reforma agrária aceita nessa nova situação política previa a abolição da servidão e a repartição da terra entre os camponeses mediante sua recompra. (N. da Ed. Alemã.)

A segunda condição essencial para que o possuidor de dinheiro encontre no mercado a força de trabalho como mercadoria é que seu possuidor, em lugar de poder vender mercadorias em que seu trabalho se tenha objetivado, precisa, muito mais, oferecer à venda como mercadoria sua própria força de trabalho, que só existe em sua corporalidade viva.

Para que alguém venda mercadorias distintas de sua força de trabalho ele tem de possuir naturalmente meios de produção, por exemplo, matérias-primas, instrumentos de trabalho etc. Ele não pode fazer botas sem couro. Precisa, além disso, de meios de subsistência. Ninguém, nem mesmo um músico do porvir, pode alimentar-se com produtos do futuro, portanto também não de valores de uso cuja produção não esteja concluída, e, como nos primeiros dias de sua aparição sobre o palco do mundo, o homem ainda precisa consumir a cada dia, antes de produzir e enquanto produz. Caso os produtos sejam produzidos como mercadorias, então precisam ser vendidos depois de produzidos, e só podem satisfazer às necessidades do produtor depois da venda. Ao tempo da produção se acresce o tempo necessário à venda.

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.

Por que esse trabalhador livre se defronta com ele na esfera da circulação é questão que não interessa ao possuidor de dinheiro, que encontra o mercado de trabalho como uma divisão específica do mercado de mercadorias. E tampouco ela nos interessa por enquanto. Nós nos ateremos ao fato na teoria assim como o possuidor de dinheiro na prática. Uma coisa, no entanto, é clara. A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social.

Também as categorias econômicas que observamos antes ostentam a sua marca histórica. Na existência do produto como mercadoria estão envolvidas determinadas condições históricas. Para se tornar mercadoria o produto não pode ser produzido como meio de subsistência imediato para o próprio produtor. Se tivéssemos pesquisado mais: sob que circunstâncias todos os produtos tomam ou também apenas a maioria deles toma a forma de mercadoria, então se teria descoberto que isso só ocorre com base em um modo de produção bem específico, o capitalista. Tal pesquisa não se coadunava, no entanto, com a análise da mercadoria. Produção de mercadorias e circulação de mercadorias podem ocorrer embora a grande massa de produtos, orientada diretamente ao autoconsumo, não se transforme em mercadoria e portanto o processo de produção social ainda esteja muito longe de estar dominado em toda a sua extensão e profundidade pelo valor de troca. A representação do produto como mercadoria supõe uma divisão de trabalho tão desenvolvida dentro da sociedade, que a separação entre valor de uso e valor de troca, que apenas principia no escambo direto, já se tenha completado. Tal estágio de desenvolvimento é, porém, comum às formações socioeconômicas historicamente as mais diversas.

Ou se consideramos o dinheiro, então precisamos pressupor que a troca de mercadorias tenha atingido certo nível. As formas específicas de dinheiro, mero equivalente de mercadoria ou meio circulante ou meio de pagamento, tesouro e dinheiro mundial, apontam, de acordo com a extensão diversa e a predominância relativa de uma ou de outra função, para estágios muito diferentes do processo de produção social. Apesar disso, de acordo com a experiência, basta uma circulação de mercadorias relativamente pouco desenvolvida para a constituição de todas essas formas. Diversamente com o capital. Suas condições históricas de existência de modo algum estão presentes na circulação mercantil e monetária. Ele só surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica que encerra uma história mundial. O capital anuncia, portanto, de antemão, uma época do processo de produção social.⁴

⁴ O que, portanto, caracteriza a época capitalista é que a força de trabalho assume, para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria que pertence a ele, que, por conseguinte, seu trabalho assume a forma de trabalho assalariado. Por outro lado, só a partir desse instante se universaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho.

Essa mercadoria peculiar, a força de trabalho, tem de ser agora examinada mais de perto. Como todas as outras mercadorias, ela tem um valor.⁵ Como ele é determinado?

O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado *quantum* de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor. A força de trabalho só se realiza, no entanto, mediante sua exteriorização, ela só se aciona no trabalho. Por meio de sua ativação, o trabalho, é gasto, porém, determinado *quantum* de músculo, nervo, cérebro etc. humanos que precisa ser repostos. Esse gasto acrescido condiciona uma receita acrescida.⁶ Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele deve poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições de força e saúde. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal. As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres.⁷ Em antítese às outras mercadorias a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral. No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado.

O proprietário da força de trabalho é mortal. Se, portanto, sua aparição no mercado é para ser contínua, como pressupõe a contínua transformação de dinheiro em capital, então o vendedor da força de trabalho precisa perpetuar-se “como todo indivíduo se perpetua pela procriação”.⁸ As forças de trabalho subtraídas do mercado pelo desgaste e morte precisam ser continuamente substituídas ao menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores, de modo que essa *race*⁹ de peculiares possuidores de mercadorias se perpetue no mercado de mercadorias.¹⁰

Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis. Conforme o caráter mais ou menos mediato da força de trabalho, os seus custos de formação são diferentes. Esses custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram, portanto no âmbito dos valores gastos para a sua produção.

O valor da força de trabalho se resolve no valor de uma soma determinada de meios de subsistência. Ele muda, portanto, também com o valor desses meios de subsistência, isto é, com a grandeza do tempo de trabalho exigido para sua produção.

⁵ "O valor de um homem é, como o de todas as outras coisas, igual ao seu preço: isso quer dizer tanto quanto é pago para o uso de sua força." (HOBBS, Th. *Leviathan*. In: *Works*. Edit. Molesworth, Londres, 1839-1844. v. III, p. 76.)

⁶ O *villicus* da Roma Antiga, como feitor de escravos nos trabalhos agrícolas, recebia, “por ter trabalho mais leve que o dos escravos, uma ração menor do que estes”. (MOMMSEN, Th. *Römische Geschichte*. * 1867. p. 810.)

* *História Romana*. (N. dos T.)

⁷ Cf. THORNTON, W. Th. *Over-Population and its Remedy*. Londres, 1846.

⁸ Petty.

⁹ Raça. (N. dos T.)

¹⁰ "Seu" (do trabalho) “preço natural (...) consiste em tal quantidade de meios de subsistência e objetos de conforto, como são necessários de acordo com o clima e com os hábitos de um país para manter o trabalhador e possibilitar-lhe criar uma família que possa assegurar no mercado uma oferta de trabalho sem diminuição.” (TORRENS, R. *An Essay on the External Corn Trade*. Londres, 1815. p. 62.) A palavra trabalho está aí erroneamente em lugar de força de trabalho.

Parte dos meios de subsistência, por exemplo, alimentação, aquecimento etc., é diariamente consumida e precisa ser diariamente reposta. Outros meios de subsistência, como roupas, móveis etc., gastam-se em períodos mais extensos de tempo e, por isso, só precisam ser repostos em períodos mais extensos de tempo. Mercadorias de uma espécie precisam ser compradas ou pagas diariamente, outras semanalmente, trimestralmente etc. Mas como quer que a soma dessas despesas se possa repartir durante, por exemplo, um ano, ela precisa ser coberta pela receita média dia por dia. Seja a massa das mercadorias exigidas diariamente para a produção da força de trabalho = A , a exigida semanalmente = B , a exigida trimestralmente = C etc., então a média diária dessas mercadorias seria = $365 A + 52 B + 4 C + \text{etc}$ dividido por 365.

Supondo-se que 6 horas de trabalho social estão contidas nessa massa de mercadorias necessária ao dia médio, então se objetiva diariamente na força de trabalho meio dia de trabalho social médio, ou meio dia de trabalho é exigido para a produção diária da força de trabalho. Esse *quantum* de trabalho exigido para sua produção diária forma o valor de um dia de força de trabalho ou o valor da força de trabalho reproduzida em um dia. Se meio dia de trabalho social médio se representa igualmente numa massa de ouro de 3 xelins ou em 1 táler, então 1 táler é o preço correspondente ao valor de um dia da força de trabalho. Se o possuidor da força de trabalho oferece-a por 1 táler ao dia, então o seu preço de venda é igual ao seu valor e, de acordo com nossos pressupostos, o possuidor de dinheiro, que cobiça transformar o seu táler em capital, paga esse valor.

O limite último ou limite mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma massa de mercadorias, sem cujo suprimento diário o portador da força de trabalho, o homem, não pode renovar o seu processo de vida, sendo portanto o valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo, então ele cai abaixo do valor dela, pois assim ela só pode manter-se e desenvolver-se em forma atrofiada. Mas o valor de cada mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para fornecê-la com sua qualidade normal.

É sentimentalismo extraordinariamente barato considerar brutal essa determinação do valor da força de trabalho que decorre da natureza da coisa e lamentar-se, por exemplo, com Rossi:

“Conceber a capacidade de trabalho (*puissance de travail*), abstraindo-se dos meios de subsistência do trabalho durante o processo de produção, significa conceber um ser da razão (*être de raison*). Quem diz trabalho, quem diz capacidade de trabalho, diz ao mesmo tempo trabalhador e meios de subsistência, trabalhador e salário”.¹¹

Quem diz capacidade de trabalho não diz trabalho, como quem diz capacidade de digestão tampouco diz digestão. Para esse último processo é reconhecidamente necessário mais do que um bom estômago. Quem diz capacidade de trabalho não abstrai dos meios necessários à sua subsistência. O valor deles é antes expresso no valor dela. Se não é vendida, de nada serve ao trabalhador, ele então a percebe muito mais como uma cruel necessidade natural que a sua capacidade de trabalho tenha exigido determinado *quantum* de meios de subsistência para sua produção e constantemente exige de novo para a sua reprodução. Ele descobre, então, com Sismondi:

“A capacidade de trabalho (...) nada é se não é vendida”.¹²

A natureza peculiar dessa mercadoria específica, a força de trabalho, faz com que, com a conclusão do contrato entre comprador e vendedor, seu valor de uso ainda não se tenha verdadeiramente transferido para as mãos do comprador. O seu valor, como o de qualquer outra mercadoria, estava determinado antes de ela entrar em circulação, pois determinado *quantum* de trabalho social havia sido gasto para a produção da força de trabalho, mas o seu valor de uso consiste na exteriorização posterior dessa força. Por isso, a alienação da força e a sua verdadeira exteriorização, ou seja, a sua existência como valor de uso, se separam no tempo. No caso de mercadorias,¹³ porém, em que a alienação formal do valor de uso mediante a venda e sua verdadeira

¹¹ROSSI. *Cours d'Écon. Polit.* Bruxelas, 1843. p. 370-371.

¹²SISMONDI. *Nouv. Princ.* etc. t. I, p. 113.

¹³“Todo trabalho é pago depois de concluído” (*An Inquiry into those Principles, Respecting the Nature of Demand* etc. p. 104). “O crédito comercial tinha de começar no momento em que o trabalhador, o primeiro criador da produção, estava em

entrega ao comprador se separam no tempo, o dinheiro do comprador funciona geralmente como meio de pagamento. Em todos os países com modo de produção capitalista, a força de trabalho só é paga depois de ter funcionado durante o prazo previsto no contrato de compra, por exemplo, no final de cada semana. Por toda parte, portanto, o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; ele deixa consumi-la pelo comprador, antes de receber o pagamento de seu preço; por toda parte, portanto, o trabalhador fornece crédito ao capitalista. Que esse fornecimento de crédito não é nenhuma fantasia vã, mostra-o não só a perda ocasional do salário creditado quando ocorre bancarrota do capitalista,¹⁴ mas também uma série de efeitos mais duradouros.¹⁵ No entanto, nada muda na natureza do próprio intercâmbio de mercadorias se o dinheiro funciona como meio de compra ou como meio de pagamento. O preço da força de trabalho está fixado contratualmente, ainda que ele só venha a ser realizado depois, como o preço do aluguel de uma casa. A força de trabalho está vendida, ainda que ela só seja paga posteriormente. Para a concepção pura da relação é, no entanto, útil pressupor, por enquanto, que o possuidor da força de trabalho recebe com sua venda cada vez e também prontamente o preço estipulado contratualmente.

Conhecemos agora a maneira pela qual é determinado o valor, que é pago ao possuidor dessa mercadoria peculiar, a força de trabalho, pelo possuidor de dinheiro. O valor de uso, que este último recebe por sua vez na troca, só se mostra na utilização real, no processo de consumo da força de trabalho. Todas as coisas necessárias a esse processo, como matéria-prima etc., o possuidor de dinheiro compra no mercado e paga seu preço integral. O processo de consumo da força de trabalho é, simultaneamente, o processo de produção de mercadoria e de maisvalia. O consumo da força de trabalho, como o consumo de qualquer outra mercadoria, ocorre fora do mercado ou da esfera de circulação. Abandonemos então, junto com o possuidor de dinheiro e o

condições, com base em suas economias, de esperar pelo salário de seu trabalho até o final de uma a duas semanas, um mês, um trimestre etc.” (GANILH. Ch. *Des Systèmes d'Écon. Polit.* 2ª ed., Paris, 1821. t. II, p. 150.)

¹⁴“O trabalhador empresta seu esforço”, mas, acrescenta Storch, astutamente: ele “nada arrisca”, exceto “perder o seu salário (...) o trabalhador não transfere nada material.” (STORCH. *Cours d'Écon. Polit.* Petersburgo, 1815, t. II, p. 36-37.)

¹⁵ Um exemplo. Em Londres existem duas espécies de padeiros, os *full priced*, que vendem o pão por seu valor pleno, e os *undersellers*, que o vendem abaixo desse valor. Essa última classe constitui 3/4 do número total dos padeiros (p. XXXII no *Report* do Comissário Governamental H. S. Tremenheere sobre as *Grievances complained of by the journeymen bakers* etc. Londres, 1862). Esses *undersellers* vendem, quase sem exceção, pão falsificado com a mistura de alúmen, sabão, potassa, cal, pó de pedra de Derbyshire e outros ingredientes saborosos, nutritivos e saudáveis. (Ver o Livro Azul acima citado, bem como o relatório do “Committee of 1855 on the Adulteration of Bread” e do dr. HASSALL. *Adulterations Detected.* 2ª ed., Londres, 1861.) Sir John Gordon declarou perante o Comitê de 1855 que “em consequência dessas falsificações, o pobre, que vive de 2 libras-peso de pão por dia, agora não recebe verdadeiramente nem a quarta parte do material nutriente, sem considerar os efeitos prejudiciais sobre sua saúde”. Como motivo para que “uma parte muito grande da classe operária”, ainda que bem informada sobre as falsificações, mesmo assim aceite na compra alúmen, pó de pedra etc., Tremenheere (l.c. p. XLVIII) informa que para eles “é uma questão de necessidade aceitar do seu padeiro ou do *chandler's shop** o pão como eles queiram fornecê-lo”. Como eles só são pagos no final da semana de trabalho, só podem também “pagar no final da semana o pão consumido pela família durante a semana”; e, acrescenta Tremenheere, apoiado em assertivas de testemunhas: “É notório que pão preparado com tais misturas é feito expressamente para essa espécie de fregueses”. (“It is notorious that bread composed of those mixtures, is made expressly for sale in this manner.”) “Em muitos distritos agrícolas ingleses” (mas ainda mais em escoceses) “o salário é pago a cada catorze dias e até mesmo mensalmente. Com esses longos prazos de pagamento o trabalhador agrícola tem de comprar as suas mercadorias a crédito. (...) Ele tem de pagar preços mais altos e está preso de fato ao armazém que lhe fia. Assim, em Horningsham, em Wilts, onde o salário é mensal, a mesma farinha que em outro lugar, ele paga com 1 xelim e 10 pence, custa-lhe 2 xelins e 4 pence por *stone*”**. (“Sixth Report” on “Public Health” by “The Medical Officer of the Privy Council etc.”, 1864, p. 264.) “Os estampilhadores manuais de tecido de Paisley e Kilmarnock” (Escócia ocidental) “conquistaram em 1853, por meio de *strike**** a redução do prazo de pagamento de um mês para catorze dias”. (*Reports of the Inspectors of Factories for 31st Oct.* 1853. p. 34.) Como outra espécie de desenvolvimento do crédito, que o trabalhador fornece ao capitalista, pode ser considerado o método de muitos proprietários ingleses de minas de carvão, pelo qual o trabalhador apenas é pago no fim do mês e, no meio tempo, recebe adiantamentos do capitalista, muitas vezes em mercadorias, que ele precisa pagar acima do preço do mercado (*Trucksystem*). “É uma prática costumeira dos donos de minas de carvão pagar a seus trabalhadores uma vez por mês e dar a seus trabalhadores um adiantamento a cada semana intermediária. Esse adiantamento é dado no armazém” (ou seja, no *tommy-shop* ou loja que pertence ao próprio patrão). “Os homens recebem-no de um lado do armazém e o gastam do outro.” (*Children's Employment Commission, III Report.* Londres, 1864. p. 38, nº 192.)

* Loja de miudezas. (N. dos T.)

** Medida inglesa de peso equivalente a 6,35 quilos. (N. dos T.)

*** Greve. (N. dos T.)

possuidor da força de trabalho, essa esfera ruidosa, existente na superfície e acessível a todos os olhos, para seguir os dois ao local oculto da produção, em cujo limiar se pode ler: *No admittance except on business*.¹⁶ Aqui há de se mostrar não só como o capital produz, mas também como ele mesmo é produzido, o capital. O segredo da fabricação de mais-valia há de se finalmente desvendar.

A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade!

Pois comprador e vendedor de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são determinados apenas por sua livre-vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades se dão uma expressão jurídica em comum.

Igualdade! Pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! Pois cada um dispõe apenas sobre o seu. Bentham! Pois cada um dos dois só cuida de si mesmo. O único poder que os junta e leva a um

relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados. E justamente porque cada um só cuida de si e nenhum do outro, realizam todos, em decorrência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência toda esperta, tão-somente a obra de sua vantagem mútua, do bem comum, do interesse geral.

Ao sair dessa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, da qual o livre-cambista *vulgaris* extrai concepções, conceitos e critérios para seu juízo sobre a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já se transforma, assim parece, em algo a fisionomia de nossa *dramatis personae*.¹⁷ O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de força de trabalho como seu trabalhador; um, cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o — curtume.

Texto 4: Cap. V – Processo de trabalho e Processo de Valorização

2. O Processo de valorização

O produto — a propriedade do capitalista — é um valor de uso, fio, botas etc. Mas, embora as botas, por exemplo, constituam de certo modo a base do progresso social e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica as botas por causa delas mesmas. O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même*.¹ Produzem-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca. E para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria: Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia.

De fato, tratando-se aqui de produção de mercadorias, consideramos, até agora, evidentemente apenas um lado do processo. Como a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor.

Consideremos o processo de produção agora também como processo de formação de valor.

Sabemos que o valor de toda mercadoria é determinado pelo *quantum* de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Isso vale também para o produto que nosso capitalista obteve como resultado do processo de trabalho. De início, tem-se portanto de calcular o trabalho materializado nesse produto.

Seja, por exemplo, fio.

¹⁶ Não se permite a entrada a não ser a negócio. (N. dos T.)

¹⁷ Personagens do drama. (N. dos T.)

¹ Que se ama por si mesma. (N. dos T.)

Para a fabricação do fio precisa-se, em primeiro lugar, de sua matéria-prima, por exemplo, 10 libras de algodão. Não é necessário investigar o valor do algodão pois o capitalista o comprou no mercado pelo seu valor, por exemplo, 10 xelins. No preço do algodão já está representado o trabalho exigido para sua produção, como trabalho geral social. Suponhamos ainda que a massa de fusos desgastada no processamento do algodão, que representa, para nós, todos os outros meios de trabalho empregados, tenha um valor de 2 xelins. Se uma massa de ouro de 12 xelins é o produto de 24 horas ou 2 dias de trabalho, segue-se, de início, que no fio estão objetivados 2 dias de trabalho.

Não nos deve desconcertar a circunstância de que o algodão mudou sua forma e a massa de fusos consumida desapareceu totalmente. Segundo a lei geral do valor, 10 libras de fio, por exemplo, são um equivalente de 10 libras de algodão mais 1/4 de fuso, desde que o valor de 40 libras de fio seja = o valor de 40 libras de algodão + o valor de um fuso inteiro, isto é, que o mesmo tempo de trabalho seja exigido para produzir o que está em cada um dos lados dessa equação. Nesse caso, o mesmo tempo de trabalho representa-se uma vez no valor de uso fio, e a outra vez nos valores de uso algodão e fuso. Ao valor é indiferente se aparece em fio, fuso ou algodão. O fato de que fuso e algodão, em vez de ficarem parados, um ao lado do outro, se unem no processo de fiação, que modifica suas formas de uso transformando-se em fio, afeta tão pouco o seu valor quanto se fossem realizados, mediante simples intercâmbio, contra um equivalente de fio.

O tempo de trabalho exigido para a produção do algodão é parte do tempo de trabalho exigido para a produção do fio, ao qual serve de matéria-prima, e por isso está contido no fio. O mesmo vale para o tempo de trabalho exigido para produzir a massa de fusos, sem cuja depreciação ou consumo o algodão não poderia ser fiado.²

Na medida em que, portanto, o valor do fio, o tempo de trabalho exigido para sua produção, é considerado, os diferentes processos particulares de trabalho separados no tempo e no espaço, que tem que ser percorridos para produzir o próprio algodão e a massa de fusos desgastada e para fazer, finalmente, de algodão e fuso fio, podem ser considerados como diversas fases sucessivas do mesmo processo de trabalho. Todo o trabalho contido no fio é trabalho passado. Que o tempo de trabalho exigido para a produção dos elementos constitutivos do fio tenha passado antes, estando no mais-que-perfeito, enquanto o trabalho empregado diretamente no processo final, a fiação, encontra-se mais perto do presente, no pretérito perfeito, é uma circunstância absolutamente indiferente. Se determinada quantidade de trabalho, 30 dias de trabalho por exemplo, é necessária para construir uma casa, não se altera nada no *quantum* total do tempo de trabalho incorporado à casa pelo fato de que o trigésimo dia de trabalho entrou na produção 29 dias depois do primeiro dia de trabalho. E assim pode considerar-se o tempo de trabalho contido no material de trabalho e nos meios de trabalho como se tivesse sido despendido numa fase anterior do processo de fiação, antes do trabalho finalmente acrescentado, sob a forma de fiação.

Os valores dos meios de produção, do algodão e do fuso, expressos no preço de 12 xelins, formam, portanto, partes integrantes do valor do fio ou do valor do produto.

Só duas condições têm de ser preenchidas. Primeiro, algodão e fuso devem ter servido realmente à produção de um valor de uso. Devem ter-se tornado em nosso caso fio. Que valor de uso o porta é indiferente ao valor, mas um valor de uso tem de portá-lo. Segundo, pressupõe-se que somente o tempo de trabalho necessário, sob dadas condições sociais de produção, foi aplicado. Se, portanto, apenas 1 libra de algodão fosse necessária para fiar 1 libra de fio, então deve-se consumir apenas 1 libra de algodão na fabricação de 1 libra de fio. O mesmo vale para o fuso. Ainda que o capitalista tivesse a fantasia de empregar fusos de ouro em vez de fusos de ferro, no valor do fio só conta, todavia, o trabalho socialmente necessário, isto é, o tempo de trabalho necessário para a produção de fusos de ferro.

Sabemos agora qual parte do valor do fio forma os meios de produção, algodão e fuso. É igual a 12 xelins, ou à materialização de 2 dias de trabalho. Trata-se agora daquela parte de valor que o trabalho do próprio fiandeiro acrescenta ao algodão.

Agora temos de observar esse trabalho sob um aspecto totalmente diverso daquele sob o qual o consideramos durante o processo de trabalho. Lá, tratava-se da atividade orientada ao fim de transformar algodão em fio. Quanto mais adequado o trabalho a esse, tanto melhor o fio, supondo-se inalteradas todas as

² "No valor das mercadorias não influi apenas o trabalho nelas diretamente aplicado, mas também o trabalho aplicado nos instrumentos, ferramentas e edifícios que apóiam o trabalho diretamente despendido." (RICARDO. *Op. cit.*, p. 16.)

demais circunstâncias. O trabalho do fiandeiro era especificamente diferente de outros trabalhos produtivos, e a diversidade manifestava-se subjetiva e objetivamente no fim particular da fiação, em seu modo particular de operar, na natureza particular de seus meios de produção, no valor de uso particular de seu produto. Algodão e fuso servem de meios de subsistência do trabalho de fiar, mas não se pode com eles fazer canhões raiados. Na medida em que o trabalho do fiandeiro é, pelo contrário, formador de valor, isto é, fonte de valor, não se distingue em nada do trabalho do perfurador de canhões, ou, que está aqui mais próximo, dos trabalhos do plantador de algodão e do produtor de fusos, realizados nos meios de produção do fio. É apenas por causa dessa identidade que plantar algodão, fazer fusos e fiar podem formar partes apenas quantitativamente diferentes do mesmo valor total, do valor do fio. Aqui já não se trata da qualidade, da natureza e do conteúdo do trabalho, mas apenas de sua quantidade. É fácil calculá-la. Pressupomos que o trabalho de fiar é trabalho simples, trabalho social médio. Ver-se-á depois que o pressuposto contrário não altera nada na coisa.

Durante o processo de trabalho, o trabalho se transpõe continuamente da forma de agitação para a de ser, da forma de movimento para a de objetividade. Ao fim de 1 hora, o movimento de fiar está representado em determinado *quantum* de fio, portanto determinado *quantum* de trabalho, 1 hora de trabalho, está objetivado no algodão. Dizemos hora de trabalho, isto é, o dispêndio da força vital do fiandeiro durante 1 hora, pois o trabalho de fiar apenas vale aqui enquanto dispêndio de força de trabalho e não enquanto trabalho específico de fiação.

Agora é de importância decisiva que durante o processo, isto é, durante a transformação do algodão em fio, somente o tempo de trabalho socialmente necessário seja consumido. Se sob condições sociais de produção normais, isto é, médias, A libras de algodão têm de ser transformadas, durante 1 hora de trabalho, em B libras de fio, então somente vale como jornada de trabalho de 12 horas aquela jornada de trabalho que transforma $12 \times A$ libras de algodão em $12 \times B$ libras de fio. Pois apenas o tempo de trabalho socialmente necessário conta como formando valor.

Como o próprio trabalho, assim a matéria-prima e o produto aparecem aqui sob uma luz totalmente diferente da projetada pelo ponto de vista do processo de trabalho propriamente dito. A matéria-prima funcionou aqui apenas como algo que absorve determinado *quantum* de trabalho. Por meio dessa absorção transforma-se, de fato, em fio, porque a força de trabalho foi despendida e lhe foi acrescentada sob a forma de fiação. Mas o produto, o fio, é agora apenas uma escala graduada que mede o trabalho absorvido pelo algodão. Se em 1 hora $1 \frac{2}{3}$ libra de algodão é fiada ou transformada em $1 \frac{2}{3}$ libra de fio, então 10 libras de fio indicam 6 horas de trabalho absorvidas. Quantidades de produto determinadas, verificadas pela experiência, representam agora nada mais que determinadas quantidades de trabalho, determinada massa de tempo de trabalho solidificado. São apenas a materialização de 1 hora, de 2 horas, de 1 dia de trabalho social.

Que o trabalho seja precisamente trabalho de fiar, seu material o algodão e seu produto o fio interessa aqui tão pouco quanto o objeto do trabalho, por sua vez, ser já produto, portanto, matéria-prima. Se o trabalhador, em vez de fiar, estivesse ocupado numa mina de carvão, o objeto de trabalho, o carvão, seria preexistente por natureza. Apesar disso, determinado *quantum* de carvão arrancado da rocha, 1 quintal por exemplo, representaria determinado *quantum* de trabalho absorvido.

Ao tratar da venda da força de trabalho, foi suposto que seu valor diário = 3 xelins e que nestes últimos estão incorporadas 6 horas de trabalho, sendo, portanto, exigido esse *quantum* de trabalho para produzir a soma média dos meios diários de subsistência do trabalhador. Se nosso fiandeiro, durante 1 hora de trabalho, transforma $1 \frac{2}{3}$ libra de algodão em $1 \frac{2}{3}$ libra de fio,³ então transformará, em 6 horas, 10 libras de algodão em 10 libras de fio. Durante o processo da fiação o algodão absorve, portanto, 6 horas de trabalho. O mesmo tempo de trabalho representa-se num *quantum* de ouro de 3 xelins. Mediante a própria fiação acrescenta-se, pois, ao algodão um valor de 3 xelins.

Vejam agora o valor total do produto, das 10 libras de fio. Nelas se objetivam $2 \frac{1}{2}$ dias de trabalho, sendo 2 dias contidos no algodão e na massa de fusos, e $\frac{1}{2}$ dia absorvido durante o processo da fiação. O mesmo tempo de trabalho representa-se numa massa de ouro de 15 xelins. O preço adequado ao valor das 10 libras de fio é, portanto, 15 xelins, o preço de 1 libra de fio, 1 xelim e 6 pence.

Nosso capitalista fica perplexo. O valor do produto é igual ao valor do capital adiantado. O valor adiantado não se valorizou, não produziu mais-valia, o dinheiro não se transformou pois em capital. O preço das 10 libras

³ Esses números são totalmente arbitrários.

de fio é 15 xelins, e 15 xelins foram despendidos no mercado pelos elementos constitutivos do produto ou, o que é o mesmo, para os fatores do processo de trabalho: 10 xelins para o algodão, 2 xelins para a massa de fusos consumida e 3 xelins para a força de trabalho. O valor inchado do fio em nada ajuda, pois seu valor é apenas a soma dos valores que antes se distribuíram entre algodão, fuso e força de trabalho, e de tal adição simples de valores preexistentes não pode agora e jamais surgir uma mais-valia.⁴ Esses valores estão concentrados agora numa só coisa, mas já o estavam na soma de dinheiro de 15 xelins antes que esta se fragmentasse por meio de três compras de mercadorias.

Em si para si, esse resultado não tem nada de estranho. O valor de 1 libra de fio é 1 xelim e 6 pence, e por 10 libras de fio nosso capitalista teria de pagar no mercado, portanto, 15 xelins. Tanto faz que compre no mercado sua casa particular já pronta, ou que a mande construir, nenhuma dessas operações aumentará o dinheiro gasto na aquisição da casa.

O capitalista, familiarizado com a economia vulgar, dirá talvez que adiantou seu dinheiro com a intenção de, com isso, fazer mais dinheiro. Mas o caminho ao inferno está calçado de boas intenções e ele poderia, do mesmo modo, ter a intenção de fazer dinheiro sem produzir nada.⁵ Ameaça. Não o apanharão de novo. Futuramente, comprará a mercadoria pronta no mercado em vez de fabricá-la. Mas se todos os seus irmãos capitalistas fizerem o mesmo, onde deverá ele

encontrar mercadorias prontas? E dinheiro ele não pode comer. Ele faz um sermão. Deve-se levar em consideração sua abstinência. Poderia esbanjar seus 15 xelins. Em lugar disso, os consumiu produtivamente e os transformou em fio. Mas, graças a isso, ele tem fio em vez de remorsos. Ele não deve, de modo algum, recair no papel do entesourador que já nos mostrou o que se obtém do ascetismo. Além disso, onde nada existe, o imperador perdeu seu direito. Qualquer que seja o mérito de sua renúncia, não existe nada para pagá-lo adicionalmente, uma vez que o valor do produto que resulta do processo é apenas igual à soma dos valores das mercadorias lançadas nele. Tem de consolar-se com a idéia de a virtude ser a recompensa da virtude. Mas, em vez disso, ele se torna importuno. O fio não lhe serve de nada. Ele o produziu para a venda. Assim que ele o venda ou, melhor ainda, que produza no futuro apenas coisas para seu próprio uso, receita que seu médico da família, MacCulloch, já prescrevera como remédio comprovado contra a epidemia da superprodução. Ele se torna teimoso. Deveria o trabalhador, com seus próprios membros, criar no éter figuras de trabalho, produzir mercadorias? Não lhe deu ele a matéria, com a qual e na qual pode dar corpo a seu trabalho? Sendo a maior parte da sociedade constituída dos que nada têm não prestou ele um serviço inestimável à sociedade com seus meios de produção, seu algodão e seus fusos, e também ao próprio trabalhador, ao qual forneceu ainda meios de subsistência? Não deve ele apresentar a conta por tal serviço? Mas não prestou-lhe o trabalhador em contrapartida o serviço de transformar algodão e fuso em fio? Além disso, não se trata aqui de serviços.⁶ Um serviço é nada mais que o efeito útil de um valor de uso, seja da mercadoria, seja do trabalho.⁷ Mas aqui trata-se do valor de troca. O capitalista pagou ao trabalhador o valor de 3 xelins. O trabalhador

⁴ Essa é a proposição fundamental em que se baseia a doutrina fisiocrática da improdutividade de todo trabalho não agrícola, e ela é irrefutável para o economista — de profissão. “Essa maneira de imputar a um único objeto os valores de vários outros” (por exemplo, ao linho a subsistência do tecelão), “de acumular, por assim dizer, diversos valores em camadas sobre um único, faz com que este cresça na mesma proporção. (...) A palavra adição designa muito bem o modo como se forma o preço das manufaturas; este preço é apenas a soma total de vários valores consumidos e adicionados; mas adicionar não é multiplicar.” (RIVIÈRE, Mercier de la. *Op. cit.*, p. 599.)

⁵ Assim, por exemplo, ele retirou de 1844 a 1847 parte de seu capital do negócio produtivo para perdê-la na especulação com ações ferroviárias. Assim, ao tempo da Guerra de Secessão americana, fechou a fábrica e lançou o operário na rua, para jogar na Bolsa de algodão de Liverpool.

⁶ “Deixa que se exaltem, se adornem e se enfeitem. (...) Mas que toma mais ou algo melhor” (do que dá) “prática usura e não presta serviço, mas causa prejuízo a seu próximo, como se furtasse ou roubasse. Nem tudo que se chama de serviço e benefício ao próximo é serviço e benefício. Pois um adúltero e uma adúltera se prestam mutuamente grande serviço e prazer. Um cavaleiro presta grande serviço ao incendiário e assassino, ajudando-o a roubar nas estradas, a fazer guerra a terras e gentes. Os papistas prestam aos nossos grande serviço, ao não afogarem, queimarem, assassinares ou fazerem apodrecer a todos nas prisões, mas deixam alguns viverem, desterrando-os ou despojando-os de seus haveres. O próprio diabo presta a seus servidores grande e inestimável serviço (...) Em resumo, o mundo está cheio de grandes e excelentes serviços e benefícios diários.” (LUTHER, Martin. *An die Pfarrherrn, wider den Wucher zu Predigen etc.* Wittenberg, 1540.)

⁷ Em *Zur Kritik der Pol. Oek.*, p. 14, observo sobre isso, entre outras coisas: “Compreende-se qual ‘serviço’ a categoria ‘serviço’ (*service*) deve prestar a uma espécie de economistas como J.-B. Say e F. Bastiat”.*

* Ver v. 13 da *MEW*. p. 24. (N. da Ed. Alemã.)

devolveu-lhe um equivalente exato, no valor de 3 xelins, acrescido ao algodão. Valor contra valor. Nosso amigo, até há pouco capitalisticamente arrogante, assume subitamente a atitude modesta de seu próprio trabalhador. Não trabalhou ele mesmo? Não executou o trabalho de vigilância e superintendência sobre o fiandeiro? Não cria valor também esse seu trabalho? Mas seu próprio *overlooker*⁸ e seu gerente encolhem os ombros. Entrementes, já recobrou com um sorriso alegre sua fisionomia anterior. Ele troçou de nós com toda essa ladainha. Não daria um centavo por ela. Ele deixa esses e semelhantes subterfúgios e petas vazias aos professores da Economia Política, expressamente pagos para isso. Ele mesmo é um homem prático que nem sempre pensa no que diz fora do negócio, mas sempre sabe o que faz dentro dele.

Examinemos a coisa mais de perto. O valor de um dia da força de trabalho importava em 3 xelins, porque nela mesma está objetivada meia jornada de trabalho, isto é, porque os meios de subsistência necessários para produzir diariamente a força de trabalho custam meia jornada de trabalho. Mas o trabalho passado que a força de trabalho contém, e o trabalho vivo que ela pode prestar, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas inteiramente diferentes. A primeira determina seu valor de troca, a outra forma seu valor de uso. O fato de que meia jornada seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede o trabalhador, de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho. Sua propriedade útil, de poder fazer fio ou botas, era apenas uma *conditio sine qua non*,⁹ pois o trabalho para criar valor tem de ser despendido em forma útil. Mas o decisivo foi o valor de uso específico dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem. Esse é o serviço específico que o capitalista dela espera. E ele procede, no caso, segundo as leis eternas do intercâmbio de mercadorias. Na verdade, o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um, sem desfazer-se do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor.

Nosso capitalista previu o caso que o faz sorrir.¹⁰ O trabalhador encontra, por isso, na oficina, os meios de produção necessários não para um processo de trabalho de 6 horas, mas de 12. Se 10 libras de algodão absorviam 6 horas de trabalho e transformavam-se em 10 libras de fio, então 20 libras de algodão absorverão 12 horas de trabalho e se transformarão em 20 libras de fio. Consideremos o produto do processo prolongado de trabalho. Nas 20 libras de fio estão objetivadas agora 5 jornadas de trabalho: 4 na massa consumida de algodão e fusos, 1 absorvida pelo algodão durante o processo de fiação. Mas a expressão em ouro de 5 jornadas de trabalho é 30 xelins ou 1 libra esterlina e 10 xelins. Esse é, portanto, o preço das 20 libras de fio. Uma libra de fio custa, depois como antes, 1 xelim e 6 pence. Mas a soma dos valores das mercadorias lançadas no processo importou em 27 xelins. O valor do fio é de 30 xelins. O valor do produto ultrapassou de 1/9 o valor adiantado para sua produção. Dessa maneira, transformaram-se 27 xelins em 30. Deram uma mais-valia de 3 xelins. Finalmente a artimanha deu certo. Dinheiro se transformou em capital.

Todas as condições do problema foram resolvidas e, de modo algum, as leis do intercâmbio de mercadorias foram violadas. Trocou-se equivalente por equivalente. O capitalista pagou, como comprador, toda mercadoria por seu valor, algodão, massa de fusos, força de trabalho. Depois fez o que faz qualquer outro comprador de mercadorias. Consumiu seu valor de uso. Do processo de consumo da força de trabalho, ao mesmo tempo processo de produção da mercadoria, resultou um produto de 20 libras de fio com um valor de 30 xelins. O capitalista volta agora ao mercado e vende mercadoria, depois de ter comprado mercadoria. Vende a libra de fio por 1 xelim e 6 pence, nenhum centavo acima ou abaixo de seu valor. E, não obstante, tira da circulação 3

⁸ Fiscal. (N. dos T.)

⁹ Condição indispensável. (N. dos T.)

¹⁰ "Kasus, der ihn lachen macht", citação modificada de Goethe, *Fausto*. Parte Primeira. "Quarto de Estudante". (N. da Ed. Alemã.)

xelins mais do que nela lançou. Todo esse seguimento, a transformação de seu dinheiro em capital, se opera na esfera da circulação e não se opera nela. Por intermédio da circulação, por ser condicionado pela compra da força de trabalho no mercado. Fora da circulação, pois ela apenas introduz o processo de valorização, que ocorre na esfera da produção. E assim é *tout pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles*.¹¹

O capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, um monstro animado que começa a “trabalhar” como se tivesse amor no corpo.¹²

Se comparamos o processo de formação de valor com o processo de valorização, vemos que o processo de valorização não é nada mais que um processo de formação de valor prolongado além de certo ponto. Se este apenas dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, então é um processo simples de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, torna-se processo de valorização.

Se comparamos, além disso, o processo de formação de valor com o processo de trabalho, vemos que este consiste no trabalho útil que produz valores de uso. O movimento é considerado aqui qualitativamente, em seu modo e maneira particular, segundo seu objetivo e conteúdo. O mesmo processo de trabalho apresenta-se no processo de formação de valor somente em seu aspecto quantitativo. Trata-se aqui apenas do tempo que o trabalho precisa para sua operação ou da duração na qual a força de trabalho é despendida de forma útil. Também as mercadorias que entram no processo de trabalho aqui já não valem como fatores materiais, determinados funcionalmente, da força de trabalho atuando orientadamente para um fim. Apenas contam com determinadas quantidades de trabalho objetivado. O trabalho, seja contido nos meios de produção, seja acrescido a eles pela força de trabalho, somente conta por sua duração. Representa tantas horas, dias etc.

Mas conta somente na medida em que o tempo gasto na produção do valor de uso é socialmente necessário. Isso envolve vários fatores. A força de trabalho tem de funcionar em condições normais. Se a máquina de fiar é o instrumento de trabalho socialmente dominante para a fiação, então não se deve pôr uma roda de fiar nas mãos do trabalhador. Ele não deve receber, em vez de algodão de qualidade normal, um refugo que rasga a todo instante. Em ambos os casos, ele precisaria de mais do que o tempo socialmente necessário para a produção de 1 libra de fio, mas esse tempo excedente não geraria valor em dinheiro. O caráter normal dos fatores materiais de trabalho não depende, porém, do trabalhador, mas do capitalista. Outra condição é o caráter normal da própria força de trabalho. No ramo que se aplica deve possuir o grau médio de habilidade, destreza e rapidez. Mas nosso capitalista comprou no mercado força de trabalho de qualidade normal. Essa força tem de ser despendida no grau médio habitual de esforço, com o grau de intensidade socialmente usual. Sobre isso o capitalista exerce vigilância com o mesmo temor que manifesta de que nenhum tempo seja desperdiçado, sem trabalho. Comprou a força de trabalho por prazo determinado. Insiste em ter o que é seu. Não quer ser roubado. Finalmente

— e para isso tem ele seu próprio *code pénal*¹³ — não deve ocorrer nenhum consumo desnecessário de matéria-prima e meios de trabalho, porque material e meios de trabalho desperdiçados representam quantidades despendidas em excesso de trabalho objetivado, que, portanto, não contam nem entram no produto da formação de valor.¹⁴

¹¹ "Tudo pelo melhor no melhor dos mundos possíveis." Aforismo do romance satírico de Voltaire *Candide, ou l'Optimisme*. (N. da Ed. Alemã.)

¹² "Como se tivesse amor no corpo" — *als haett'es Lieb im Leibe* — citação modificada de Goethe. *Fausto*. Parte Primeira. "Adega de Auerbach, em Leipzig." (N. da Ed. Alemã.)

¹³ Código penal. (N. dos T.)

¹⁴ Essa é uma das circunstâncias que encarecem a produção baseada na escravidão. O trabalhador aí, segundo a expressão acertada dos antigos, apenas se distingue do animal, como *instrumentum semivocale*, * e dos instrumentos de trabalhos mortos, como *instrumentum mutum*, ** por ser *instrumentum vocale*. *** Mas ele mesmo faz o animal e os instrumentos de trabalho sentirem que não é seu igual, mas um homem. Ele proporciona a si mesmo a autoconsciência de ser diferente deles ao maltratá-los e destruí-los *con amore*. Vale, por isso, nesse modo de produção, como princípio econômico, apenas empregar os instrumentos de trabalho mais toscos, mais pesados, porém exatamente devido à sua canhestra rusticidade difíceis de serem estragados. Até a eclosão da Guerra de Secessão encontravam-se, por isso, nos Estados escravocratas sobre o golfo do México arados construídos como os dos antigos chineses, que fuçavam a terra como um porco ou uma toupeira, sem fendê-la nem revirá-la. Ver CAIRNES, J. E. *The Slave Power*. Londres, 1862. p. 46 *et seqs.* Em seu *Seaboard Slave*

Vê-se: a diferença obtida anteriormente da análise da mercadoria, entre o trabalho enquanto criador de valor de uso e o mesmo trabalho enquanto criador de valor, apresenta-se agora como diferenciação dos diferentes aspectos do processo de produção. Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias.

Observamos anteriormente que para o processo de valorização é totalmente indiferente se o trabalho apropriado pelo capitalista é trabalho simples, trabalho social médio ou trabalho mais complexo, trabalho de peso específico superior. O trabalho que vale como trabalho superior, mais complexo em face do trabalho social médio, é a exteriorização de uma força de trabalho na qual entram custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho e que, por

isso, tem valor mais elevado que a força de trabalho simples. Se o valor dessa força é superior, ela se exterioriza, por conseguinte, em trabalho superior e se objetiva nos mesmos períodos de tempo, em valores proporcionalmente mais altos. Qualquer que seja, porém, a diferença de grau entre o trabalho do fiandeiro e o do joalheiro, a porção de trabalho com que o joalheiro apenas repõe o valor de sua própria força de trabalho não se distingue qualitativamente, de modo

algum, da porção de trabalho adicional, com que gera mais-valia. Depois como antes, a mais-valia resulta somente de um excesso quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, que é em um caso o processo da produção de fios, em outro, o processo

da produção de jóias.¹⁵

States [p. 46-47], conta Olmsted, entre outras coisas: “Mostraram-me aqui instrumentos que, entre nós, nenhuma pessoa razoável importaria a seu trabalhador, a quem pagasse salário. Seu peso extraordinário e sua rusticidade tornam o trabalho executado com ele, na minha opinião pelo menos, 10% mais difícil do que seria com os instrumentos que nós geralmente usamos. Como me asseguraram, porém, o modo negligente e inepto com que os escravos aparentemente os manejam, não permite confiar-lhes, com bom resultado, instrumentos mais leves ou menos toscos; instrumentos como os que nós confiamos aos nossos trabalhadores e aliás com bom lucro para nós, não durariam um dia num campo de cereais da Virgínia — embora a terra seja mais leve e menos pedregosa que a nossa. Do mesmo modo, quando perguntei por que nas fazendas se usavam geralmente mulas em vez de cavalos, me apresentaram como razão primordial e decisiva a de que os cavalos não suportam o tratamento que contínua e inevitavelmente recebem dos negros. Os cavalos, em pouco tempo, são inutilizados e aleijados de tanto apanhar, enquanto as mulas agüentam as bordoadas e a falta ocasional de uma ou duas rações, sem prejuízo físico. Não se resfriam, nem adoecem por descuido ou excesso de trabalho. Mas não preciso ir além da janela do quarto em que estou escrevendo para ver, quase a qualquer hora, o gado ser tratado de modo que levaria qualquer *farmer* **** do norte a despedir imediatamente o vaqueiro”. *

Instrumento semivocal (N. dos T.)

** Instrumento mudo. (N. dos T.)

*** Instrumento vocal. (N. dos T.)

**** Agricultor. (N. dos T.)

¹⁵ A diferença entre trabalho superior e trabalho simples, *skilled e unskilled labour*, baseia-se, em parte, em meras ilusões ou pelo menos diferenças que há muito tempo cessaram de ser reais e só perduram em convenções tradicionais; em parte baseia-se na situação desamparada de certas camadas da classe trabalhadora, situação que lhes permite menos que as outras exercer pressão para obterem o valor de sua força de trabalho. Circunstâncias acidentais desempenham no caso um papel tão importante que os mesmos tipos de trabalho invertem suas posições. Onde, por exemplo, a substância física da classe trabalhadora está enfraquecida e relativamente esgotada, como em todos os países de produção capitalista desenvolvida, os trabalhos em geral brutais, que exigem muita força muscular, se tornam geralmente superiores em confronto com trabalhos muito mais delicados, que descendem ao nível de trabalho simples, como, por exemplo, na Inglaterra, o trabalho de um *bricklayer* (pedreiro) ocupa um nível muito mais alto que o de um tecedor de damasco. Por outro lado, o trabalho de um *fustian cutter* (tosador de veludo) figura como trabalho “simples”, embora exija muito esforço físico e faça, além disso, muito mal à saúde. De resto, ninguém deve se iludir que o chamado *skilled labour* represente uma proporção quantitativamente significativa do trabalho nacional. Laing calcula que na Inglaterra (e País de Gales) a existência de mais de 11 milhões baseia-se em trabalho simples. Depois de descontar 1 milhão de aristocratas e 1,5 milhão de mendigos, vagabundos, criminosos, prostitutas etc. da população de 18 milhões que existia ao publicar-se sua obra, ficam 4,65 milhões para a classe média, inclusive pequenos rentistas, funcionários, escritores, artistas, professores etc. Para chegar a esses 4 2/3 milhões, ele inclui na parte trabalhadora da classe média, além de banqueiros etc., todos os “trabalhadores de fábrica” mais bem remunerados! Também os *bricklayers* não faltam nessa categoria de “trabalhadores potenciados”. Restam-lhe então os referidos 11 milhões. (LAING, S. *National Distress* etc. Londres, 1844. [p. 49-52 *passim*.]) “A grande classe que, em troca

Por outro lado, em todo processo de formação de valor, o trabalho superior sempre tem de ser reduzido a trabalho social médio, por exemplo, uma jornada de trabalho superior a x jornadas de trabalho simples.¹⁶ Evita-se, portanto, uma operação supérflua e simplifica-se a análise, por meio da suposição de que o trabalhador empregado pelo capital executa trabalho social médio simples.

Texto 5: Capítulo X - Conceito De Mais-Valia Relativa

A parte da jornada de trabalho que apenas produz um equivalente do valor da força de trabalho pago pelo capital foi até agora por nós considerada uma grandeza constante, o que ela realmente é sob condições de produção dadas, em dado grau de desenvolvimento econômico da sociedade. Para além desse tempo de trabalho necessário, o trabalhador podia trabalhar 2, 3, 4, 6 horas etc. Da grandeza desse prolongamento dependiam a taxa de mais-valia e a duração da jornada de trabalho. Se o tempo de trabalho necessário era constante, a jornada de trabalho total, ao contrário, era variável. Suponha agora uma jornada de trabalho, cuja duração e cuja divisão em trabalho necessário e mais-trabalho sejam dadas. A linha ac , ou seja, a _____ b _____ c , representa, por exemplo, uma jornada de trabalho de 12 horas; o segmento ab 10 horas de trabalho necessário, o segmento bc 2 horas de mais-trabalho. Como se pode aumentar a produção de mais-valia, isto é, prolongar o mais-trabalho, sem qualquer prolongamento ou independentemente de qualquer prolongamento de ac ?

Apesar dos limites dados da jornada de trabalho ac , parece que se pode prolongar o segmento bc não estendendo-o além de seu ponto final c , que é, ao mesmo tempo, o ponto final da jornada de trabalho ac , mas sim deslocando seu ponto inicial b na direção oposta para a .

Suponha que b' _____ b na linha a _____ b' _____ b _____ c seja igual à metade de bc , ou seja, igual a 1 hora de trabalho. Se na jornada de trabalho de 12 horas ac o ponto b se desloca para b' , bc será prolongado para $b'c$, o mais-trabalho será aumentado de metade, de 2 horas para 3, embora a jornada de trabalho dure, depois como antes, apenas 12 horas. Essa extensão do mais-trabalho de bc para $b'c$, de 2 horas para 3, é porém evidentemente impossível sem o trabalho necessário contrair-se de ab para ab' , de 10 horas para 9. O prolongamento do mais-trabalho corresponderia à redução do trabalho necessário, ou seja, uma parte do tempo de trabalho que o trabalhador até agora utilizava de fato, para si mesmo, transforma-se em tempo de trabalho para o capitalista. O que teria mudado não seria a duração da jornada de trabalho, mas sua divisão em trabalho necessário e mais-trabalho. Por outro lado, a grandeza do mais-trabalho é evidentemente dada, com dada grandeza da jornada de trabalho e dado valor da força de trabalho. O valor da força de trabalho, isto é, o tempo de trabalho exigido para produzi-la, determina o tempo de trabalho necessário para reprodução de seu valor. Se 1 hora de trabalho se representa num *quantum* de ouro de $1/2$ xelim ou 6 pence e o valor da força de trabalho monta a 5 xelins, o trabalhador tem de trabalhar 10 horas por dia para repor o valor diário de sua força de trabalho pago pelo capital ou para produzir um equivalente do valor dos seus meios de subsistência diariamente necessários. Com o valor desses meios de subsistência é dado o valor de sua força de trabalho,⁴³ com o valor de sua força de trabalho é dado seu tempo de trabalho necessário. A grandeza do mais trabalho obtém-se, porém, subtraindo da jornada de trabalho total o tempo de trabalho necessário. Subtraindo-se 10

de alimento, nada mais pode dar que trabalho comum, é a grande maioria do povo.” (MILL, James. No artigo “Colony”. In: *Supplement to the Encyclop. Brit.* 1831.)

¹⁶ “Quando se fala de trabalho como padrão do valor, subentende-se necessariamente determinada espécie de trabalho (...) a proporção em que as outras espécies de trabalho estão em relação a ela é fácil de averiguar.” (CAZENOVE, J. *Outlines of Polit. Economy.* Londres, 1832. p. 22-23.)

⁴³ O valor do salário médio diário determina-se pelo que o trabalhador precisa “para viver, trabalhar e reproduzir-se”. (PETTY, William. *Political Anatomy of Ireland.* 1672. p. 64.) “O preço do trabalho é sempre determinado pelo preço dos meios de subsistência necessários.” O trabalhador não recebe o salário adequado “quando (...) o salário do trabalhador não basta para alimentar uma família tão grande como costuma ser o destino de muitos deles, de acordo com sua baixa condição social e sua situação de trabalhadores”. (VANDERLINT, J. *Op. cit.*, p. 15.) “O simples trabalhador que nada possui além dos seus braços e de sua aplicação nada tem a não ser quando consegue vender seu trabalho a outros. (...) Em qualquer espécie de trabalho tem de ocorrer, e de fato ocorre, que o salário do trabalhador fica limitado ao que ele precisa para seu sustento.” (TURGOT. *Réflexions etc.* In: *Oeuvres.* Ed. Daire, t. I, p. 10.) “O preço dos meios de subsistência é, de fato, igual aos custos da produção do trabalho.” (MALTHUS. *Inquiry into etc. Rent.* Londres, 1815. p. 48, nota.)

horas de 12 ficam 2, e não se pode ver como, nas condições dadas, o mais-trabalho pode ser prolongado além de 2 horas. Na verdade, o capitalista pode pagar ao trabalhador, em vez de 5 xelins, 4 xelins e 6 pence ou menos ainda. Para reproduzir esse valor de 4 xelins e 6 pence bastariam 9 horas de trabalho, cabendo assim ao mais-trabalho 3 horas em vez de 2 da jornada de trabalho de 12 horas e aumentando-se a própria mais-valia de 1 xelim para 1 xelim e 6 pence. Mas esse resultado somente seria obtido mediante compressão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho. Com os 4 xelins e 6 pence que produz em 9 horas, ele dispõe de 1/10 menos meios de subsistência do que antes, e assim a reprodução de sua força de trabalho só se dá de maneira atrofiada. O mais-trabalho neste caso apenas seria prolongado por ultrapassar seus limites normais, seu domínio só se expandiria usurpando parte do domínio do trabalho necessário. Apesar do papel importante que esse método desempenha no movimento real do salário, ele é aqui excluído pelo pressuposto de que as mercadorias, inclusive portanto a força de trabalho, sejam compradas e vendidas por seu pleno valor.

Uma vez admitido isso, o tempo de trabalho necessário para produzir a força de trabalho ou para reproduzir seu valor pode diminuir, não porque o salário do trabalhador cai abaixo do valor de sua força de trabalho, mas só porque esse próprio valor cai. Com a duração da jornada de trabalho dada o prolongamento do mais-trabalho tem de decorrer da redução do trabalho necessário e não do contrário, ou seja, a redução do trabalho necessário do prolongamento do mais-trabalho. Em nosso exemplo, o valor da força de trabalho realmente tem de cair de 1/10 para que o tempo de trabalho necessário diminua de 1/10, de 10 horas para 9, e assim se prolongue o mais-trabalho de 2 horas para 3. Porém, tal diminuição do valor da força de trabalho de 1/10 requer, por sua vez, que se produza em 9 horas a mesma quantidade de meios de subsistência que antes se produzia em 10. Isso porém é impossível, sem aumentar a força produtiva do trabalho. Com os meios dados, um sapateiro pode, por exemplo, fazer um par de botas numa jornada de trabalho de 12 horas. Para fazer, no mesmo tempo, dois pares de botas, tem de duplicar-se a força produtiva de seu trabalho, e ela não pode duplicar-se sem alteração em seus meios de trabalho ou em seu método de trabalho, ou em ambos ao mesmo tempo. Por isso tem de ocorrer uma revolução nas condições de produção de seu trabalho, isto é, em seu modo de produção, e portanto no próprio processo de trabalho. Entendemos aqui por aumento da força produtiva do trabalho em geral uma alteração no processo de trabalho, pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, que um menor *quantum* de trabalho adquira portanto a força para produzir um maior *quantum* de valor de uso.⁴⁴ Enquanto pois na produção da mais-valia, na forma até aqui considerada, o modo de produção é suposto como dado, não basta de modo algum, para produzir mais-valia mediante a transformação do trabalho necessário em mais-trabalho, que o capital se apodere do processo de trabalho em sua forma historicamente herdada ou já existente, e apenas alongue sua duração. Tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, mediante o aumento da força produtiva do trabalho reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução deste valor. A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa. Para que diminua o valor da força de trabalho, o aumento da força produtiva tem de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, que, portanto, ou pertençam à esfera dos meios de subsistência costumeiros ou possam substituí-los. Mas o valor de uma mercadoria não é determinado apenas pelo *quantum* de trabalho que lhe dá sua forma definitiva, mas também pela massa de trabalho contida em seus meios de produção. O valor de uma bota, por exemplo, não se determina apenas pelo trabalho do sapateiro, mas também pelo valor do couro, do pez, do fio etc. O aumento da força produtiva e o correspondente barateamento das mercadorias nas indústrias que fornecem os elementos materiais do capital constante, os meios de trabalho e o material de trabalho para produzir os meios de subsistência necessários, do mesmo modo reduzem o valor da força de trabalho. Por outro lado, em ramos de produção que não fornecem nem meios de subsistência necessários nem meios de produção para fabricá-los, o aumento da força produtiva deixa o valor da força de trabalho igual ao

⁴⁴ "Quando os ofícios se aperfeiçoam, isso não significa outra coisa que a descoberta de novos caminhos para que se possa fabricar um produto com menos pessoas ou (o que é o mesmo) em menos tempo que antes." (GALIANI. *Op. cit.*, p. 158-159.) "A redução dos custos da produção não pode ser outra coisa senão a economia da quantidade de trabalho aplicada na produção." (SISMONDI. *Études etc.* t. I, p. 22.)

que era. A mercadoria mais barata diminui naturalmente o valor da força de trabalho apenas *pro tanto*, isto é, na proporção em que entra na reprodução da força de trabalho. Camisas, por exemplo, são meios de subsistência necessários, mas só um entre muitos. Seu barateamento diminui apenas a despesa do trabalhador com camisas. A totalidade dos meios de subsistência compõe-se, porém, de diferentes mercadorias, todos produtos de indústrias particulares, e o valor de cada uma dessas mercadorias constitui uma parte alíquota do valor da força de trabalho. Esse valor diminui com o tempo de trabalho necessário à sua reprodução, cuja redução total é igual à soma de suas reduções em todos aqueles ramos de produção particulares. Tratamos esse resultado geral aqui como se fosse resultado direto e fim direto em cada caso individual. Quando um capitalista individual mediante o aumento da força produtiva do trabalho barateia, por exemplo, camisas, não lhe aparece necessariamente como objetivo reduzir o valor da força de trabalho e, com isso, o tempo de trabalho necessário *pro tanto*, mas na medida em que, por fim, contribui para esse resultado, contribuirá para elevar a taxa geral de mais-valia.⁴⁵ As tendências gerais e necessárias do capital devem ser diferenciadas de suas formas de manifestação.

O modo como as leis imanentes da produção capitalista aparecem no movimento externo dos capitais, como se impõem como leis coercitivas da concorrência e assim surgem na consciência do capitalista individual como motivos impulsionadores não é para ser apreciado agora, mas esclareçamos de antemão: uma análise científica da concorrência só é possível depois de se compreender a natureza interna do capital, do mesmo modo que o movimento aparente dos corpos celestes somente é compreensível para quem conhece seu movimento real, embora imperceptível aos sentidos. Não obstante, para compreender a produção da mais-valia relativa com base apenas nos resultados já obtidos, deve-se observar o seguinte. Se 1 hora de trabalho se representa num *quantum* de ouro de 6 pence ou 1/2 xelim, numa jornada de trabalho de 12 horas se produzirá um valor de 6 xelins. Admita-se que, com a força produtiva de trabalho dada, se produzam 12 peças de mercadoria nestas 12 horas de trabalho. O valor dos meios de produção, matéria-prima etc., gastos em cada peça seja de 6 pence. Nessas circunstâncias, cada mercadoria custa 1 xelim, a saber, 6 pence pelo valor dos meios de produção e 6 pence pelo novo valor adicionado em sua elaboração. Que um capitalista consiga agora duplicar a força produtiva e produzir, portanto, durante a jornada de trabalho de 12 horas, 24 peças dessa espécie de mercadoria, em vez de 12. Permanecendo inalterado o valor dos meios de produção, o valor de cada mercadoria individual cai a 9 pence, a saber, 6 pence para o valor dos meios de produção e 3 pence para o novo valor adicionado pelo último trabalho. Apesar da força produtiva duplicada, a jornada de trabalho gera, depois como antes, apenas um novo valor de 6 xelins, que se distribui, entretanto, sobre duas vezes mais produtos. Sobre cada produto singular cai por isso apenas 1/24 em vez de 1/12 desse valor total, 3 pence em vez de 6 ou, o que é o mesmo, aos meios de produção em sua transformação em produto, contando-se cada peça, adiciona-se agora apenas 1/2 hora de trabalho em vez de 1 hora inteira, como antes. O valor individual dessa mercadoria fica agora abaixo de seu valor social, isto é, ela custa menos tempo de trabalho do que a grande massa dos mesmos artigos produzidos nas condições sociais médias. A peça custa em média 1 xelim ou representa 2 horas de trabalho social; com o modo de produção modificado custa apenas 9 pence ou contém somente 1 1/2 hora de trabalho. O verdadeiro valor de uma mercadoria, porém, não é seu valor individual, mas sim seu valor social, isto é, não se mede pelo tempo de trabalho que custa realmente ao produtor, no caso individual, mas pelo tempo de trabalho socialmente exigido para sua produção. Portanto, se o capitalista que aplica o novo método vende sua mercadoria por seu valor social de 1 xelim, ele a venderá 3 pence acima de seu valor individual, realizando assim uma mais-valia extra de 3 pence. Mas, por outro lado, a jornada de trabalho de 12 horas representa-se para ele agora em 24 peças de mercadoria, em vez de 12, como antes. Para vender, portanto, o produto de uma jornada de trabalho, ele precisa de uma demanda duplicada ou de um mercado duas vezes maior. Permanecendo iguais as demais circunstâncias, suas mercadorias só conquistarão maior espaço no mercado mediante contração de seus preços. Por isso, ele as venderá acima de seu valor individual, mas abaixo de seu valor social, digamos por 10 pence cada peça. Desse modo, ele obtém ainda de cada peça individual uma mais-valia extra de 1 pên. Essa elevação da mais-valia se realiza para ele, pertença ou não sua mercadoria à esfera dos meios de subsistência necessários e que, por isso, entram na determinação do valor geral da força de

⁴⁵ "Se o fabricante, por meio do aperfeiçoamento da maquinaria, duplica seus produtos (...) só ganha (ao final), se isso lhe capacita vestir mais barato o trabalhador (...) e assim uma parte menor do rendimento total fica com o trabalhador." (RAMSAY. *Op. cit.*, p. 168-169.)

trabalho. Abstraindo dessa última circunstância, existe, portanto, para cada capitalista individual, motivo para baratear a mercadoria mediante aumento da força produtiva do trabalho. No entanto, mesmo nesse caso, a produção mais elevada de mais-valia decorre da redução do tempo de trabalho necessário e do correspondente prolongamento do mais-trabalho.⁴⁶ Suposto que o tempo de trabalho necessário seja de 10 horas ou o valor diário da força de trabalho de 5 xelins, o mais-trabalho, de 2 horas, a mais-valia produzida diariamente portanto é de 1 xelim. Mas nosso capitalista produz agora 24 peças que vende por 10 pence cada uma ou por 20 xelins todas juntas. Como o valor dos meios de produção é igual a 12 xelins, 14 2/5 peças da mercadoria apenas repõem o capital constante adiantado. A jornada de trabalho de 12 horas representa-se nas 9 3/5 peças restantes.

Como o preço da força de trabalho é de 5 xelins, o tempo de trabalho necessário representa-se em 6 peças produzidas e o mais-trabalho em 3 3/5. A proporção entre o trabalho necessário e o mais-trabalho que, nas condições sociais médias, era de 5: 1, é agora apenas de 5: 3. O mesmo resultado se obtém da maneira seguinte: o valor do produto da jornada de trabalho de 12 horas é de 20 xelins. Destes, 12 xelins pertencem ao valor dos meios de produção, que apenas reaparece. Restam, portanto, 8 xelins como expressão monetária do valor em que se representa a jornada de trabalho. Essa expressão monetária é maior do que a expressão monetária do trabalho social médio da mesma espécie, da qual 12 horas se representam em apenas 6 xelins. O trabalho de força produtiva excepcional atua como trabalho potenciado ou cria, no mesmo espaço de tempo, valores maiores do que o trabalho social médio da mesma espécie. Mas nosso capitalista paga, depois como antes, apenas 5 xelins pelo valor diário da força de trabalho. O trabalhador precisa, portanto, em vez de como antes 10 horas, agora apenas de 7 1/2 para reproduzir esse valor. Seu mais-trabalho aumenta, por isso, de 2 1/2 horas e a mais-valia por ele produzida, de 1 para 3 xelins. O capitalista que aplica o modo de produção aperfeiçoado apropria-se portanto de maior parte da jornada de trabalho para o mais-trabalho do que os demais capitalistas no mesmo ramo. Ele faz individualmente o que o capital, na produção da mais-valia relativa, faz em conjunto. Mas, por outro lado, aquela mais-valia extra desaparece tão logo se generaliza o novo modo de produção, pois com isso a diferença entre o valor individual das mercadorias produzidas mais baratas e seu valor social se desvanece. A mesma lei da determinação do valor pelo tempo de trabalho, que se fez sentir ao capitalista com o novo método na forma de ter que vender sua mercadoria abaixo de seu valor social, impele seus competidores, como lei coercitiva da concorrência, a aplicar o novo modo de produção.⁴⁷ Portanto, o processo inteiro só afeta finalmente a taxa geral de mais-valia se o aumento da força produtiva do trabalho atingiu ramos de produção, portanto barateou mercadorias, que entram no círculo dos meios de subsistência necessários e conseqüentemente constituem elementos do valor da força de trabalho. O valor das mercadorias está na razão inversa da força produtiva do trabalho. Do mesmo modo, por ser determinado por valores de mercadorias, o valor da força de trabalho. A mais-valia relativa, ao contrário, está na razão direta da força produtiva do trabalho. Sobe com força produtiva em aumento e cai com força produtiva em queda. Permanecendo inalterado o valor do dinheiro, uma jornada de trabalho social média de 12 horas produz sempre o mesmo produto-valor de 6 xelins, qualquer que seja a distribuição dessa soma de valor entre equivalente do valor da força de trabalho e mais-valia. Mas, se em conseqüência do aumento da força produtiva cair o valor dos meios diários de subsistência e, por isso, o valor diário da força de trabalho de 5 xelins para 3, a mais-valia aumentará de 1 xelim para 3. Para reproduzir o valor da força de trabalho eram necessárias 10 horas de trabalho e agora bastam 6. Quatro horas de trabalho foram liberadas e podem ser anexadas ao domínio do mais-trabalho. Por isso, é impulso imanente e tendência constante do capital aumentar a força

⁴⁶ "O lucro de uma pessoa não depende de seu comando sobre o produto do trabalho dos outros, mas de seu comando sobre o próprio trabalho. Se pode vender suas mercadorias a um preço mais alto, enquanto os salários de seus trabalhadores ficam inalterados, obterá evidentemente lucros daí. (...) Uma parte menor do que produz basta para pôr esse trabalho em movimento e, em conseqüência, fica para ele uma parte maior do produto." ([CAZENOVE, J.] *Outlines of Polit. Econ.* Londres, 1832. p. 49-50.)

⁴⁷ "Se meu vizinho pode vender barato por produzir muito com pouco trabalho, tenho de tratar de vender tão barato quanto ele. Desse modo, cada arte, cada procedimento ou cada máquina que consegue trabalhar com menor número de mãos e conseqüentemente mais barato provoca nos outros uma espécie de coerção e uma concorrência, seja para aplicar a mesma arte, o mesmo procedimento ou a mesma máquina, seja para inventar algo semelhante, a fim de que todos fiquem no mesmo nível e ninguém possa vender por menor preço do que seu vizinho." (*The Advantages of the East India Trade to England.* Londres, 1720. p. 67.)

produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, mediante o barateamento da mercadoria, baratear o próprio trabalhador.⁴⁸

O valor absoluto da mercadoria é, em princípio, indiferente ao capitalista que a produz. Só lhe interessa a mais-valia contida nela e realizável na venda. A realização da mais-valia implica, por si mesma, a reposição do valor adiantado. Uma vez que a mais-valia relativa cresce na razão direta do desenvolvimento da força produtiva do trabalho, enquanto o valor das mercadorias cai na razão inversa desse mesmo desenvolvimento, sendo, portanto, o mesmo processo idêntico que barateia as mercadorias e eleva a mais-valia contida nelas, fica solucionado o mistério de que o capitalista, para quem importa apenas a produção de valor de troca, tenta constantemente reduzir o valor de troca das mercadorias, uma contradição com que um dos fundadores da Economia Política, Quesnay, atormentava seus adversários e à qual eles lhe ficaram devendo a resposta. “Reconheceis”, diz Quesnay, “que quanto mais se puder, sem prejuízo para a produção, poupar custos ou trabalhos dispendiosos na fabricação de produtos industriais, tanto mais vantajosa será essa poupança, porque diminui o preço do produto. E apesar disso acreditais que a produção da riqueza que decorre dos trabalhos dos industriais consiste no aumento do valor de troca de seus produtos.”⁴⁹ Economia do trabalho por meio do desenvolvimento da força produtiva do trabalho⁵⁰ não objetiva, portanto, na produção capitalista, a redução da jornada de trabalho. Seu objetivo é apenas reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado *quantum* de mercadorias. O fato de que o trabalhador com força produtiva aumentada de seu trabalho, produz, em 1 hora, digamos 10 vezes mais mercadorias que antes, precisando, portanto, 10 vezes menos tempo de trabalho para cada peça de mercadoria, não impede, de modo algum, de fazê-lo trabalhar, assim como antes, 12 horas e produzir, nestas 12 horas, 1 200 peças em vez de como antes 120. Sua jornada de trabalho até pode ser prolongada, ao mesmo tempo, de modo que produza agora, em 14 horas, 1 400 peças etc. Por isso, nos economistas da estirpe de um MacCulloch, Ure, Senior e *tutti quanti*, pode-se ler, numa página, que o trabalhador deve gratidão ao capital pelo desenvolvimento das forças produtivas, porque este reduz o tempo de trabalho necessário, e na página seguinte, que ele deve manifestar essa gratidão passando a trabalhar, em vez de 10, 15 horas. O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, no seio da produção capitalista, tem por finalidade encurtar a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para prolongar a outra parte da jornada do trabalho durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista. Até que ponto pode-se alcançar ainda esse resultado sem baratear as mercadorias, mostrar-se-á nos métodos particulares de produção da mais-valia relativa, a cujo exame passamos agora.

Texto 6: Cap. XXIII – A Lei Geral da Acumulação Capitalista

1. Demanda crescente de força de trabalho com a acumulação, com composição constante do capital.

⁴⁸ "Qualquer que seja a proporção em que se diminuam as despesas de um trabalhador, seu salário diminuirá na mesma proporção quando, ao mesmo tempo, são eliminadas as restrições sobre a indústria." (*Considerations, Concerning Taking off the Bounty on Corn Exported etc.* Londres, 1753. p. 7.) "O interesse da indústria exige que cereais e todos os meios de subsistência sejam tão baratos quanto possível; o que quer que os encareça, há de encarecer também o trabalho (...) em todos os países, nos quais a indústria não está sujeita a restrições, o preço dos meios de subsistência tem de influenciar o preço do trabalho. Este será sempre rebaixado, quando os meios de subsistência necessários se tornam mais baratos." (*Op. cit.*, p. 3.) "Os salários são rebaixados na mesma proporção em que crescem as forças produtivas. A máquina na realidade barateia os meios de subsistência necessários, mas ela barateia, além disso, também o trabalhador." (*A Prize Essay on the Comparative Merits of Competition and Cooperation.* Londres, 1834. p. 27.)

⁴⁹ "Ils conviennent que plus on peut, sans préjudice, épargner de frais ou de travaux dispendieux dans la fabrication des ouvrages des artisans, plus cette épargne est profitable par la diminution des prix et des ouvrages. Cependant ils croient que la production de richesse que résulte des travaux des artisans consiste dans l'augmentation de la valeur vénale de leurs ouvrages." (QUESNAY. *Dialogues sur le Commerce et sur les Travaux des Artisans.* p. 188-189.)

⁵⁰ "Esses especuladores que poupam tanto o trabalho dos trabalhadores que teriam de pagar." (BIDAUT, J. N. *Du Monopole qui s'Établit dans les Arts Industriels et le Commerce.* Paris, 1828. p. 13.) "O empresário fará sempre tudo para poupar tempo e trabalho." (STEWART, Dugald. *Works.* Ed. por Sir W. Hamilton, v. VIII, Edimburgo, 1855. *Lectures on Polit. Econ.* p. 318.) "Eles" (os capitalistas) "estão interessados em que as forças produtivas dos trabalhadores que empregam sejam as maiores possíveis. Em aumentar essa força sua atenção se fixa e na verdade quase exclusivamente." (JONES, R. *Op. cit., Lecture III.*)

Neste capítulo, tratamos da influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora. Os fatores mais importantes nessa investigação são a composição do capital e as modificações que ela sofre no transcurso do processo de acumulação.

A composição do capital tem de ser compreendida em duplo sentido. Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego. Chamo a primeira de composição-valor e a segunda de composição técnica do capital. Entre ambas há estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, deve-se entender sempre sua composição orgânica.

Os numerosos capitais individuais aplicados em determinado ramo da produção têm entre si composição mais ou menos diferenciada. A média de suas composições individuais dá-nos a composição do capital global desse ramo da produção. Por fim, a média global das composições médias de todos os ramos da produção dá-nos a composição do capital social de um país, e apenas dessa é que, em última instância, há de se falar em seguida.

Crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho. Uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho. Suponhamos que, além de mantidas constantes as demais circunstâncias, a composição do capital permaneça inalterada, ou seja, que determinada massa de meios de produção ou de capital constante requeira sempre a mesma massa de força de trabalho para ser posta em movimento, então cresce evidentemente a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores proporcionalmente ao capital, e tanto mais rapidamente quanto mais rapidamente cresce o capital. Como o capital produz anualmente uma mais-valia, da qual parte é adicionada anualmente ao capital original, como esse incremento mesmo cresce anualmente com o tamanho crescente do capital já em função e como, finalmente, sob o aguilhão particular do impulso ao enriquecimento, por exemplo a abertura de novos mercados, de novas esferas dos investimentos de capital em decorrência de necessidades sociais recém-desenvolvidas etc., a escala da acumulação é subitamente ampliável mediante mera repartição modificada da mais-valia ou do mais-produto em capital e renda, as necessidades da acumulação do capital podem superar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores, a demanda de trabalhadores pode se tornar maior que a sua oferta e por isso os salários se elevam. Esse tem de ser, afinal de contas, o caso, permanecendo inalterados os pressupostos acima. Como a cada ano mais trabalhadores são ocupados do que no anterior, mais cedo ou mais tarde tem de se chegar ao ponto em que as necessidades da acumulação começam a crescer além da oferta habitual de trabalho, em que, portanto, começa o aumento salarial. Queixas quanto a isso ressoam na Inglaterra durante todo o século XV e primeira metade do século XVIII. As circunstâncias mais ou menos favoráveis em que os assalariados se mantêm e se multiplicam em nada modificam, no entanto, o caráter básico da produção capitalista. Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capital, capitalistas de um lado, assalariados do outro, também a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste pólo, mais assalariados naquele. A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado.¹

¹ MARX, KARL. *Op. cit.* “Com igual opressão das massas, um país é tanto mais rico quanto mais proletários ele tiver”, (COLINS. *L'Economie Politique, Source des Révolutions et des Utopies Prétendues Socialistes*. Paris, 1857. t. III, p. 331.) Por “proletário” só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza “capital” e é jogado na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização de “Monsieur Capital”, como Pecqueur chama a esse personagem. “O proletário enfermo da mata virgem” é um gentil fantasma roscheriano. O silvícola é proprietário da selva e trata a selva tão sem cerimônias quanto o orangotango, ou seja, como sua propriedade. Ele, portanto, não é proletário. Este

A Economia clássica entendeu tão bem essa proposição que A. Smith, Ricardo etc., como anteriormente aventado, até identificam falsamente a acumulação com consumo de toda a parte capitalizada do mais-produto por trabalhadores produtivos ou com sua transformação em assalariados adicionais. Já em 1696 dizia John Bellers:

“Se alguém tivesse 100 mil acres de terra e igual número de libras em dinheiro e em gado, o que seria esse homem rico sem o trabalhador, senão um trabalhador? E como os trabalhadores tornam pessoas ricas, então quanto mais trabalhadores houver, tanto mais ricos. (...) O trabalho dos pobres é a mina dos ricos”.²

Assim, Bernard de Mandeville no começo do século XVIII:

“Onde a propriedade esteja suficientemente protegida, seria mais fácil viver sem dinheiro do que sem pobres, pois quem faria o trabalho? (...) Assim como os trabalhadores³ devem ser preservados de morrer de fome, também não deveriam receber nada que valha a pena ser poupado. Se aqui e ali alguém da classe mais baixa, por incomum esforço e apertando o cinto, eleva-se acima das condições em que foi criado, ninguém deve impedi-lo: sim, é inegavelmente o plano mais sábio para cada pessoa na sociedade, para cada família, ser frugal; mas é do interesse de todas as nações ricas que a maior parte dos pobres nunca esteja inativa e, ainda assim, continuamente gaste o que ganha. (...) Aqueles que ganham a vida com seu labor diário (...) não têm nada que os aguilhoie para serem serviçais senão suas necessidades, que é prudente aliviar, mas loucura curar. A única coisa que pode tornar o homem trabalhador esforçado é um salário moderado. Um pequeno demais torna-o conforme seu temperamento, desalentado ou desesperado; um grande demais torna-o insolente e preguiçoso. (...) Do desenvolvimento até aqui segue que, numa nação livre em que não sejam permitidos escravos, a riqueza mais segura consiste numa porção de pobres laboriosos. Além de serem a inesgotável fonte fornecedora da marinha e do exército, não poderia haver sem eles satisfação e nenhum produto de qualquer país seria valorizável. Para fazer a sociedade” (que, obviamente, consiste em não-trabalhadores) “feliz e o povo contente, mesmo nas piores circunstâncias, é necessário que a grande maioria permaneça tanto ignorante quanto pobre. O acontecimento amplia e multiplica nossos desejos, e quanto menos um homem deseja, tanto mais facilmente suas necessidades podem ser atendidas”.⁴

O que Mandeville, um homem honesto e lúcido, ainda não entende é que o próprio mecanismo do processo de acumulação multiplica, com o capital, a massa dos “pobres laboriosos”, isto é, dos assalariados, que transformam sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente e, por isso mesmo, precisam perpetuar sua relação de dependência para com seu próprio produto, personificado no capitalista. Quanto a essa relação de dependência, observa Sir F. M. Eden, em seu *A Situação dos Pobres ou História da Classe Trabalhadora na Inglaterra*:⁵

só seria o caso se a mata virgem o explorasse e não ele à mata virgem. Quanto ao seu estado de saúde, resistiria bem não só a uma comparação com o do proletário moderno, mas também com “honrados” sifilíticos e escrofulosos. Provavelmente Herr Wilhelm Roscher entende por mata virgem a pastagem de Lüneburg, sua terra natal.

² "As the Laboures make men rich, so the more Labourers, there will be the more rich men... the Labour of the Poor being the Mines of the Rich." (BELLERS, John. *Op. cit.*, p. 2.)

³ Em inglês: os pobres. (N. dos T.)

⁴ MANDEVILLE, B. de. (*The Fable of the Bees*. 5ª ed., Londres, 1728. pp. 212, 213. 328). — “Vida Moderada e trabalho constante são, para o pobre, o caminho para a felicidade material” (que ele entende como sendo a jornada de trabalho mais longa possível e o mínimo possível de meios de subsistência) “e para a riqueza do Estado” (ou seja, de proprietários fundiários, capitalistas e seus dignitários políticos e agentes). (*An Essay on Trade and Commerce*. Londres, 1770. p. 54.)

⁵ O texto inglês original é o seguinte: “The natural produce of our soil is certainly not fully adequate to our subsistence; we can neither be clothed, lodged nor fed but in consequence of some previous labour. A portion at least of the societ must be indefatigably employed. (...) There are others who, though they 'neither toil nor spin', can yet command the produce of industry, but who owe their exemption from labour solely to civilizaton and order (...) They are peculiarly the creatures of civil institutions, which have recognised that individuals may acquire property various other means besides the exertion of labour. (...) Persons of independent fortune (...) owe their superior advantages by no means to any superior abilities of their own, but almost entirely (...) to the industry of others. It is not the possession of land, or of money, but the command of labour which distinguishes the opulent from the labouring part of the community. (...) This (scheme approved by Eden)

“Nossa zona exige trabalho para satisfazer às necessidades e, por isso, ao menos parte da sociedade precisa trabalhar infatigavelmente. (...) Alguns que não trabalham têm, porém, os produtos do esforço a sua disposição. Esses proprietários devem isso, no entanto, somente à civilização e à ordem; são meras criaturas das instituições burguesas.⁶ Pois estas reconheceram que também é possível apropriar-se dos frutos do trabalho de outro modo que não seja trabalhando. Pessoas, de fortuna independente (...) devem sua fortuna quase inteiramente ao trabalho dos outros e não à habilidade deles mesmos, que não é, de modo algum, maior do que a dos outros; não é a propriedade de terras ou de dinheiro, mas o comando sobre o trabalho (*the command of labour*) que distingue os ricos dos pobres. (...) O que convém ao pobre não é uma situação abjeta ou servil, mas uma condição cômoda e liberal de dependência (*a state of easy and liberal dependence*), e o que convém às pessoas de posses é ter influência e autoridade suficiente

sobre aqueles que trabalham para elas. (...) Tal condição de dependência é, como o sabe todo conhecedor da natureza humana, necessária para o conforto do próprio trabalhador”.⁷

Sir F. M. Eden, diga-se de passagem, é o único discípulo de Adam Smith que, durante o século XVIII, realizou algo significativo.⁸

would give the people of property sufficient (but by no means too much) influence and authority over those who (...) work for them; and it would place such labourers, not in an abject or servile condition, but in such a state of easy and liberal dependence as all who know human nature, and its history, will allow to be necessary for their own comfort”. (N. dos T.)

⁶ Eden devia ter perguntado por quem foram, afinal, criadas “as instituições burguesas”? Da perspectiva da ilusão jurídica, ele não considera a lei como produto das relações materiais de produção, mas, pelo contrário, as relações de produção, como produto da lei. Linguet demoliu o ilusório *Esprit des Lois* com uma frase: *L’esprit des lois, c’est la propriété*.

⁷ EDEN. *Op. cit.*, v. I, 1 I, cap. I, p. 1,-2 e prefácio, p. XX.

⁸ Caso o leitor lembre Malthus, cujo *Essay on Population* apareceu em 1798, lembro então que esse texto, em sua primeira formulação, nada mais é que um plágio, escolar, superficial e clericalmente declamatório de Defoe, Sir James Steuart, Townsend, Franklin, Wallace etc. e que não contém uma única frase original. A grande sensação despertada por esse panfleto decorreu apenas de interesses partidários. A Revolução Francesa tinha encontrado no Reino Unido apaixonados defensores; o “princípio da população”, lentamente elaborado durante o século XVIII, depois, em meio a uma grande crise social, anunciado com tambores e fanfarras como o infalível antídoto contra as doutrinas de Condorcet e de outros, foi saudado com júbilo pela oligarquia inglesa como o grande exterminador de todas as aspirações pelo progresso da humanidade. Malthus, fortemente surpreendido com seu êxito, dedicou-se então a enxertar material superficialmente compilado no velho esquema e adicionar material novo, não descoberto por ele, mas tão-somente anexado. Observe-se de passagem. Embora Malthus fosse clérigo da Igreja Anglicana, havia feito o voto monástico do celibato. Pois essa é uma das condições da *fellowship* na universidade protestante de Cambridge. “Não permitimos que os membros do colégio sejam casados; assim que alguém toma uma mulher deixa de ser membro do colégio.” (*Reports of Cambridge University Commission*.p. 172.) Essa circunstância diferencia Malthus vantajosamente dos outros ministros protestantes, que rejeitaram o mandamento católico do celibato sacerdotal e que reivindicaram para si o “crescei e multiplicai-vos” como sua missão bíblica específica em tal medida que contribuem, por toda parte, num grau em verdade indecente, para o aumento populacional, enquanto, ao mesmo tempo, pregam aos trabalhadores o “princípio da população”. É característico que o pecado original transvestido economicamente, o pomo de Adão, o *urgent appetite, the checks which tend to blunt the shafts of Cupid*, como diz alegremente o Reverendo Townsend, que esse ponto tão delicado tenha sido e seja monopolizado pelos senhores da teologia ou, muito mais, da igreja protestante. Com exceção do monge veneziano Orte, um escritor original e espirituoso, a maioria dos doutrinadores da população são ministros protestantes. Assim Bruckner, *Théorie du Système Animal*, Leyde, 1767, em que toda a moderna teoria da população está exaustivamente exposta e para a qual contribuiu com idéias a querela passageira entre Quesnay e seu discípulo Mirabeau *père* sobre o mesmo tema e depois o Reverendo Wallace, o Reverendo Townsend, o Reverendo Malthus e seus discípulos, o Arqui-reverendo Th. Chalmers, e isso sem falar dos escribas clericais menores *in this line*. Inicialmente a Economia Política foi exercida por filósofos como Hobbes, Locke, Hume, por homens de negócios e estadistas, como Thomas Morus, Temple, Sully, de Witt, North, Law, Vanderlint, Cantillon, Franklin; e particularmente no plano teórico, com o maior êxito, por médicos como Petty, Barbon, Mandeville, Quesnay. Ainda em meados do século XVIII, o Reverendo Mr. Tucker, um economista significativo à sua época, desculpava-se por ocupar-se com Mammon. Mais tarde, a saber, com o “princípio da população”, soou a hora dos ministros protestantes. Como que pressentindo essa charlatanice, Petty, que considera a população a base da riqueza e, como Adam Smith, anticlerical declarado, afirma: “A religião floresce melhor quando os sacerdotes são mais mortificados, assim como o Direito onde os advogados passam fome”. Por isso, ele aconselha aos clérigos protestantes, já que não querem seguir o apóstolo Paulo e se “mortificar” pelo celibato, “a não gerarem mais clérigos (*not to breed more Churchmen*) do que as prebendas (*benefices*) existentes possam absorver: ou seja, se só existem 12 mil prebendas na Inglaterra e no País de Gales, não será prudente gerar 24 mil ministros (*it will not be safe to breed 24 000 ministers*), pois os 12 mil desprovidos de

Sob as condições de acumulação até agora supostas, favoráveis aos trabalhadores, sua relação de dependência do capital reveste-se de formas suportáveis ou, como diz Eden, “cômodas e liberais”. Ao invés de tornar-se mais intensiva com o crescimento do capital, torna-se apenas mais extensiva, isto é, a esfera de exploração e de dominação do capital apenas se expande com suas próprias dimensões e o número de seus subordinados. De seu próprio mais-produto, em expansão e expandindo a parte transformada em capital adicional, flui de volta para eles uma parcela maior sob a forma de meios de pagamento, de maneira que podem ampliar o âmbito de suas satisfações, podem prover melhor seu fundo de consumo de vestuário, móveis etc., e constituir um pequeno fundo de reserva em dinheiro. Mas assim como melhor vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não superam a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco superam as do assalariado. Preço crescente do trabalho em decorrência da acumulação do capital significa, de fato, apenas que o tamanho e o peso da cadeia de ouro, que o próprio trabalhador forjou para si, permitem reduzir seu aperto. Nas controvérsias em torno desse objeto, geralmente deixou-se de ver o principal, ou seja, a *differentia specifica*⁹ da produção capitalista. Força de trabalho é aí comprada não para satisfazer, mediante seu serviço ou seu produto, às necessidades pessoais do comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, portanto, que contenham uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável.¹⁰ As condições de sua venda, quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem, portanto, a necessidade de sua contínua revenda e a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital. O salário, como se viu, condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinado quantum de trabalho não-pago por parte do trabalhador.

recursos sempre haverão de procurar um sustento, e como poderiam fazer isso de modo mais fácil do que se dirigindo ao povo para convencê-lo de que os 12 mil prebendados envenenariam as almas e as esfomeariam, desviando-as do caminho do céu?” (PETTY. *A Treatise on Taxes and Contributions*. Londres, 1667. p. 57.) A posição de Adam Smith em face do clero protestante é caracterizada pelo seguinte. Em *A Letter to A. Smith. L. L. D. On the Life, Death and Philosophy of his Friend David Hume. By One the People called Christians*, 4ª ed., Oxford, 1784, o Dr. Horne, bispo anglicano de Norwich, censura A. Smith pelo fato de este, numa carta aberta ao Sr. Straham, “ter embalsamado” o seu “amigo David” (isto é, Hume) por contar ao mundo “como Hume, em seu leito de morte, divertia-se lendo Luciano e jogando Whist” e teria até mesmo a impudicícia de escrever. “Sempre considerarei Hume, tanto durante sua vida quanto após sua morte, tão próximo do ideal de um homem perfeitamente sábio e virtuoso quanto o ermite a fragilidade da natureza humana”. O bispo exclama, indignado: “Será que é justo de sua parte, meu senhor, descrever-nos como perfeitamente sábio e virtuoso por seu caráter e por sua vida um homem que foi possuído por uma incurável antipatia contra tudo o que é chamado de *religião* e empregava cada fibra de seu ser (...) a fim de até mesmo apagar seu nome da memória dos homens?” (*Loc. cit.*, p. 8.) “Mas não vos deixeis desencorajar, ó amantes da verdade, pois o ateísmo tem vida curta”. (p. 17) Adam Smith “tem a atroz perversidade (*the atrocious wickedness*) de propagar o ateísmo pelo país” (por meio de sua *Theory of Moral Sentiments*). “Conhecemos vossa artimanha, sr. Doutor! Tendes boa intenção, mas não tereis êxito desta vez! Quereis persuadir-nos, por meio do exemplo do sr. David Hume, de que o ateísmo é o único revigorante (*cordial*) para um espírito deprimido e o único antídoto adequado contra o medo à morte. (...) Ride sobre Babilônia em ruínas e congratulai o malvado empedernido faraó!” (*Loc. cit.*, pp. 21-22.) Um ortodoxo entre os que freqüentavam as aulas de A. Smith escreve após a morte dele: “A amizade de Smith por Hume impediu-o de ser cristão. (...) Ele acreditava literalmente em Hume.* Se Hume lhe dissesse que a Lua é um queijo verde, ele teria acreditado nisso. Aceitou, portanto, dele que nem Deus nem milagres existem. (...) Em seus princípios políticos, ele tangenciava o republicanismo”. (*The Bee*, por James Anderson, 18 v., Edinburgo, 1791-1793.) O Reverendo Th. Chalmers suspeita que A. Smith, por pura malícia, tivesse inventado a categoria dos “trabalhadores improdutivos” especialmente para os ministros protestantes, apesar de seu santo trabalho nas vinhas do Senhor.

* Em inglês: *When he met with honest men whom he liked (...) he would believe almost anything they said*: “Quando encontrava homens honestos dos quais gostava (...), ele era capaz de acreditar em quase tudo o que dissessem”. Em seguida: “Tivesse ele sido amigo do valorosamente engenhoso Horrox, teria acreditado que a Lua às vezes desaparece no céu azul sem a interposição de uma nuvem. (...) Em seus princípios políticos, ele se aproximava do republicanismo”. (N. dos T.)

⁹ Diferença específica. (N. dos T.)

¹⁰ Nota à 2ª edição: “O limite, no entanto, para a ocupação de trabalhadores fabris e agrícolas é o mesmo: ou seja, a possibilidade de o proprietário obter um lucro do produto de seu trabalho. Se a taxa de salário sobe tanto que o lucro do patrão cai abaixo do lucro médio, ele pára de ocupá-los ou só os ocupa sob a condição de se submeterem a uma redução salarial”. (WADE, John. *Op. cit.*, p. 240.)

Abstraindo inteiramente a elevação do salário com preço decrescente do trabalho etc., seu aumento significa, no melhor dos casos, apenas diminuição quantitativa do trabalho não-pago que o trabalhador tem de prestar. Essa diminuição nunca pode ir até o ponto em que ela ameaça o próprio sistema. Abstraindo conflitos violentos sobre a taxa do salário — e Adam Smith já mostrou que, de modo geral, em tal conflito o patrão sempre permanece patrão — uma elevação do preço do trabalho decorrente da acumulação de capital pressupõe a seguinte alternativa.

Ou o preço do trabalho continua a se elevar, porque sua elevação não perturba o progresso da acumulação; nisso não há nada de surpreendente, pois como diz A. Smith:

“Mesmo com lucros diminuídos os capitais continuam a aumentar: crescem até mesmo mais depressa do que antes. (...) Um grande capital, mesmo com lucros menores, geralmente cresce mais depressa do que um capital pequeno com lucros grandes”. (*Op. cit.*, I, p. 189.)

Nesse caso, é evidente que uma diminuição do trabalho não-pago de modo algum entrava a expansão do domínio do capital. — Ou, este é o outro lado da alternativa, a acumulação afrouxa devido ao preço crescente do trabalho, pois o aguilhão do lucro embota. A acumulação decresce. Mas, com seu decréscimo, desaparece a causa de seu decréscimo, ou seja, a desproporção entre capital e força de trabalho explorável. O próprio mecanismo do processo de produção capitalista elimina, portanto, os empecilhos que ele temporariamente cria. O preço do trabalho cai novamente para um nível correspondente às necessidades de valorização do capital, quer esse nível esteja abaixo, acima ou igual ao que antes de surgir o crescimento adicional de salário era considerado como normal. Vê-se que: no primeiro caso, não é a diminuição no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população operária que torna o capital redundante, mas, ao contrário, é o aumento do capital que torna insuficiente a força de trabalho explorável. No segundo caso, não é o aumento no crescimento absoluto ou proporcional da força de trabalho ou da população trabalhadora que torna o capital insuficiente, mas, ao contrário, é a diminuição de capital que torna excessiva a força de trabalho explorável ou, antes, seu preço. São esses movimentos absolutos na acumulação do capital que se refletem como movimentos relativos na massa da força de trabalho explorável e, por isso, parecem dever-se ao movimento próprio desta última. Para usar uma expressão matemática: a grandeza da acumulação é a variável independente; a grandeza do salário, a dependente, e não o contrário. Assim, na fase de crise do ciclo industrial a queda geral dos preços das mercadorias se expressa como elevação do valor relativo do dinheiro e, na fase de prosperidade, a elevação geral dos preços das mercadorias, como queda do valor relativo do dinheiro. A assim chamada *Currency School* conclui daí que, com preços altos, circula dinheiro demais e, com preços baixos, dinheiro de menos.¹¹ Sua ignorância e desconhecimento total dos fatos¹² encontram paralelos à altura nos economistas que interpretam esses fenômenos da acumulação como se ora existissem assalariados demais e ora de menos.

A lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa “lei natural da população”, redundando simplesmente nisso: a relação entre capital, acumulação e taxa de salário não é nada mais que a relação entre o trabalho não-pago, transformado em capital, e o trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional. Não é, portanto, de modo algum uma relação de duas grandezas independentes entre si, por um lado a grandeza do capital, por outro o tamanho da população trabalhadora, mas é, em última instância, muito mais a relação entre o trabalho não-pago e o trabalho pago, da mesma população trabalhadora. Se cresce a quantidade de trabalho não-pago fornecido pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista de modo suficientemente rápido para só com um acréscimo extraordinário de trabalho pago poder transformar-se em capital, então o salário sobe e, permanecendo tudo mais constante, o trabalho não-pago diminui proporcionalmente. Mas, assim que essa diminuição atinge o ponto em que o

mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é oferecido na quantidade normal, então ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação se desacelera e o movimento ascendente do salário sofre um contragolpe. A elevação do preço do trabalho permanece, portanto, confinada em limites que não só deixam intocados os fundamentos do sistema capitalista, mas também asseguram sua reprodução em escala

¹¹ Na 3ª e 4ª edição: com preços altos circula dinheiro demais; com preços baixos, dinheiro de menos

¹² Cf. MARX, Karl. *Zur Kritik der Politischen Oekonomie*. p. 165 et seqs.

crescente. A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada. Nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista, ele o é pela obra de sua própria mão.¹³

2. Decréscimo relativo da parte variável do capital com o progresso da acumulação e da concentração que a acompanha

De acordo com os próprios economistas, não é o volume existente da riqueza social nem a grandeza do capital já adquirido que acarretam uma elevação salarial, mas unicamente o crescimento contínuo da acumulação e a velocidade desse crescimento. (A. Smith, Livro Primeiro.

Cap. 8.) Até agora examinamos apenas uma fase particular desse processo, aquela em que o crescimento adicional de capital ocorre com composição técnica do capital constante. Mas o processo ultrapassa essa fase.

Uma vez dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no transcurso da acumulação surge sempre um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação.

“A mesma causa”, diz A. Smith, “que eleva os salários, ou seja, o aumento de capital, impele o incremento das capacidades produtivas do trabalho e habilita uma quantidade menor de trabalho a produzir uma quantidade maior de produtos.”¹⁴

Abstraindo as condições naturais, como fertilidade do solo etc., e a habilidade dos produtores, os quais trabalham independente e isoladamente, que, no entanto, se patenteia mais qualitativamente na perfeição do que quantitativamente na massa do produto, o grau de produtividade social do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um tempo dado, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto. A massa dos meios de produção com que ele funciona cresce com a produtividade de seu trabalho. Esses meios de produção desempenham duplo papel. O crescimento de uns é conseqüência; o de outros, condição da crescente produtividade do trabalho. Por exemplo, com a divisão manufatureira do trabalho e a utilização da maquinaria, no mesmo espaço de tempo mais matéria-prima é processada, portanto uma massa maior de matéria-prima e de materiais auxiliares entra no processo de trabalho. Essa é a conseqüência da crescente produtividade do trabalho. Por outro lado, a massa da maquinaria utilizada, dos animais de trabalho, dos adubos minerais, das tubulações de drenagem etc., é condição da crescente produtividade do trabalho. Assim também a massa dos meios de produção concentrados em prédios, altos-fornos, dos meios de transporte etc. Mas, condição ou conseqüência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a crescente produtividade do trabalho. O acréscimo desta última aparece, portanto, no decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção movimentados por ela ou no decréscimo da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus fatores objetivos.

Essa mudança na composição técnica do capital, o crescimento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se em sua composição em valor, no acréscimo da componente constante do valor do capital à custa de sua componente variável. De um capital, por exemplo, calculados em percentagem, originalmente são investidos 50% em meios de produção e 50% em força de

¹³ "Voltemos agora, porém, à nossa primeira investigação, onde se comprova (...) que o próprio capital é apenas criação de trabalho humano (...) de modo que parece completamente incompreensível que o homem pudesse cair sob o domínio de seu próprio produto — o capital — e pudesse ficar subordinado a ele, e como esse na realidade é inegavelmente o caso, impõe-se involuntariamente a pergunta: como pôde o trabalhador, de dominador do capital — enquanto seu criador — tornar-se escravo do capital? (VON THÜNEN. *Der isolirte Staat*. Rostock, 1863. Parte Segunda, Seção II, pp. 5-6). É mérito de Thünen ter perguntado. Sua resposta é simplesmente infantil.

¹⁴ SMITH, A. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Nations*. Edimburgo, 1814. v. I, p. 142. (N. da Ed. Alemã.)

trabalho; mais tarde, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, são investidos 80% em meios de produção e 20% em força de trabalho etc. Essa lei do crescente aumento da parte constante do capital em relação à parte variável é confirmada a cada passo (como já desenvolvido acima) pela análise comparativa dos preços das mercadorias, quer comparemos diferentes épocas econômicas de uma única nação ou nações diferentes na mesma época. A grandeza relativa do elemento do preço, que representa apenas o valor dos meios de produção consumidos ou a parte constante do capital, estará na razão direta; a grandeza relativa do outro elemento do preço, que representa a parte que paga o trabalho ou a parte variável do capital, estará geralmente na razão inversa do progresso da acumulação.

O decréscimo da parte variável do capital em confronto com a constante ou a composição modificada do valor do capital indica, no entanto, de modo apenas aproximado, a mudança na composição de seus componentes materiais. Se, por exemplo, hoje, o valor do capital investido na fiação é $\frac{7}{8}$ constante e $\frac{1}{8}$ variável, enquanto no começo do século XVIII era $\frac{1}{2}$ constante e $\frac{1}{2}$ variável, a massa de matériaprima, meios de trabalho etc. que determinado quantum de trabalho de fiação consome hoje produtivamente é quatrocentas vezes maior do que no começo do século XVIII. A razão disso é simplesmente que, com a crescente produtividade do trabalho, não apenas se eleva o volume dos meios de produção por ele utilizados, mas cai o valor deles em comparação com seu volume. Seu valor se eleva pois de modo absoluto, mas não proporcionalmente a seu volume. O crescimento da diferença entre capital constante e capital variável é, por isso, muito menor do que o da diferença entre a massa dos meios de produção em que o capital constante é convertido e a massa da força de trabalho em que se converte o capital variável. A primeira diferença cresce com a última, mas em grau menor.

Além disso, se o progresso da acumulação diminui a grandeza relativa da parte variável do capital, não exclui, com isso, de modo algum, o crescimento de sua grandeza absoluta. Suponhamos que um valor de capital se divida inicialmente em 50% de capital constante e 50% de variável, mais tarde em 80% de constante e 20% de variável. Se, entretanto, o capital original, digamos 6 mil libras esterlinas, aumentou para 18 mil libras esterlinas, sua componente variável cresceu também em $\frac{1}{5}$. Era de 3 mil libras esterlinas e monta agora a 3 600 libras esterlinas. Mas se, antes, um crescimento de 20% de capital teria bastado para elevar a demanda de mão-de-obra em 20%, isso agora exige triplicação do capital original.

Na Seção IV foi mostrado como o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho pressupõe cooperação em larga escala, como só com esse pressuposto é que podem ser: organizadas a divisão e a combinação do trabalho; poupados meios de produção mediante concentração maciça; criados materialmente meios de trabalho apenas utilizáveis em conjunto, por exemplo, sistema de maquinaria etc.; postas a serviço da produção colossais forças da Natureza; e pode ser completada a transformação do processo de produção em aplicação tecnológica da ciência. À base da produção de mercadorias, na qual os meios de produção são propriedade de pessoas privadas, em que o trabalhador manual produz mercadorias portanto de modo isolado e autônomo ou vende sua força de trabalho como mercadoria porque lhe faltam os meios para produzir autonomamente, aquele pressuposto só se realiza pelo crescimento dos capitais individuais ou à medida que os meios sociais de produção e subsistência são transformados em propriedade privada de capitalistas. O terreno da produção de mercadorias só pode sustentar a produção em larga escala na forma capitalista. Certa acumulação de capital nas mãos de produtores individuais de mercadorias constitui, por isso, o pressuposto do modo específico de produção capitalista. Tínhamos, por isso, de pressupô-la na passagem do artesanato para a empresa capitalista. Pode ser chamada de acumulação primitiva, pois ela, ao invés de resultado histórico, é fundamento histórico da produção especificamente capitalista. Como ela própria surge, ainda não precisamos examinar aqui. Basta dizer que ela constitui o ponto de partida. Mas todos os métodos de elevar a força produtiva social do trabalho, surgidos sobre esse fundamento, são, ao mesmo tempo, métodos de elevar a produção de mais-valia ou mais-produto, que, por sua vez, é o elemento constitutivo da acumulação. São, por conseguinte, métodos para produzir capital mediante capital ou métodos de sua acumulação acelerada. A contínua retransformação de mais-valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se torna, por sua vez, fundamento para uma escala ampliada de produção, dos métodos que o acompanham para a elevação da força produtiva do trabalho e produção acelerada de mais-valia. Se, portanto, certo grau de acumulação de capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último ocasiona em reação uma acumulação acelerada do capital. Com a acumulação do capital desenvolve-se, portanto, o modo de produção especificamente capitalista e, com modo

de produção especificamente capitalista, a acumulação do capital. Esses dois fatores econômicos criam, de acordo com a relação conjugada dos impulsos que eles se dão mutuamente, a mudança na composição técnica do capital pela qual a componente variável se torna cada vez menor comparada à constante.

Todo capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção com comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Toda acumulação torna-se meio de nova acumulação. Ela amplia, com a massa multiplicada da riqueza, que funciona como capital, sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas. O crescimento do capital social realiza-se no crescimento de muitos capitais individuais. Pressupondo-se as demais circunstâncias constantes, os capitais individuais crescem e, com eles, a concentração dos meios de produção, na proporção em que constituem partes alíquotas do capital global da sociedade. Ao mesmo tempo, parcelas se destacam dos capitais originais e passam a funcionar como novos capitais autônomos. Nisso desempenha um grande papel, entre outros fatores, a partilha da fortuna das famílias capitalistas. Com a acumulação do capital, cresce portanto, em maior ou menor proporção, o número dos capitalistas. Dois pontos caracterizam essa espécie de concentração, que repousa diretamente na acumulação, ou melhor, que é idêntica a ela. Primeiro: a crescente concentração dos meios de produção social nas mãos de capitalistas individuais é, permanecendo constantes as demais circunstâncias, limitada pelo grau de crescimento da riqueza social. Segundo: a parte do capital social, localizada em cada esfera específica da produção, está repartida entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias independentes e reciprocamente concorrentes. A acumulação e a concentração que a acompanha não apenas estão dispersas em muitos pontos, mas o crescimento dos capitais em funcionamento é entrecruzado pela constituição de novos capitais e pela fragmentação de capitais antigos. Assim, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitais individuais.

Essa dispersão do capital global da sociedade em muitos capitais individuais ou a repulsão recíproca entre suas frações é oposta por sua atração. Esta já não é concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. Esse processo se distingue do primeiro porque pressupõe apenas divisão alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, seu campo de ação não estando, portanto, limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração.

As leis dessa centralização dos capitais ou da atração de capital por capital não podem ser desenvolvidas aqui. Basta uma indicação sumária dos fatos. A luta da concorrência é conduzida por meio do barateamento das mercadorias. A barateza das mercadorias depende, *coeteris paribus*, da produtividade do trabalho, esta porém da escala da produção. Os capitais maiores derrotam portanto os menores. Recorde-se ainda que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista cresce o tamanho mínimo do capital individual que é requerido para conduzir um negócio sob suas condições normais. Os capitais menores disputam, por isso, esferas da produção das quais a grande indústria se apoderou apenas de modo esporádico ou incompleto. A concorrência se desencadeia aí com fúria diretamente proporcional ao número e em proporção inversa à grandeza dos capitais rivais. Termina sempre com a ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte se transferem para a mão do vencedor, em parte soçobram. Sem levar isso em conta, com a produção capitalista constitui-se uma potência inteiramente nova, o sistema de crédito, que, em seus primórdios, se insinua furtivamente como modesto auxiliar da acumulação, levando por fios invisíveis recursos monetários, dispersos em massas maiores ou menores pela superfície da sociedade, às mãos de capitalistas individuais ou associados, mas logo se torna uma nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais.

À medida que se desenvolve a produção e acumulação capitalista, na mesma medida desenvolvem-se concorrência e crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização. Paralelamente, o progresso da acumulação multiplica a matéria centralizável, isto é, os capitais individuais, enquanto a expansão da produção capitalista cria aqui a necessidade social, acolá os meios técnicos, para aquelas poderosas empresas industriais cuja realização se liga a uma centralização prévia do capital. Hoje, portanto, a força de atração recíproca dos

capitais individuais e a tendência à centralização são mais fortes do que em qualquer ocasião anterior. Mas, embora a expansão relativa e o ímpeto do movimento centralizador sejam determinados até certo ponto pela grandeza já atingida da riqueza capitalista e pela superioridade do mecanismo econômico, o progresso da centralização não depende, de nenhum modo, do crescimento positivo da grandeza do capital social. E especialmente isso diferencia a centralização da concentração, que é apenas outra expressão para a reprodução em escala ampliada. A centralização pode ocorrer por meio de mera mudança da distribuição de capitais já existentes, mediante mudança simples do agrupamento quantitativo dos componentes do capital social. O capital pode crescer aqui numa mão até formar massas grandiosas, porque acolá ele é retirado de muitas mãos individuais. Em dado ramo de negócios, a centralização teria alcançado seu limite último se todos os capitais aí investidos fossem fundidos num só capital individual.¹⁵ Em dada sociedade, esse limite seria alcançado no instante em que o capital global da sociedade estivesse reunido na mão seja de um único capitalista, seja de uma única sociedade de capitalistas.

A centralização complementa a obra da acumulação, ao colocar os capitalistas industriais em condições de expandir a escala de suas operações. Seja esse último resultado agora conseqüente da acumulação ou da centralização; ocorra a centralização pelo caminho violento da anexação — onde certos capitais se tornam centros de gravitação tão superiores para outros que lhes rompem a coesão individual e, então, atraem para si os fragmentos isolados — ou ocorra a fusão de uma porção de capitais já constituídos ou em vias de constituição mediante o procedimento mais tranqüilo da formação de sociedades por ações — o efeito econômico permanece o mesmo. A expansão acrescida dos estabelecimentos industriais constitui por toda parte o ponto de partida para uma organização mais abrangente do trabalho coletivo de muitos, para um desenvolvimento mais amplo de suas forças motrizes materiais, isto é, para a conversão progressiva de processos de produção isolados e rotineiros em processos de produção socialmente combinados e cientificamente dispostos.

Mas é claro que a acumulação, o aumento paulatino do capital pela reprodução que passa da forma circular para a espiral, é um processo bastante lento, se comparado com a centralização, que só precisa alterar o agrupamento quantitativo das partes integrantes do capital social. O mundo ainda estaria sem estradas de ferro, caso ficasse esperando até que a acumulação de alguns capitais individuais alcançasse o tamanho requerido para a construção de uma estrada de ferro. No entanto, a centralização mediante as sociedades por ações chegou a esse resultado num piscar de olhos. E enquanto a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho.

As massas de capital soldadas entre si da noite para o dia pela centralização se reproduzem e multiplicam como as outras, só que mais rapidamente e, com isso, tornam-se novas e poderosas alavancas da acumulação social. Ao falar, portanto, do progresso da acumulação social — hoje —, os efeitos da centralização estão implícitos.

Os capitais adicionais (ver cap. XXII, 1) constituídos no transcurso da acumulação normal servem preferencialmente como veículo para a exploração de novas invenções e descobertas, sobretudo de aperfeiçoamentos industriais. Mas também o velho capital alcança com o tempo o momento de sua renovação da cabeça aos pés, quando ele muda de pele e igualmente renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas.

A diminuição absoluta da demanda de trabalho, que necessariamente segue daí, torna-se, como é óbvio, tanto maior quanto mais os capitais, que passam por esse processo de renovação, estejam acumulados em massas, graças ao movimento centralizador.

Por um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai, portanto, em proporção a seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele.

¹⁵ {Nota à 4ª edição: Os mais recentes *trusts* ingleses e americanos já se voltam para esse objetivo, procurando reunir ao menos todas as grandes empresas de um ramo de negócios em uma grande sociedade por ações, tendo, na prática, o monopólio. — F. E.}

3. Produção progressiva de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva

A acumulação de capital, que apareceu originalmente só como sua ampliação quantitativa, realiza-se, como vimos, numa alteração qualitativa contínua de sua composição, com acréscimo permanente de seu componente constante à custa do variável.¹⁶

O modo de produção especificamente capitalista, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho a ele correspondente e a alteração assim causada na composição orgânica do capital não avançam somente passo a passo com o progresso da acumulação ou o crescimento da riqueza social. Avançam com rapidez incomparavelmente maior, porque tanto a acumulação simples ou a expansão absoluta do capital global é acompanhada pela centralização de seus elementos individuais como a revolução técnica do capital adicional é acompanhada pela revolução técnica do capital original. Com o avanço da acumulação modifica-se, portanto, a proporção entre a parte constante e a parte variável do capital, originalmente de 1 : 1, para 2 : 1, 3 : 1, 4 : 1, 5 : 1, 7 : 1 etc., de modo que, ao crescer o capital, ao invés de 1/2 de seu valor global, progressivamente apenas 1/3, 1/4, 1/5, 1/6, 1/8 etc. se convertem em força de trabalho, ao passo que 2/3, 3/4, 4/5, 5/6, 7/8 etc., em meios de produção. Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global, ao invés de, como antes se pressupôs, crescer de modo proporcional com ele. Ela cai em relação à grandeza do capital global e em progressão acelerada com o crescimento dessa grandeza. Com o crescimento do capital global na verdade também cresce seu componente variável, ou a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção continuamente decrescente. Os períodos em que a acumulação atua como mera expansão da produção sobre uma base técnica dada tornam-se cada vez mais curtos. Requer-se uma acumulação acelerada do capital global em progressão crescente para absorver um número adicional de trabalhadores de certa grandeza, ou mesmo, por causa da constante metamorfose do capital antigo, para ocupar os já em funcionamento. Por sua vez, essa acumulação crescente e a centralização se convertem numa fonte de nova mudança da composição do capital ou reiterado decréscimo acelerado de sua componente variável se comparada com a constante. Esse decréscimo relativo de sua componente variável, acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de ocupação. No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente — e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões — uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital.

Considerando o capital global da sociedade, o movimento de sua acumulação ora provoca variações periódicas, ora seus momentos se repartem, simultaneamente, nas diferentes esferas da produção. Em algumas esferas ocorre mudança na composição do capital sem crescimento de sua grandeza absoluta, em decorrência de mera concentração;¹⁷ em outras, o crescimento absoluto do capital está ligado ao decréscimo absoluto de seu componente variável ou da força de trabalho absorvida por ele; em outras, ora o capital continua a crescer sobre sua base técnica dada e atrai força de trabalho adicional em proporção a seu crescimento, ora ocorre mudança orgânica e se contrai sua componente variável; em todas as esferas, o crescimento da parte variável do capital, e portanto do número de trabalhadores ocupados, está sempre ligado a fortes flutuações e à produção transitória de superpopulação, quer assuma esta agora a forma mais notável de repulsão de trabalhadores já ocupados, quer a menos aparente, mas não menos efetiva, de absorção dificultada da população trabalhadora adicional pelos canais costumeiros.¹⁸

¹⁶ {Nota à 3ª edição alemã: No exemplar de uso pessoal de Marx, consta aqui a seguinte anotação à margem: “Observar aqui, para elaboração posterior: Se a expansão é apenas quantitativa, os lucros variam com capitais maiores e menores, no mesmo ramo de atividade, em proporção com as grandezas dos capitais adiantados. Se a expansão quantitativa tem efeitos qualitativos, então a taxa de lucro sobe simultaneamente para o capital maior”. — F. E. }

¹⁷ Na 3ª edição: centralização.

¹⁸ O censo da Inglaterra e País de Gales mostra, entre outras coisas: Total de pessoas ocupadas na agricultura (inclusive proprietários, arrendatários, jardineiros, pastores etc.): em 1851, 2 011 447; em 1861, 1 924 110, decréscimo de 87 337. Indústria *worsted*: em 1851, 102 714 pessoas; em 1861, 79 242. Fábricas de seda: em 1851, 111 940; em 1861, 101 670. Estamparias: em 1851, 12 098; em 1861: 12 556 — cujo pequeno acréscimo, apesar da enorme ampliação da atividade,

Com a grandeza do capital social já em funcionamento e com o grau de seu crescimento, com a expansão da escala de produção e da massa dos trabalhadores postos em movimento, com o desenvolvimento da força produtiva de seu trabalho, com o fluxo mais amplo e mais completo de todos os mananciais da riqueza, expande-se também a escala em que uma maior atração de trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão dos mesmos, cresce a rapidez da mudança da composição orgânica do capital e de sua forma técnica e aumenta o âmbito das esferas da produção que são atingidas ora simultânea ora alternadamente por ela. Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa.¹⁹ Essa é uma lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista, assim como, de fato, cada modo de produção histórico

tem suas leis populacionais particulares, historicamente válidas. Uma lei populacional abstrata só existe para planta e animal, à medida que o ser humano não interfere historicamente.

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. Com a acumulação e o desenvolvimento da força produtiva do trabalho que a acompanha, cresce a súbita força de expansão do capital, não só porque cresce a elasticidade do capital em funcionamento e a riqueza absoluta, da qual o capital só constitui uma parte elástica, mas também porque o crédito, sob qualquer estímulo particular, põe, num instante, à disposição da produção, como capital adicional, parte incomum dessa riqueza. As condições técnicas do próprio processo de produção, maquinaria, meios de transporte etc., possibilitam em maior escala, a transformação mais rápida de mais-produto em meios de produção adicionais. A massa da

implica grande decréscimo proporcional do número de trabalhadores ocupados. Confecção de chapéus: em 1851, 15 957; em 1861, 13 814. Confecção de chapéus de palha e de bonés: em 1851, 20 393; em 1861, 18 176. Produção de malte: em 1851, 10 566; em 1861, 10 677. Confecção de velas: em 1851, 4 949; em 1861, 4 686. Esse decréscimo é, entre outras coisas, devido ao aumento de iluminação a gás. Confecção de pentes: em 1851, 2 038; em 1861, 1 478. Serrarias: em 1851, 30 552; em 1861, 31 647, pequeno aumento devido à expansão de máquinas de serrar. Produção de pregos: em 1851, 26 940; em 1861, 26 130, decréscimo devido à concorrência das máquinas. Trabalhadores em minas de zinco e cobre: em 1851, 31 360; em 1861, 32 041. No entanto: fiações e tecelagens de algodão: em 1851, 371 777; em 1861, 456 646. Minas de carvão: em 1851, 183 389; em 1861, 246 613. “O aumento de trabalhadores é, desde 1851, geralmente maior nos ramos em que a maquinaria não foi empregada até agora com sucesso.” (*Census of England and Wales for 1861*. Londres, 1863. v. III, pp. 35-39.)

¹⁹ A lei do decréscimo progressivo da grandeza relativa do capital variável, bem como de seus efeitos sobre a situação da classe de trabalhadores assalariados, foi mais pressentida do que entendida por alguns destacados economistas da escola clássica. Nisso, o maior mérito cabe a John Barton, embora, como todos os outros, confunda capital constante com capital fixo, variável com circulante. Diz ele: “A demanda de trabalho depende do aumento do capital circulante e não do capital fixo. Caso fosse verdade que a relação entre essas duas espécies de capital é a mesma em todos os tempos e em todas as circunstâncias, então, efetivamente, a conseqüência seria que o número de trabalhadores ocupados seria proporcional à riqueza do Estado. Mas tal proposição não tem a aparência da probabilidade. À medida que as ciências naturais são cultivadas e a civilização se difunde, o capital fixo cresce em relação ao capital circulante mais e mais. A soma de capital fixo utilizado na produção de um pedaço de musselina britânica é ao menos cem vezes maior, mas provavelmente mil vezes maior do que aquele que é utilizado na confecção de uma peça semelhante de musselina indiana. E a participação do capital circulante é cem ou mil vezes menor. (...) Se o conjunto das poupanças anuais fosse adicionado ao capital fixo, isso não teria como efeito uma demanda mais elevada de trabalho”. (BARTON, John. *Observations on the Circumstances which Influence the Condition of the Labouring Classes of Society*. Londres, 1817. pp. 16-17.) “A mesma causa que pode aumentar a renda líquida do país pode, ao mesmo tempo, produzir um excedente de população e piorar a situação do trabalhador.” (RICARDO. *Op. cit.*, p. 469.) Com o aumento do capital, “A demanda” (de trabalho) “diminuirá proporcionalmente”. (*Op. cit.*, p. 480, nota.) “O montante de capital destinado a manter o trabalho pode variar, independentemente de quaisquer modificações no montante global do capital. (...) Grandes flutuações no volume da ocupação e grande sofrimento podem tornar-se mais freqüentes à medida que o capital se torna mais abundante.” (JONES, Richard. *An Introductory Lecture on Political Economy*. Londres, 1833. p. 12.) “A demanda” (de trabalho) “elevar-se-á (...) não em proporção à acumulação do capital global. (...) Todo aumento do capital nacional destinado à reprodução terá, por isso, no decorrer do progresso social, influência cada vez menor sobre a situação do trabalhador.” (RAMSAY. *Op. cit.*, pp. 90-91.)

riqueza social, superabundante com o progresso da acumulação e transformável em capital adicional, lança-se freneticamente em ramos da produção antigos, cujo mercado se amplia subitamente, ou em ramos recém-abertos, como estradas de ferro etc., cuja necessidade decorre do desenvolvimento dos antigos. Em todos esses casos, grandes massas humanas precisam estar disponíveis para serem subitamente lançadas nos pontos decisivos, sem quebra da escala de produção em outras esferas. A superpopulação as provê. O curso de vida característico da indústria moderna, sob a forma de um ciclo decenal, interrompido por oscilações menores, de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação, repousa na contínua constituição, na maior ou menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial recrutam a superpopulação e tornam-se os mais enérgicos agentes de sua reprodução.

Esse curso de vida peculiar da indústria moderna, que não encontramos em nenhuma época anterior da humanidade, também era impossível no período de infância da produção capitalista. A composição do capital só se alterava paulatinamente. À sua acumulação correspondia, portanto, no todo, um crescimento proporcional da demanda de trabalho. Lento como o progresso de sua acumulação, se comparado com o da época moderna, ele se chocava com barreiras naturais da população trabalhadora explorável, que só foram removidas por meios violentos a serem mencionados mais tarde. A expansão súbita e intermitente da escala de produção é o pressuposto de sua contração súbita; a contração provoca novamente a expansão, mas esta é impossível sem material humano disponível, sem multiplicação dos trabalhadores independente do crescimento absoluto da população. Ela é criada pelo simples processo de “liberar” constantemente parte dos trabalhadores, por métodos que diminuem o número de trabalhadores ocupados em relação à produção aumentada. Toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados. A superficialidade da Economia Política evidencia-se, entre outras coisas, quando ela faz da expansão e contração do crédito mero sintoma dos períodos de variação do ciclo industrial, a causa do mesmo. Como corpos celestes que uma vez lançados em determinado movimento sempre o repetem, assim a produção social tão logo tenha sido posta naquele movimento de expansão e contração alternadas. Efeitos tornam-se por sua vez causas, e as alternâncias de todo o processo, que reproduz continuamente suas próprias condições, assumem a forma de periodicidades.²⁰ Uma vez esta consolidada, então até mesmo a Economia Política entende a produção de uma população excedente relativa, isto é, em relação à necessidade média de valorização do capital, como condição de vida da indústria moderna.

“Suponha-se”, diz H. Merivale, antigamente professor de Economia Política em Oxford, depois funcionário do Ministério das Colônias da Inglaterra, “que, por ocasião de algumas dessas crises, a nação se arrebate no esforço de se livrar, por emigração, de algumas centenas de milhares de braços supérfluos, qual seria a conseqüência? Que com o primeiro retorno da demanda de trabalho, haveria uma carência. Por rápida que seja a reprodução humana, em todos os casos ela precisa do espaço de uma geração para a reposição de trabalhadores adultos. Ora, os lucros de nossos fabricantes dependem principalmente do poder de explorar o momento favorável de demanda intensa, compensando-se assim pelo período de paralisia. Este poder é-lhes apenas assegurado pelo comando sobre maquinaria e trabalho manual. Eles precisam encontrar braços disponíveis, precisam estar em condições de incrementar e afrouxar a atividade de suas operações, de acordo

²⁰ Na edição francesa autorizada, encontra-se nesta passagem a seguinte inserção: “Mas só a partir do momento em que a indústria mecanizada, tendo lançado raízes tão profundas, exerce influência preponderante sobre toda a produção nacional; em que, por meio dela, o comércio exterior começa a ter o primado sobre o comércio interno; em que o mercado universal se apodera sucessivamente de vastos territórios no Novo Mundo, na Ásia e na Austrália; em que, enfim, as nações industrializadas, que entraram na liça, tenham se tornado bastante numerosas — é apenas dessa época que datam aqueles ciclos que sempre se reproduzem, cujas fases consecutivas se estendem por anos e que desembocam sempre numa crise geral, a qual é o fim de um ciclo e ponto de partida de outro. Até agora a duração periódica desses ciclos tem sido de 10 ou 11 anos, mas não há nenhuma razão para considerar essa cifra constante. Pelo contrário, deve-se concluir das leis de produção capitalista que acabamos de desenvolver que ela é variável e que o período dos ciclos tornar-se-á gradualmente mais curto”.

com a situação do mercado, ou então possivelmente não poderão afirmar a superioridade na corrida da concorrência, sobre a qual se funda a riqueza desse país.”²¹

Até mesmo Malthus reconhece na superpopulação — que ele em sua visão estreita interpreta como conseqüência do excessivo crescimento absoluto da população trabalhadora, e não de esta ter sido tornada relativamente redundante — uma necessidade da indústria moderna. Diz ele:

“Hábitos prudentes quanto ao casamento, se levados a certa altura entre a classe trabalhadora de um país que dependa principalmente de manufaturas e comércio, ser-lhe-iam prejudiciais. (...) De acordo com a natureza da população, um acréscimo de trabalhadores não pode ser fornecido ao mercado, em conseqüência de demanda especial, antes do lapso de 16 ou 18 anos, e a conversão de renda em capital mediante poupança pode ter lugar muito mais rapidamente; um país está sempre sujeito a um crescimento de seu fundo de trabalho mais rápido do que o da população”.²²

Depois de a Economia Política ter, assim, explicado a produção constante de uma superpopulação relativa de trabalhadores como uma necessidade da acumulação capitalista, ela bem adequadamente na figura de uma velha solteirona, põe na boca do *beau idéal*²³ de seu capitalista as seguintes palavras, dirigidas aos “supérfluos”, postos na rua por sua própria criação de capital adicional:

“Nós, fabricantes, fazemos o que podemos por vós, à medida que multiplicamos o capital, do qual vós precisais para subsistir; e vós tendes de fazer o restante, ajustando vosso número aos meios de subsistência”.²⁴

Não basta à produção capitalista de modo algum o quantum de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece. Ela precisa, para ter liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural.

Até agora pressupôs-se que o acréscimo ou decréscimo do capital variável corresponde exatamente ao acréscimo ou decréscimo do número de trabalhadores ocupados.

Com número igual ou até decrescente de trabalhadores comandados por ele, o capital variável cresce, no entanto, se o trabalhador individual fornece mais trabalho, aumentando assim seu salário, mesmo que o preço do trabalho permaneça igual ou até caia, só que mais devagar do que aumenta a massa de trabalho. O acréscimo do capital variável torna-se então índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores ocupados. Todo capitalista tem interesse absoluto em extrair determinado quantum de trabalho de um número menor de trabalhadores, ao invés de extraí-lo de modo tão barato ou até mesmo mais barato de um número maior de trabalhadores. No último caso cresce o dispêndio de capital constante proporcionalmente à massa de trabalho posto em ação, no primeiro caso ele cresce mais devagar. Quanto maior a escala da produção, tanto mais decisivo é esse motivo. Seu peso cresce com a acumulação do capital.

Viu-se que o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho — simultaneamente causa e efeito da acumulação — capacita o capitalista a pôr em ação, com o mesmo dispêndio de capital variável, mais trabalho mediante exploração extensiva ou intensiva das forças de trabalho individuais. Viu-se, além disso, que com capital do mesmo valor ele compra mais forças de trabalho ao deslocar progressivamente força de trabalho mais qualificada por menos qualificada, madura por imatura, masculina por feminina, adulta por adolescente ou infantil.

²¹ MERIVALE, H. *Lectures on Colonization and Colonies*. Londres, 1841 e 1842, v. I, p. 146.

²² "Prudential habits with regard to marriage, carried to a considerable extent among the labouring class of a country mainly depending upon manufactures and commerce, might injure it. (...) From the nature of a population, an increase of labourers cannot be brought into market, in consequence of a particular demand, till after the lapse of 16 or 18 year, and the conversion of revenue into capital, by saving, may take place much more rapidly; a country is always liable to an increase in the quantity of the funds for the maintenance of labour faster than the increase of population." (MALTHUS. *Princ. of Pol. Econ.* pp. 215, 319, 320.) Nessa obra Malthus finalmente descobre, por intermédio de Sismondi, a bela trindade da produção capitalista: superprodução — superprodução — superconsumo, *three* very delicate monsters indeed! Cf. ENGELS, F. *Umriss zu einer Kritik der nationaloekonomie*. Op. cit., p. 107 et seqs.

²³ Belo ideal. (N. dos T.)

²⁴ MARTINEAU, Harriet. *The Manchester Strike*. 1832. p. 101.

Por um lado, portanto, com o avanço da acumulação, maior capital variável põe mais trabalho em ação, sem recrutar mais trabalhadores; por outro, capital variável da mesma grandeza põe mais trabalho em ação com a mesma massa de força de trabalho e, finalmente, mais forças de trabalho inferiores mediante o deslocamento de forças de trabalho superiores.

A produção de superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança ainda mais rapidamente do que a revolução técnica do processo de produção de qualquer maneira já acelerada com o progresso da acumulação e o correspondente decréscimo proporcional da parte variável do capital em relação à constante. Se os meios de produção, ao crescer em volume e eficiência, se tornam meios de ocupação dos trabalhadores em menor grau, essa mesma relação é modificada de novo pelo fato de que, à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores. O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual²⁵ e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social. O quanto esse momento é importante na constituição da superpopulação relativa prova-o, por exemplo, a Inglaterra. Seus meios técnicos de “poupar” trabalho são colossais. Ainda assim, se amanhã o trabalho fosse limitado e uma medida racional e adequadamente escalonada, conforme idade e sexo, para as diferentes camadas da classe trabalhadora, então a população trabalhadora disponível seria absolutamente insuficiente para levar avante a produção nacional em sua atual escala. A grande maioria dos trabalhadores ora “improdutivos” teria de ser transformada em “produtivos”.

Grosso modo, os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada. Para a indústria moderna, com seu ciclo decenal e suas fases periódicas, que, além disso, no decorrer da acumulação, são entrecruzadas por oscilações irregulares em sucessão cada vez mais rápida, seria, de fato, uma linda lei a que regulasse a demanda e a oferta de trabalho não pela expansão e contração do capital — portanto, de acordo com suas necessidades momentâneas de valorização, de modo que o mercado ora parece relativamente subsaturado porque o capital se expande, ora novamente supersaturado porque ele se contrai — mas, inversamente, fazendo a dinâmica do capital dependente do movimento do tamanho da população. Este é, no entanto, o dogma econômico. De acordo com o mesmo, em virtude da acumulação do capital, o salário sobe. O salário mais elevado estimula a multiplicação mais rápida da população trabalhadora, o que continua até que o mercado de trabalho esteja supersaturado, portanto tendo o capital se tornado insuficiente em relação à oferta

²⁵ Mesmo durante a penúria algodoeira de 1863, encontra-se num panfleto dos operários de fiação de algodão de Blackburn violenta denúncia do sobretrabalho que, por força da lei fabril, atingia, naturalmente, apenas trabalhadores masculinos adultos. “Exigia-se dos operários adultos que trabalhassem diariamente de 12 a 13 horas, embora haja centenas que estão forçados à ociosidade e que gostariam de poder trabalhar durante parte do tempo para poder sustentar suas famílias e preservar seus irmãos de labuta de uma morte prematura em consequência do sobretrabalho. ”Nós”, é dito mais adiante, “gostaríamos de perguntar se a prática de trabalhar hora extra torna possível relações de algum modo suportável entre patrões e ‘servos’. As vítimas do sobretrabalho sentem a injustiça tanto quanto os condenados por ele à ociosidade forçada (*condemned to forced idleness*). Neste distrito, o trabalho a ser realizado é suficiente para, caso distribuído com equidade, ocupar parcialmente a todos. Nós só estamos pedindo o que é direito, ao pleitearmos dos patrões que trabalhem, de modo geral, apenas em períodos curtos, ao menos enquanto perdurar o atual estado de coisas, ao invés de fazer uma parte dos operários trabalhar em excesso, enquanto a outra, por falta de serviço, é obrigada a viver de caridade.” (*Reports of Insp. of Fact., 31st Oct. 1863.* p. 8.) O efeito de uma superpopulação relativa sobre os trabalhadores empregados é entendido pelo autor do *Essay on Trade and Commerce*, com seu costumeiro e infalível instinto burguês. “Outra causa da ociosidade (*idleness*) neste Reino é a carência de um número suficiente de trabalhadores. (...) Sempre que, devido a uma demanda extraordinária de produtos fabris, a massa de trabalho se torna escassa, os trabalhadores sentem sua própria importância e querem fazer com que os patrões a sintam também; é espantoso; mas é tão depravado o caráter dessa gente que, em tais casos, grupos de trabalhadores se combinam para embaraçarem o patrão, ficando de folga um dia inteiro.” (*Essay.* etc. pp. 27-28.) Na verdade essa gente pleiteava aumento de salários.

de trabalho. O salário cai, e agora vem o reverso da medalha. Com o salário em baixa, a população trabalhadora é mais e mais dizimada, de modo que em relação a ela o capital volta a ficar excessivo, ou, também como outros o explicam, o salário em baixa e a correspondente exploração mais elevada do trabalhador novamente acelera a acumulação, enquanto, ao mesmo tempo, o salário baixo mantém o crescimento da classe trabalhadora em xeque. Assim, reaparece a condição em que a oferta de trabalho é mais baixa do que a demanda de trabalho, o salário sobe etc. Belo método de movimento, este, da produção capitalista desenvolvida! Antes que, em decorrência da elevação salarial, pudesse ocorrer algum crescimento positivo da população efetivamente capaz de trabalhar, várias vezes teria vencido o prazo em que a campanha industrial teria de ser conduzida, a batalha travada e decidida.

Entre 1849 e 1859 ocorreu, simultaneamente com os preços do trigo em queda, uma elevação salarial que, considerada na prática, foi apenas nominal, nos distritos agrícolas ingleses. Em Wiltshire, por exemplo, o salário semanal subiu de 7 para 8 xelins, em Dorsetshire de 7 ou 8 para 9 xelins etc. Isso foi conseqüência do êxodo extraordinário da superpopulação agrícola, causado por demanda bélica,²⁶ expansão maciça das construções de estradas de ferro, fábricas, minas etc. Quanto mais baixo o salário, tanto mais elevada a expressão em porcentagem de cada elevação dele, por mais insignificante que seja. Se o salário semanal é, por exemplo, de 20 xelins e sobe para 22, então se eleva em 10%; se, no entanto, é só de 7 xelins e sobe para 9, então se eleva em 28 4/7% o que soa como considerável. De qualquer modo, os arrendatários chiaram e até o *London Economist*²⁷ palavra mui seriamente de *a general and substancial advance*²⁸ em relação a esses salários de fome. O que fizeram, então, os arrendatários? Esperaram até que os trabalhadores rurais, em decorrência desse pagamento brilhante, tivessem se multiplicado tanto que seu salário novamente teria de cair, como a coisa acontece no cérebro do economista dogmático? Eles introduziram mais maquinaria e, num instante, os trabalhadores se tornaram novamente “redundantes” numa proporção conveniente até mesmo aos arrendatários. Havia, agora, “mais capital” investido na agricultura do que antes e de forma mais produtiva. Com isso caiu a demanda de trabalho não só de modo relativo, mas absoluto.

Aquela ficção econômica confunde as leis que regulam o movimento geral do salário ou a relação entre classe trabalhadora, isto é, força global de trabalho e capital global da sociedade, com as leis que distribuem a população trabalhadora entre as esferas específicas da produção. Se, por exemplo, em decorrência de uma conjuntura favorável, a acumulação ocorre de modo especialmente intenso em determinada esfera da produção, sendo aí os lucros maiores do que os lucros médios, capital adicional ocorre para lá, e assim naturalmente demanda de trabalho e salário sobem. O salário mais elevado atrai uma parte maior da população trabalhadora para a esfera favorecida, até que ela esteja saturada de força de trabalho e o salário novamente caia para o nível médio anterior ou abaixo do mesmo, caso o afluxo tenha sido demasiado grande. Então não só cessa a imigração de trabalhadores para o ramo de atividades em questão, mas ela inclusive dá lugar à sua emigração. Aí o economista político crê avistar “onde e como”, com o acréscimo do salário, ocorre acréscimo absoluto de trabalhadores e, com o acréscimo absoluto de trabalhadores, um decréscimo do salário, mas de fato ele só enxerga a oscilação local do mercado de trabalho de uma esfera específica da produção, só enxerga fenômenos da distribuição da população trabalhadora nas diferentes esferas de investimento do capital, de acordo com suas mutáveis necessidades.

O exército industrial de reserva pressiona durante os períodos de estagnação e prosperidade média o exército ativo de trabalhadores e contém suas pretensões durante o período de superprodução e paroxismo. A superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta. Ela reduz o raio de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de explorar e a paixão por dominar do capital. Aqui é oportuno voltar a uma das façanhas da apologética econômica. Recorde-se que, quando em virtude da introdução de maquinaria nova ou da ampliação de maquinaria antiga, uma parcela do capital variável é transformada em capital constante, o apologista econômico interpreta essa operação, que “imobiliza” capital e por isso mesmo “libera” trabalhadores, às avessas como se ela liberasse

²⁶ Entre 1849 e 1859, a Inglaterra participou de várias guerras: na Guerra da Criméia (de 1853 a 1856), na guerra contra a China (1856/58 e 1859/60) e contra a Pérsia (1856/57). Além disso, a Inglaterra completou em 1849 a conquista da Índia e em 1857/59 suas tropas foram usadas para a repressão ao levante indiano pela libertação nacional. (N. dos T.)

²⁷ *Economist*. 21 de janeiro de 1860.

²⁸ Um aumento geral e substancial. (N. dos T.)

capital para o trabalhador. Só agora é que se pode apreciar plenamente o descaramento do apologeta. O que é “liberado” não são apenas os trabalhadores diretamente deslocados pela máquina, mas igualmente sua equipe de reserva e — com a expansão costumeira do negócio sobre sua velha base — o contingente adicional regularmente absorvido. Estão agora todos “liberados” e todo novo capital com desejo de funcionar pode dispor deles. Se atrair estes ou outros, o efeito sobre a demanda geral de trabalho será nulo, enquanto esse capital for exatamente suficiente para livrar o mercado de tantos trabalhadores quantos a máquina nele lançou. Caso ele empregue um número menor, cresce a quantidade dos excedentes: caso ocupe número maior, então a demanda geral de trabalho cresce só na medida em que os ocupados excedem os “liberados”. O impulso que capitais adicionais em busca de aplicação teriam dado, em outras circunstâncias, à demanda geral de trabalho é, portanto, em cada caso, neutralizado até o limite em que bastam os trabalhadores postos na rua pela máquina. Isso quer dizer, portanto, que o mecanismo da produção capitalista cuida para que o acréscimo absoluto de capital não seja acompanhado por nenhuma elevação correspondente da demanda geral de trabalho. E a isso o apologeta chama de uma compensação para miséria, sofrimentos e possível aniquilamento dos trabalhadores deslocados, durante o período de transição, que os desterra para o exército industrial de reserva! A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, como se duas potências mutuamente independentes interagissem. *Les dés sont bipés.*²⁹ O capital age sobre ambos os lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação multiplica a demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua “liberação”, enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a porem mais trabalho em ação, portanto, até certo ponto, torna a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, nessa base, o despotismo do capital. Assim que, portanto, os trabalhadores desvendam o segredo de como pode acontecer que, na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia, e que na medida em que a força produtiva de seu trabalho cresce, até mesmo sua função de meio de valorização do capital se torna cada vez mais precária para eles; assim que descobrem que o grau de intensidade da concorrência entre eles depende inteiramente da pressão da superpopulação relativa; assim que eles, então mediante

Trade's Unions etc., procuram organizar uma atuação conjunta planejada dos empregados com os desempregados para eliminar ou enfraquecer as ruinosas conseqüências daquela lei natural da produção capitalista sobre sua classe, o capital e seu sicofanta, o economista político, clamam contra a violação da “eterna” e, por assim dizer, “sagrada” lei da demanda e oferta. É que toda solidariedade entre os empregados e desempregados perturba a ação “livre” daquela lei. Por outro lado, assim que, nas colônias, por exemplo, circunstâncias adversas perturbem a criação do exército industrial de reserva e, com ele, a dependência absoluta da classe trabalhadora em relação à classe capitalista, o capital, inclusive seu Sancho Pança dos lugares-comuns, rebela-se contra a “sagrada” lei da demanda e oferta e trata de promover aquela criação por meios coercitivos.

Apêndice

Texto 7: MANDEL, Ernest. *O Capital - Cem anos de controvérsia sobre a obra de Marx.*

O nivelamento da taxa de Lucro

No livro primeiro, Marx demonstrou que somente o trabalho vivo produz mais-valor; desde o ponto de vista capitalista, a fração do capital que se utiliza para comprar força de trabalho, não a que é destinada a compra de edifícios, máquinas, matérias primas, energia etc. Por esta razão Marx chamou de *variável* a primeira fração do capital e *constante* a segunda. A primeira vista, pareceria que quanto maior fosse a proporção de cada capital gasta em salários em cada ramo da indústria, maior seria sua taxa de lucro (ou seja, a relação entre a mais-valia produzida e a quantidade total de capital investido ou gasto na produção anual).

No entanto, esta situação seria contrária à lógica básica do modo de produção capitalista, que consiste na expansão, crescimento e reprodução ampliada, através da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto:

²⁹ Os dados estão falsificados. (N. dos T.)

através do aumento na composição orgânica do capital, em que uma parte crescente do gasto total de capital é em equipamentos, matéria prima e energia, ao invés de gasto em salários.

Essa lógica básica é o resultado tanto da concorrência (na medida em que a redução do preço de custo, pelo menos a longo prazo, é função de um maquinário cada vez mais eficiente, ou seja, do progresso técnico que é essencialmente poupador de mão de obra) e da luta de classes (na medida que, também a longo prazo, a única forma de que o processo de incremento da acumulação do capital pode impedir a escassez de mão de obra e, portanto, produzir assim um aumento constante do nível do salário real, que terminaria simplesmente por reduzir a taxa de mais-valia, consiste em acumular uma parte cada vez maior de capital na forma de capital constante fixo, ou seja, em substituir trabalho vivo por máquina).

Além disso, a evidência empírica confirma de forma avassaladora que os ramos da produção mais intensivos em mão de obra que os outros geralmente não realizam taxas de lucro mais altas.

A conclusão extraída por Marx é então a seguinte: no modo de produção capitalista plenamente desenvolvido e funcionando normalmente, nenhum ramo industrial recebe diretamente a mais-valia produzida pelos trabalhadores assalariados que emprega. Recebe somente uma fração de mais-valia global produzida, proporcional à fração que representa do capital global gasto. Em determinada sociedade burguesa (ou num país), a mais-valia em conjunto é *redistribuída*. Isto resulta em uma taxa de lucro média mais ou menos aplicável a cada ramo do capital. Ramos de produção que tem uma composição orgânica de capital *abaixo* da média social (ou seja, que empregam mais trabalhadores e gastam mais capital variável, em relação ao capital global gasto) não realizam parte da mais-valia produzida por “seus” assalariados. Esta parte do mais-valia é transferida aos ramos da indústria onde a composição orgânica do capital está *acima* da média social (ou seja, os que gastam em equipamentos e matérias prima em uma proporção maior do capital total e uma parte menor em salários, que a média social). Somente os ramos da indústria cuja composição orgânica do capital é idêntica à média social realizam toda a mais-valia produzida pelos assalariados que empregam, sem transferir nada aos outros ramos nem receber nenhuma fração de mais-valia produzida pelos outros ramos.

Portanto, cada capital recebe uma parte da mais valia total produzida pelo trabalho produtivo que é proporcional a sua própria parte no total do capital social. Esta é a base material do interesse comum de *todos* os proprietários do capital na exploração – por isso adotam a forma de exploração coletiva de classe (a concorrência entre muitos capitais decide somente o modo como essa massa total é redistribuída entre os capitalistas).

Este processo de nivelamento da taxa de lucro coloca três series de problemas:

Qual a relação deste processo com a teoria do valor-trabalho?

Quais são os mecanismos concretos na vida real que permitem a produção do nivelamento da taxa de lucro?

Qual é a solução “técnica” do problema da transformação dos valores em preços de produção (gastos de capital, ou seja, custos de produção, que são incluídos no produto de cada mercadoria + lucro médio multiplicado por estes gastos)?

Os primeiros dois problemas provocaram relativamente menos controvérsias que o terceiro, provavelmente devido a seu caráter mais “abstrato”. No entanto, os dois primeiros conceitos têm uma importância fundamental para a coesão interna da teoria econômica marxista e, além disso, o tratamento que é dado por Marx a eles demonstra o seu método dialético em sua forma mais madura.

Com relação ao primeiro tema, em uma exposição breve, Marx sustenta que, como o valor é em última análise uma categoria social e não individual, os ramos da indústria que têm uma composição orgânica do capital inferior à média social, objetivamente desperdiçam trabalho social desde um ponto de vista da sociedade capitalista global (ou seja, desde um ponto de vista da “igualdade” dos proprietários de mercadorias).⁵¹ Portanto, o mercado não devolve a seus proprietários todo o valor efetivamente criado durante o processo de produção nestes ramos. Inversamente, os ramos da indústria que têm uma composição orgânica de capital acima da média, ou seja, uma produtividade social do trabalho superior à média, objetivamente economizam trabalho socialmente necessário. Seus proprietários são recompensados por isso pelo mercado, que lhes adjudicam uma proporção de todo a mais valia produzida maior do que a proporção diretamente produzida pelos assalariados que empregam.

⁵¹ O Capital III/6 pp. 228-229 e III/8 p.965. (ED. FCE)

Foram formuladas varias objeções a esta solução. A produtividade do trabalho é comparável nos diferentes ramos da produção, na medida em que estes ramos não produzem bens intercambiáveis? Esta dificuldade pode ser resolvida de maneira dinâmica, ou seja, comparando as diferentes taxas de aumento da produtividade do trabalho nos diferentes ramos de produção ao longo do tempo. De forma mais geral, a composição orgânica do capital específica em cada ramo de produção se modifica constantemente como resultado das mudanças na produtividade do trabalho, pode considerar-se então um índice geral, como uma forma de medir a produtividade social do trabalho.⁵² Em uma economia capitalista de mercado, com suas constantes revoluções nas técnicas de produção, seus constantes deslocamentos da demanda de uma mercadoria a outra, os constantes fluxos de investimentos de capital de um ramo a outro, esta suposição é tanto teoricamente sustentável como empiricamente demonstrável.

Mas não existe uma contradição básica entre considerar todo o trabalho efetivamente gasto no processo de produção de cada ramo, como produtor de valor e, ao mesmo tempo, explicar as transferências de valor (mais-valia) entre diferentes ramos como uma função de um desperdício objetivo (ou economia) de trabalho social?⁵³ Eu não acredito. O que temos aqui, pelo contrário, é uma demonstração da especialíssima forma em que o trabalho social e o trabalho privado se combinam e se inter-relacionam no capitalismo, ou seja, na produção generalizada de mercadorias.

Para Marx, o problema do valor como encarnação do trabalho humano abstrato não é um problema de medida de *numéraire*, mas um problema de essência.⁵⁴ Cada comunidade tem a sua disposição uma determinada capacidade total de trabalho (um número total de produtores efetivamente dedicados ao trabalho produtivo, multiplicado pela média socialmente aceitável de dias trabalháveis por ano e horas trabalháveis por dia). Esse potencial é uma categoria objetiva, em um país determinado e por um período determinado (para simplificar, podemos tomar o ano de trabalho como marco temporal básico). Daqui surge o valor total produzido em um ano (na medida em que nenhuma parte deste potencial de trabalho tenha ficado ociosa por razões alheias a sua vontade). De novo, esta é uma categoria social objetiva: o número total de horas de trabalho efetivamente produzidas no curso do processo de produção. A categoria de “trabalho socialmente necessário” que trata algumas destas horas de trabalho como “desperdiçadas” e, por tanto, não justificadas desde o ponto de vista social, implica somente redistribuição de valor dentro de cada ramo de produção, exceto em casos de monopólio.⁵⁵

Se estendermos o mesmo raciocínio para o conjunto da economia, não muda nada. Todo trabalho efetivamente consumido no processo de produção, produziu valor. Não pode aumentar nem diminuir por obra de nada que ocorra fora da esfera efetiva da produção. O problema da compensação do gasto de trabalho pelo mercado é um problema da distribuição, e não da produção. Assim, é perfeitamente possível que o trabalho privado efetivamente gasto em determinado ramo, a uma taxa média de produtividade deste ramo, seja trabalho socialmente necessário e haja produzido efetivamente valor, enquanto e ao mesmo tempo, alguns proprietários de mercadorias não recebem plena compensação do mercado por todo o valor encarnado, ou recebem um contra-valor mais elevado do que a quantidade de valor encarnada em suas mercadorias.

Esta unidade-e-contradição dialética entre trabalho privado gasto na produção e efetivamente produtor de valor, por um lado, e, por outro, valor socialmente compensado, é mediada pela compreensão de que o valor total é igual ao preço total de produção (ou seja, representa uma soma igual de horas de trabalho, ou semanas de trabalho, ou anos de trabalho: um potencial global de trabalho igual). O que se modifica no mercado, ou seja, o que representa os conceitos do livro três de “dilapidação objetivada” e “poupança objetivada” de trabalho social quando se comparam ramos de produção diferentes (em contraste com as

⁵² Ibid., III/6, pp.270-271: “Esta progressiva diminuição relativa do capital variável em proporção ao capital constante, conseqüentemente com o capital global, é idêntica à composição orgânica progressivamente mais alta do capital social na média. Assim mesmo, isto é somente uma outra expressão do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. [...]”

⁵³ Veja, por exemplo, Joan Robinson, *An Essay on Marxian Economics* cit.pp.ix-x, 14-16 (Introducción a la economía marxista, cit., pp.4-5, 34-37).

⁵⁴ Até Maurice Dobb, de quem se poderia esperar mais, trata o trabalho como *numéraire* na *Historia do Marxismo*. Vol. 1 Turin, 1979, pp. 99-102.

⁵⁵ Isaac Rubin. *Ensaio sobre a teoria marxista do valor*. (edição em português, na edição inglesa as páginas citadas são 174-176).

conotações de “dilapidação” e “poupança” de quantidade de trabalho social dentro de cada ramo da indústria, tal como se estuda no livro primeiro), é exclusivamente um problema de (re)distribuição do valor, não de produção do valor.

O segundo problema referente ao nivelamento da taxa de lucro entre os distintos ramos da indústria é como funciona na prática. Para entender isso, devemos partir do pressuposto de que este nivelamento é sempre uma tendência, nunca uma realidade permanente. Se partimos da realização efetiva da massa de mais-valia global produzida em cada ramo da produção pelos capitalistas que operam nesse ramo, haverá uma taxa de lucro muito mais alta nos ramos de produção que tenham uma composição orgânica do capital mais baixa e gastem uma menor proporção de seus investimentos de capital em equipamentos e matérias primas. Se tudo permanece igual (o que significa, sobretudo, não supor em nenhum momento mudanças na distribuição da demanda total de diferentes valores de uso produzido por distintos ramos de produção) essa taxa de lucro superior à média atrairá capital adicional para esses ramos. Isto aumentará a produção (o abastecimento) acima da demanda social, o que precipitará a queda dos preços, e precipitará a declinação da taxa de lucro. Pelo contrário, nos ramos de produção onde a composição orgânica do capital é superior à média, portanto a taxa de lucro “inicial” é inferior à média, afugentará capitais, a produção declinará até cair abaixo da demanda social, os preços se elevarão, os lucros se elevarão até alcançar a taxa média social de lucro.

Em outras palavras, o fluxo e o refluxo de capital entre os distintos ramos de capital, que vai das taxas de lucro mais baixa aos de taxa de lucro mais alta, é a força impulsionadora do nivelamento da taxa de lucro. Este fluxo e refluxo de capital entre os distintos ramos de produção são, sem dúvida, a forma principal em que a acumulação é produzida (crescimento) de capital na vida real, ou seja, como um processo desigual, no qual os ramos nunca crescem no mesmo ritmo e no mesmo lapso [de tempo]. Na realidade, o nivelamento das taxas de lucro pressupõe o seu desnível relativo. Em um processo que constantemente se realiza negando-se a si mesmo. Qualquer um que estude a história real dos ramos capitalistas de indústria, a mineração e o transporte, pode confirmar isso facilmente.

Este processo desigual não pressupõe necessariamente que seja iniciado com uma grande desigualdade nas taxas de lucro dos distintos ramos, nem que as taxas de lucro superiores coincidam cada vez com uma maior intensidade de trabalho em determinados ramos. Na realidade, bastaria supor somente uma situação inicial deste tipo para que o processo resultasse perfeitamente lógico e coerente com a análise dada ⁵⁶. Na realidade, há muito tempo na história do capitalismo industrial moderno a taxa média de lucro é uma entidade conhecida (o crédito bancário e a bolsa de valores desempenham um papel significativo em seu estabelecimento)⁵⁷. O processo real, então, não é tanto um processo de capital que flui de ramos com taxa média de lucro inferior para ramos com taxas superiores: o processo real é geralmente um processo de empresas em busca de mais-lucro acima da taxa média conhecida, essencialmente através de inovações revolucionárias (que poderiam implicar na criação de ramos da indústria completamente novos). A taxa média de lucro é continuamente comovida e restabelecida pelas relações provocadas por esta constante revolução na técnica de produção e organização de trabalho. Cada empresa, ao tratar de maximizar sua própria taxa de lucro, contribui, independente de seus desejos e desígnios, ao nivelamento da taxa de lucro.

Se abandonarmos agora o pressuposto inicial simplificador de uma estrutura de demanda estável em determinado lapso de tempo, só teremos que reintroduzir mediações adicionais; o resultado segue sendo substancialmente o mesmo. Se, com relação aos ramos da indústria de composição orgânica de capital inferior a média existir, além disso, um aumento da demanda social superior à média de sua produção, os preços declinarão menos rapidamente, apesar do afluxo de capital adicional e o conseqüente aumento da produção⁵⁸. Mas isto só atrairá mais capital adicional, até que finalmente ocorra o nivelamento da taxa de lucro. Inversamente (isto é mais freqüente), se os ramos da indústria com composição orgânica inferior à média são

⁵⁶ Poderíamos argumentar, por exemplo, que as primeiras empresas capitalistas dedicadas à construção de canais, mineração, etc. tem uma taxa de lucro mais alta do que as primeiras empresas têxteis, no momento da revolução industrial, devido a sua composição orgânica do capital inferior.

⁵⁷ O capital, III/ 6, p. 266.

⁵⁸ Marx faz uma observação adicional sobre o peso relativo das empresas que operam a níveis de produtividade superiores e inferiores à média em cada ramo da indústria. Isto pode conduzir a situações em que, momentaneamente, não é o nível médio de produtividade o que determina o valor da mercadoria. Mas a concorrência terminará rápido com essas situações se não existe penúria de estruturas ou monopólio.

ramos relativamente “antigos” afetados por um declínio relativo da demanda global, o afluxo de capital adicional levará mais rapidamente a um declínio dos preços e lucros, e ao nivelamento, por último, da taxa de lucro. Não é necessário repetir para os ramos onde existe uma saída de capitais devido as taxas de lucro inicialmente inferiores, o raciocínio das flutuações da demanda final com o processo de nivelamento da taxa de lucro. É uma contrapartida óbvia da análise que acabamos de fazer.

A terceira categoria de problemas colocada pelo nivelamento das taxas de lucro entre os distintos ramos da produção foi a que provocou mais discussões: ao que se refere ao problema “técnico” da transformação de valores em preços de produção para cada mercadoria específica (ou grupo de mercadorias), ou seja, o problema de como se pode provar “tecnicamente” o funcionamento da lei do valor em condições de concorrência de capitais entre distintos ramos de produção. Isto pode ser dividido em dois principais corpos de argumentação aos quais chamarei a controvérsia sobre a retro-alimentação e a confusão monetária.

Livro III, Seção III - Lei da tendência decrescente da taxa de lucro

Texto 8: Capítulo XIII – A lei como tal

Partindo-se de um salário e de uma jornada de trabalho dados, um capital variável, de 100 por exemplo, pressupõe um determinado número de operários postos em ação; é o índice deste número de operários. Suponhamos, por exemplo, que 100 libras esterlinas representem o salário de 100 operários durante uma semana, por exemplo. Se estes 100 operários rendem a mesma quantidade de trabalho necessário que de trabalho excedente; se, portanto, trabalham diariamente a mesma quantidade de tempo para eles mesmos, isto é, para a reprodução de seu salário, que para o capitalista, ou seja, para a produção de mais-valia, seu produto total de valor será = 200 libras esterlinas e a mais-valia produzida por eles será de 100 libras. A Taxa de mais valia $\frac{p}{v}$ será, neste caso, de 100%. Sem dúvida, esta taxa de mais-valia, como temos visto, será expressada em muitas taxas de lucro distintas, segundo o volume diferente do capital constante c e, portanto, do capital total C , já que a cota de lucro = p/C .

Com base na taxa de mais-valia de 100%, teremos:

Se $c = 50$ e $v = 100$, $g' = 100/150 = 66 \frac{2}{3} \%$;

Se $c = 100$ e $v = 100$, $g' = 100/200 = 50\%$;

Se $c = 200$ e $v = 100$, $g' = 100/300 = 33 \frac{1}{3}\%$;

Se $c = 300$ e $v = 100$, $g' = 100/400 = 25\%$;

Se $c = 400$ e $v = 100$, $g' = 100/500 = 20\%$.

Como se vê, a mesma taxa de mais-valia, sem necessidade de que varie o grau de exploração do trabalho, traduz-se em uma taxa decrescente de lucro, já que ao aumentar seu volume material, aumenta também, embora não na mesma proporção, o volume de valor do capital constante e , portanto, o do capital em seu conjunto.

Se, além disso, partirmos do pressuposto de que esta mudança gradual quanto à composição do capital não se opera apenas em ramos isolados da produção, mas que se dá mais ou menos em todos eles ou, pelo menos, nas esferas decisivas da produção e que, portanto, essas mudanças afetam a composição orgânica média do capital total existente em uma determinada sociedade, chegaremos necessariamente à conclusão de que esse aumento gradual do capital constante em relação ao capital variável tem como resultado uma *diminuição gradual da taxa geral de lucros*, sempre e quando a taxa de mais-valia, ou seja, o grau de exploração do trabalho pelo capital, permanecer invariável. Pois bem, temos visto que é uma lei da produção capitalista que, conforme ela se desenvolve, decresce em termos relativos o capital variável em relação ao constante e , por consequência, em proporção a todo o capital posto em movimento. Isto quer dizer, verdadeiramente, que o mesmo número de operários, a mesma quantidade de força de trabalho que um capital variável de determinado volume de valor pode mobilizar, põe em movimento, elabora, consome produtivamente, ao mesmo tempo, em virtude dos métodos de produção peculiares que se desenvolvem dentro da produção capitalista, uma massa cada vez maior de meios de trabalho, de máquinas e de capital fixo de todos os tipos, de matérias-primas e auxiliares; isto é, um capital constante com um volume de valor cada vez maior. Esta queda relativa crescente do capital variável em relação ao constante e , portanto, em relação ao capital total, coincide com o aumento progressivo da composição orgânica do capital social, considerado quanto à sua média. E não é,

da mesma maneira, outra coisa senão outro modo distinto de expressar o desenvolvimento progressista da força social produtiva do trabalho, que se revela precisamente no fato de que, graças ao emprego constante das máquinas e do capital fixo em todas as suas formas, o mesmo numero de operários pode converter em produtos no mesmo tempo, isto é, com menos trabalho, uma quantidade maior de matérias-primas e auxiliares. Este aumento do volume do valor do capital constante – embora só expresse remotamente o aumento que se opera quanto à massa real dos valores de uso que materialmente formam o capital constante – é acompanhado pelo barateamento progressivo dos produtos. Cada produto individual contém agora uma soma menor de trabalho do que em outras etapas anteriores da produção, em que o capital investido no trabalho representava uma proporção incomparavelmente maior em relação ao capital investido em meios de produção. Portanto, o quadro hipotético que figura no começo deste capítulo expressa a tendência real da produção capitalista. Esta, a medida que se acentua a queda relativa do capital variável em relação ao constante, faz com que a composição orgânica do capital em seu conjunto seja cada vez mais elevada, e a consequência direta disso é que a taxa de mais valia se expressa em uma taxa geral de lucro decrescente, embora o grau de exploração do trabalho permaneça invariável e inclusive seja aumentado (Mais adiante veremos porque a queda não se manifesta nesta forma absoluta, mas sim na tendência à baixa progressiva). A tendência progressiva à baixa da taxa geral de lucro, então, apenas é uma *expressão característica do regime capitalista de produção* do desenvolvimento ascendente da força produtiva social do trabalho. Isto não quer dizer que a taxa de lucro não possa cair transitoriamente também por outras razões, mas demonstra como uma necessidade evidente derivada da mesma natureza da produção capitalista que, a medida que esta se desenvolve, a taxa geral média de mais valia tem necessariamente que se traduzir em uma taxa geral de lucro decrescente. Como a massa de trabalho vivo empregada diminui constantemente em relação à massa do trabalho materializado, de meios de produção consumidos produtivamente que ela põe em movimento, é lógico que a parte deste trabalho vivo que não é devolvido e se materializa na mais-valia guarde uma proporção constantemente decrescente com o volume de valor do capital total investido. E esta proporção entre a massa da mais-valia e o valor do capital total empregado constitui a taxa de lucro, a qual deve, portanto, diminuir constantemente.

A lei, como se vê pelo que temos exposto, não pode ser mais simples e, sem dúvida, nenhum economista, como provaremos posteriormente, tinha conseguido descobri-la até agora. Os economistas viam o fenômeno e se torturavam na tentativa de explicá-lo. Mas, dada a grande importância desta lei para a produção capitalista, pode-se muito bem dizer que esse é o mistério em torno de cuja solução vinha girando toda a economia política desde Adam Smith e que, desde a morte desse autor, a diferença existente entre as diversas escolas consiste precisamente nas diferentes tentativas de resolvê-lo. De outro lado, se levamos em conta que toda a economia política anterior, embora tivesse tateado em torno da distinção entre capital constante e variável, não chegou nunca a formular esse conceito claramente; que não chegou nunca a separar a mais-valia do lucro nem apresentar este em toda a sua pureza, distinguindo-o de suas diversas partes integrantes, substanciadas umas em relação às outras – o lucro industrial, o lucro comercial, o juro, a renda do solo – e que jamais analisou a fundo as diferenças quanto à composição orgânica do capital nem, portanto, a formação da taxa geral de lucro, não é surpresa que não tenha nunca conseguido chegar à solução deste enigma.

Ao expor essa lei antes de abordar o problema do desdobramento do lucro em diferentes categorias independentes entre si, fazemos isso intencionalmente. E que a exposição deste problema do desdobramento do lucro em diferentes partes, correspondentes a diferentes categorias de pessoas, seja algo a parte, demonstra de antemão a independência da lei a que nos referimos, em seus termos gerais, em relação a esse desdobramento e às relações mutuas entre as diferentes categorias de lucro a que dá origem. O lucro a que nos referimos não é mais que um nome diferente para expressar a própria mais-valia, a qual se expõe somente em relação com o capital total, e não em relação ao capital variável, do qual emana.

Temos visto que, ao chegar à fase da produção capitalista na qual a composição do capital é a de c/v como $50/100$, a taxa de mais valia de 100 se traduz em uma taxa de lucro de $66 \frac{2}{3}\%$ e que em uma fase superior, na qual c/v como $400/100$, a mesma taxa de mais valia se expressa em uma taxa de lucro de 20%. E o que dizemos das diferentes fases sucessivas de desenvolvimento dentro de um país pode se aplicar às diferentes fases de desenvolvimento que coexistem em vários países ao mesmo tempo. Em um país pouco desenvolvido, em que a primeira composição orgânica do capital constitui a média, a taxa geral de lucro será = $66 \frac{2}{3}\%$, enquanto que em um país mais adiantado, com uma fase de desenvolvimento muito mais elevada, será = 20%.

A diferença entre as duas taxas nacionais de lucro poderia desaparecer e inclusive se inverter se no país menos desenvolvido o trabalho for menos mais improdutivo, ou seja, se uma quantidade maior de trabalho se traduzisse em uma quantidade menor da mesma mercadoria, um valor de troca maior em um valor de uso menor, se, portanto, o operário dedicasse uma parte maior de seu tempo à reprodução de seus próprios meios de subsistência ou de seu valor e uma parte menor à criação de mais-valia, se fornecesse menos trabalho excedente, com o qual a taxa de mais valia seria menor. Se no país menos adiantado o operário trabalhasse, suponhamos, 2/3 da jornada de trabalho para si e 1/3 para o capitalista, esta força de trabalho seria paga, com base na suposição do exemplo anterior, com $133 \frac{1}{3}$ e forneceria um excedente de apenas $66 \frac{2}{3}$ %. Ao capital variável de $133 \frac{1}{3}$ corresponderia um capital constante de 50. a taxa de mais valia seria, portanto, de $133 \frac{1}{3} : 66 \frac{2}{3} = 50\%$ e a taxa de lucro seria de $183 \frac{1}{3} : 66 \frac{2}{3}$, ou seja, de $36 \frac{1}{2}\%$ aproximadamente.

Como até agora não investigamos as diversas partes em que o lucro se decompõe, sendo, portanto, como se não existissem para nós, nos limitaremos a adiantar o seguinte, para evitar possíveis equívocos: quando comparamos países de diferentes graus de desenvolvimento entre si – a saber, países de produção capitalista desenvolvida e outros em que o trabalho não se encontra ainda absorvido formalmente pelo capital, embora na realidade o operário seja explorado pelo capitalista (por exemplo, na Índia, onde o *ryot* trabalha como camponês independente, onde sua produção não se encontra ainda absorvida pelo capital, embora o usuário possa ficar, sob a forma de juros, não apenas com seu trabalho excedente, mas também, falando em termos capitalistas, com uma parte de seu salário) – seria um grande equívoco querer medir a quantia da taxa nacional de lucro pela quantia do tipo nacional de juros. Nestes juros se inclui todo o lucro e mais que o lucro e não representa, como ocorre nos países de produção capitalista desenvolvida, uma parte alíquota da mais-valia ou do lucro produzido, simplesmente. De outro lado, o tipo de juros aqui se encontra determinado principalmente por condições (adiantamentos dos usuários aos grandes possuidores de renda fundiária) que nada têm a ver com lucro e apenas indicam a proporção em que o usuário se apropria da renda do solo.

Tratando-se de países em que a produção capitalista apresenta diversos graus de desenvolvimento e, portanto, diferentes composições orgânicas do capital, a taxa de mais-valia (um dos fatores que determinam a taxa de lucros) pode ser mais alta em um país em que a jornada normal de trabalho seja mais curta do que em outro em que seja mais longa. Em primeiro lugar, porque se a jornada de trabalho de 10 horas vigente na Inglaterra, por exemplo, é, por sua maior intensidade, igual à jornada de trabalho de 14 horas vigente na Áustria, 5 horas de trabalho excedente podem representar no primeiro caso, com base na mesma divisão da jornada, um valor maior no mercado mundial do que 7 horas no segundo caso. Em segundo lugar, porque no primeiro caso o trabalho excedente pode constituir uma parte maior da jornada de trabalho do que no segundo.

A lei da taxa decrescente de lucro em que se traduz a mesma taxa de mais valia ou uma taxa de mais-valia até mesmo superior, quer dizer que, em outras palavras, partindo de qualquer quantidade determinada do capital social médio, por exemplo um capital de 100, a parte destinada aos meios de trabalho tende sempre a aumentar e a destinada ao trabalho vivo a diminuir. Portanto, como a massa total do trabalho vivo acrescentado aos meios de produção diminui em relação ao valor destes, diminui também o trabalho não-retribuído e a parte do valor em que se incorpora, em relação ao valor do capital total empregado. Ou seja, que é uma parte alíquota menor do capital total investido aquela que se converte em trabalho vivo e que, portanto, esse capital total absorve cada vez menos trabalho excedente em relação à sua magnitude, embora possa crescer ao mesmo tempo a proporção entre a parte não-retribuída do trabalho empregado e a parte paga. A redução relativa do capital variável e o relativo aumento do capital constante, embora ambas as partes cresçam em termos absolutos, apenas é, como fica claro, uma maneira distinta de designar a maior produtividade do trabalho.

Suponhamos que um capital de 100 se ache formado por $80c + 20v$, equivalentes estes a 20 operários. Suponhamos também que a taxa de mais valia seja de 100%, isto é, que os operários trabalhem meia jornada para si mesmos e a outra metade para o capitalista. Suponhamos agora que em um país menos desenvolvido o capital seja $= 20c + 80v$ e que estes equivalam a 80 operários. Mas estes operários precisarão para si de 2/3 da jornada de trabalho e trabalharão apenas 1/3 da jornada para o capitalista. Em igualdade de condições, os operários produzirão no primeiro caso um valor de 40 e no segundo um valor de 120. O primeiro capital produzirá $80c + 20v + 20p = 120$; taxa de lucro = 20%; o segundo capital, $20c + 80v + 40p = 140$; taxa de lucro = 40%. A taxa de lucro, portanto, será no segundo caso o dobro da primeira, apesar de no primeiro caso a taxa de

mais valia = 100%, isto é, o dobro do segundo, em que só é de 50%. A explicação é que, com capitais iguais, no primeiro caso o capital se apropria do trabalho excedente de 20 operários apenas, enquanto que no segundo caso se apropria do trabalho excedente de 80.

A lei da baixa progressiva da taxa de lucro ou da redução relativa do trabalho excedente apropriado em comparação com a massa de trabalho materializado posto em movimento pelo trabalho vivo não exclui, de modo algum, a possibilidade de que aumente a massa absoluta do trabalho posto em ação e explorado pelo capital da sociedade e também, portanto, a massa absoluta do trabalho excedente apropriado por este; nem tampouco a de que os capitais que se encontram sob o comando dos diferentes capitalistas disponham de uma massa crescente de trabalho e, portanto, de trabalho excedente, este último ainda quando não aumente o número de operários submetidos a seu poder.

Se partirmos de uma dada população operária, por exemplo, de dois milhões, e admitirmos também como fatores dados a duração e a intensidade da jornada de trabalho média e o salário e, portanto, a proporção entre o trabalho necessário e o trabalho excedente, veremos que o trabalho total destes dois milhões de operários, assim como também seu trabalho excedente, traduzido em mais-valia, produz sempre a mesma magnitude de valor. Mas, à medida que aumenta a massa de capital constante – fixo e circulante – posto em movimento por esse trabalho, diminui a proporção entre essa magnitude de valor e o valor deste capital, valor que aumenta ao aumentar a sua massa, embora não na mesma proporção. Esta proporção e, portanto, a taxa de lucro diminuem, embora o capital continue dispondo da mesma massa de trabalho excedente. A proporção muda não porque diminua a massa de trabalho vivo, mas porque aumenta a massa de trabalho materializado posta em movimento por ela. A diminuição é relativa, não absoluta, e não tem na realidade nada a ver com a magnitude absoluta do trabalho e do trabalho excedente posta em movimento. A baixa da taxa de lucro não obedece a uma redução absoluta, mas a uma redução puramente relativo da parte variável do capital total, isto é, de sua redução comparada com a do capital constante.

E o que dizemos de uma dada massa de trabalho necessário e excedente é aplicável igualmente a um número crescente de operários e, portanto, sob as premissas com as quais partimos, a uma massa crescente de trabalho disponível em geral, e em particular a sua parte não retribuída, ou seja, ao trabalho excedente. Se a população operária passa de dois milhões para três, e aumenta também de dois milhões para três o capital variável que lhes é pago na forma de salários, enquanto que o capital constante aumenta, em troca, de 4 milhões para 15, a massa de trabalho excedente, da mais-valia, aumentará, sempre sob as premissas que partimos (jornada de trabalho e taxa de mais valia constantes), à metade, em 50%, ou seja, de 2 milhões para três. Não obstante, apesar de aumentar a massa absoluta do trabalho excedente e, portanto, a mais-valia, em uns 50%, a proporção do capital variável em relação ao constante cairá de 2 : 4 para 3 : 15, e a proporção entre a mais-valia e o capital total será representada assim (expressa em milhões):

$$4c + 2v + 2p; C = 6, g' = 33 \frac{1}{3}\%$$

$$15c + 3v + 3p; C = 18, g' = 16 \frac{2}{3}\%$$

Isto é, enquanto a massa da mais-valia aumenta em metade, a taxa de lucro fica reduzida à metade da anterior. O lucro não é outra coisa que a mais-valia calculada sobre o capital social, e a massa de lucro, sua magnitude absoluta é, portanto, socialmente considerada, igual à magnitude absoluta da mais-valia. A magnitude absoluta do lucro, sua massa total, aumentará, portanto, em 50%, apesar da enorme redução operada quanto à relação entre esta massa de lucro e o capital total investido, ou apesar da enorme redução operada na taxa geral de lucro. O número de operários empregados pelo capital, isto é, a massa absoluta do trabalho posto em ação por ele e, portanto, a massa de trabalho excedente por ele absorvido, ou seja, a massa de mais-valia por ele produzida, ou o que dá no mesmo, a massa absoluta do lucro produzida por ele, *pode* portanto aumentar, e aumentar progressivamente, apesar da redução relativa da taxa de lucro. E isto não apenas *pode* ocorrer, mas, além disso – ignorando as flutuações transitórias – *tem necessariamente* que ocorrer onde quer que impere a produção capitalista.

O processo capitalista de produção é ao mesmo tempo, essencialmente, um processo de acumulação. Já vimos como, à medida que a produção capitalista progride, a massa de valor que é preciso simplesmente reproduzir, conservar, cresce conforme aumenta a produtividade do trabalho, mesmo quando a força de trabalho empregada permaneça constante. Mas, ao desenvolver-se a força produtiva social do trabalho, aumenta ainda mais a massa dos valores de uso produzidos, uma parte dos quais são os meios de produção. E o trabalho adicional por meio de cuja apropriação pode voltar a converter-se em capital, esta riqueza adicional

não depende do valor, mas da massa destes meios de produção (incluindo os meios de subsistência), já que o operário, no processo de trabalho, não atua sobre o próprio valor, mas simplesmente sobre o valor de uso dos meios de produção. E a acumulação é por si, e com ela a correspondente concentração do capital, um meio material para aumentar a força produtiva. E neste aumento dos meios de produção está implícito o crescimento da população operária, a criação de uma população talhada na medida do capital excedente e que inclusive ultrapassa sempre, em geral, suas necessidades, isto é, as de uma superpopulação operária. Um **excedente** momentâneo do capital excedente sobre a população operária de que dispõe produzirá um efeito duplo. De um lado, mediante a subida dos salários e, portanto, mediante a amortização das influências que dizimam e anulam a procriação dos operários e o fomento dos matrimônios, aumentaria gradualmente a população operária, enquanto, que de outro lado, com o emprego dos métodos que criam a mais-valia relativa (introdução e aperfeiçoamento das máquinas), criaria mais rapidamente ainda uma superpopulação artificial, relativa, que por sua vez – já que na produção capitalista a miséria cria população – se converteria em novo viveiro de um incremento verdadeiramente rápido do censo. Portanto, a própria natureza do processo capitalista de acumulação – que não é senão um aspecto do processo capitalista de produção – traz como conseqüência que a massa crescente dos meios de produção destinados a converterem-se em capital tenha sempre ao alcance da mão uma população operária crescente na mesma proporção, excedente e suscetível de ser explorada. À medida que o processo de produção e acumulação se desenvolve, *deve necessariamente* aumentar a massa de trabalho excedente apropriável e apropriada e, em conseqüência, a massa absoluta do lucro apropriada pelo capital da sociedade. Mas as mesmas leis de produção e acumulação fazem que, com a massa, aumente o valor do capital constante em progressão ascendente com maior rapidez que a parte do capital variável, ou seja, a que se troca por trabalho vivo. Portanto, as mesmas leis se encarregam de produzir para o capital da sociedade uma massa absoluta de lucro crescente e uma taxa de lucro decrescente.

Aqui desconsideramos em absoluto o fato de que, à medida que a produção capitalista progride e se desenvolve, conjuntamente com ela, a força produtiva do trabalho social e se multiplicam os ramos de produção e, portanto, os produtos, a mesma massa de valor se traduz em uma massa cada vez maior de valores de uso e de gozos.

A trajetória da produção e acumulação capitalistas exige processos de trabalho em uma escala cada vez maior e, portanto, em dimensões sempre crescente e, como conseqüência disso, desembolsos cada vez maiores de capital para cada empresa. A concentração crescente dos capitais (acompanhada ao mesmo tempo, embora em menor medida, pelo número crescente de capitalistas) constitui, portanto, tanto uma de suas condições materiais como um de seus próprios resultados. E paralelamente a isso, em interdependência com ele, se opera a expropriação progressiva dos produtos mais ou menos diretos. Assim se explica que apenas um capitalista disponha de exércitos cada vez mais numerosos de operários (apesar da redução registrada pelo capital variável em relação ao constante), que a massa da mais-valia e, em conseqüência, do lucro apropriado pelos capitalistas aumente simultaneamente com a taxa de lucro e apesar de sua redução. As mesmas causas que concentram massas de exércitos operários sob o comando de capitalistas isolados são precisamente as que fazem com que se aumente a massa do capital fixo investido e a das matérias-primas e auxiliares em proporções crescentes em relação à massa do trabalho fixo empregado.

Além disso, basta mencionar aqui que, com base em uma dada população operária, quando se aumenta a taxa da mais-valia, seja porque se prolongue ou se intensifique a jornada de trabalho, seja porque se reduza o valor dos salários como conseqüência do desenvolvimento da força produtiva do trabalho, a massa de mais-valia e, portanto, a massa absoluta do lucro deve necessariamente aumentar, apesar da diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante.

O mesmo desenvolvimento da força produtiva do trabalho social, as mesmas leis que se traduzem na baixa relativa do capital variável em relação ao capital total e no conseqüente ritmo acelerado da acumulação, enquanto que, de outro lado, a acumulação constitui um ponto de partida para o desenvolvimento ulterior das forças produtivas e a redução relativa ulterior do capital variável; este mesmo desenvolvimento se traduz, ignorando flutuações momentâneas, no aumento crescente da força de trabalho total empregada e no aumento contínuo da massa absoluta da mais-valia e, portanto, do lucro.

Porém, sob que forma se apresenta esta lei de dois gumes, que de um lado se traduz na redução da *taxa* de lucro e, de outro lado, obedecendo às mesmas causas, expressa-se no aumento simultâneo da *massa* absoluta de lucro? Esta lei, baseada no fato de que, sob as condições de partida, aumenta a massa de trabalho excedente

e, portanto, da mais-valia apropriada e que, do ponto de vista do capital total e dos distintos capitais como simples fragmentos do capital em seu conjunto, o lucro e a mais-valia constituem magnitudes idênticas?

Tomemos a parte alíquota do capital sobre a qual calculamos a taxa de lucro, por exemplo, 100. Estes 100 representam, suponhamos, a composição média do capital total, por exemplo, $80c + 20v$. Na segunda seção desse livro vimos como a taxa de lucro média nos distintos ramos de produção não é determinada pela composição específica de um determinado capital, mas pela composição social média. Ao diminuir em termos relativos o capital variável em relação ao constante e, portanto, em relação ao capital de 100 em seu conjunto, embora o grau de exploração do trabalho permaneça invariável e inclusive aumente, diminui a magnitude relativa da mais-valia, isto é, sua proporção em relação ao valor do capital total de 100 investido. Mas não diminui apenas esta magnitude relativa. A magnitude da mais-valia ou do lucro absorvida pelo capital total de 100 diminui também em termos absolutos. Com base em uma taxa de mais valia de 100%, um capital de $60c + 40v$ produzirá uma massa de mais-valia e, portanto, de lucro, de 40; um capital de $70c + 30v$, uma massa de lucro de 30; com um capital de $80c + 20v$, o lucro ficará reduzido a 20. Esta redução se refere à massa de mais-valia e, portanto, do lucro, e provém do fato de que o capital total de 100 põe em movimento menos trabalho vivo em geral, pelo qual, permanecendo idêntico o grau de exploração, põe também em movimento menos trabalho excedente, o que equivale a dizer que produz menos mais-valia. Tomando como unidade de medida uma parte alíquota qualquer do capital social, isto é, do capital de composição social média, para calcular a base da mais-valia – como se faz em todos os cálculos de lucro – coincidirão sempre a redução relativa da mais-valia e sua redução absoluta. A taxa de lucro diminui, nos casos anteriormente citados, de 40 para 30 e para 20% porque a massa de mais-valia e, portanto, de lucro produzida pelo mesmo capital diminui também, na realidade de 40 para 30 e para 20. Como a magnitude do valor do capital, com cuja base se calcula a mais-valia, é = 100, a baixa da proporção entre a mais-valia e esta magnitude invariável não pode ser senão uma maneira distinta de expressar a redução da magnitude absoluta da mais-valia e do lucro. Isto é, na realidade, uma tautologia. Mas o próprio fenômeno da redução responde, como foi demonstrado, à natureza do desenvolvimento do processo da produção capitalista.

De outro lado, as mesmas causas que determinam uma redução absoluta da mais-valia e, portanto, do lucro correspondente a um determinado capital e também, portanto, da taxa de lucro calculada percentualmente, produzem também um aumento da massa absoluta da mais-valia e, conseqüentemente, do lucro apropriado pelo capital social (isto é, pela totalidade dos capitalistas). Então, como se explica isso, como é possível explicá-lo por si só, ou que condições estão implícitas nesta aparente contradição?

Se uma parte alíquota = 100 do capital social, e portanto cada 100 de capital de composição social média, representa uma determinada magnitude, pela qual, no que se refere a ela, a redução da taxa de lucro coincide com a baixa da magnitude absoluta do lucro, precisamente porque aqui o capital pelo qual se mede constitui uma magnitude constante, a magnitude do capital total da sociedade, como a do capital que se encontra em mãos de diferentes capitalistas, constitui uma magnitude variável que, para responder às condições que se dão por pressupostas, deve variar em razão inversa à diminuição de sua parte variável.

No exemplo anterior, com uma composição percentual de $60c + 40v$, tínhamos uma mais-valia ou lucro de 40 e, portanto, uma taxa de lucro de 40%. Suponhamos que o capital total, com este grau de composição, fosse de um milhão. A mais-valia total e, portanto, o lucro total, ascenderiam, nestas condições, a 400.000. Se mais tarde a composição = $80c + 20v$, a mais-valia ou lucro, com base no mesmo grau de exploração do trabalho, ficará reduzida a 20%. Mas como a mais-valia ou lucro aumenta, segundo temos visto, no que se refere à massa absoluta, apesar desta taxa descendente de lucro ou de esta produção decrescente de mais-valia por cada capital de 100, por exemplo, aumenta, suponhamos, de 400.000 para 440.000, isto só pode ser explicado se o capital total que se formou simultaneamente com esta nova composição se eleva a 2.200.000. A massa do capital total posto em movimento aumentou em 220%, enquanto que a taxa de lucro caiu em 50%. Se o capital simplesmente tivesse se duplicado, só teria conseguido produzir, com base em uma taxa de lucro de 20%, a mesma massa de mais valia e de lucro que o antigo capital de 1.000,000 a 40%. Se tivesse aumentado menos que o dobro, teria produzido menos mais-valia ou lucro que o capital de 1.000,000, ao qual, com sua composição anterior, para aumentar sua mais-valia de 400,000 para 440,00, bastava passar de 1.000,000 para 1.100,000.

Põe-se em relevo aqui a lei exposta mais acima, segundo a qual à medida que diminui relativamente o capital variável, isto é, à medida que se desenvolve a força produtiva social do trabalho, precisa-se de uma

massa cada vez maior de capital total para se pôr em movimento a mesma quantidade de força de trabalho e absorver a mesma massa de trabalho excedente. Em conseqüência, na mesma proporção em que se desenvolve a produção capitalista se desenvolve a possibilidade de uma população operária relativamente excedente, não porque *diminua* a capacidade produtiva do trabalho social, mas sim porque *aumenta*; portanto, não por uma desproporção absoluta entre o trabalho e os meios de existência ou os meios destinados a produzi-los, mas por uma desproporção nascida da exploração capitalista do trabalho, a desproporção entre o aumento progressivo do capital e sua necessidade relativamente decrescente de população excedente.

Se a taxa de lucro cai em 50%, fica reduzida à metade. Portanto, para que a massa de lucro permaneça invariável, o capital deverá ser duplicado. Para que a massa de lucro continue sendo a mesma, ainda que diminuindo a taxa de lucro, o multiplicador, que indica o aumento do capital total, tem que ser igual ao divisor, que assinala a diminuição da taxa de lucro. Se a taxa de lucro diminui de 40 para 20, o capital total tem que aumentar, pelo contrário, na proporção de 20 : 40, para que o resultado continue sendo idêntico. Se a taxa de lucro caísse de 40 para 8, o capital teria que aumentar na proporção de 8 : 40, isto é, quintuplicar. Um capital de 1.000,000 a 40% produz 400,000, o mesmo que um capital de 5.000,000 a 8%. Isto que dizemos é o que tem que ocorrer para que o resultado permaneça inalterável. Se, pelo contrário, trata-se de aumentar, o capital terá que aumentar em maior proporção do que aquela em que a taxa de lucro diminua. Em outros termos: para que a parte variável do capital total não só permaneça invariável em termos absolutos, mas que além disso aumente em termos absolutos, embora diminua a porcentagem que representa como parte do capital total, é necessário que este aumente em maior proporção que aquela em que diminua a porcentagem que o capital variável representa. Deve aumentar tanto que, em sua nova composição, necessite mais do antigo capital variável para a compra da força de trabalho. Se a parte variável de um capital = 100 cai de 40 para 20, o capital total terá que aumentar para mais de 200 para poder empregar um capital variável maior do que 40.

Ainda que a massa explorada da população operária permanecesse constante e só aumentassem a duração e a intensidade da jornada de trabalho, teria-se que aumentar a massa do capital empregado, já que deve aumentar inclusive para poder empregar a mesma massa de trabalho, nas mesmas condições de exploração, ao se mudar a composição do capital.

O mesmo desenvolvimento da força produtiva social do trabalho se traduz, assim, à medida que progride o regime capitalista de produção, de um lado na tendência à redução progressiva da taxa de lucro e, de outro lado, no aumento constante da massa absoluta da mais-valia ou lucro apropriada, de tal modo que, no conjunto, à redução relativa do capital variável e do lucro corresponde um aumento absoluto de ambos. Este duplo efeito só pode se traduzir, como temos dito, em um aumento do capital total em progressão mais acelerada que aquela em que a taxa de lucro diminui. Para empregar um capital variável incrementado em termos absolutos com uma composição mais alta ou um aumento relativo maior do capital constante, o capital total tem que aumentar, não apenas em proporção com a composição mais alta, mas também mais rapidamente ainda. De onde se segue que quanto mais se desenvolve o regime capitalista de produção, maior quantidade de capital será necessária para se poder empregar a mesma força de trabalho, e mais ainda se trata-se de empregar uma quantidade de trabalho maior. A crescente força produtiva do trabalho engendra, pois, necessariamente, na base do capitalismo, uma aparente superpopulação operária permanente. Se o capital variável só representa 1/6 do capital total em vez de 1/2 como antes, o capital total terá que ser triplicado para poder empregar a mesma quantidade de força de trabalho; e, se for empregada o dobro da força de trabalho, terá que ser sextuplicado.

Os economistas anteriores, incapazes de explicar para si mesmos a lei da taxa decrescente de lucro, deduzem a massa crescente de lucro, o aumento da taxa absoluta de lucro, seja em relação ao capitalista individual, seja em relação ao capital da sociedade em conjunto, como uma espécie de consolo, mas isto não tem, na realidade, mais base do que alguns lugares comuns e simples possibilidades.

É uma pura tautologia dizer que a massa do lucro se encontra determinada por dois fatores, em primeiro lugar pela taxa de lucro e em segundo lugar pela massa do capital empregado com base nesta taxa. Em conseqüência, dizer que a massa de lucro pode aumentar embora a taxa de lucro diminua paralelamente, é apenas uma simples expressão desta tautologia e não nos leva adiante um só passo, já que também é possível que o capital aumente sem que aumente a massa de lucro e pode inclusive aumentar aquele enquanto esta

diminui. 100 a 25% dá 25, 400 a 5% dá somente 20¹. Mas se as mesmas causas que fazem cair a taxa de lucros fomentam a acumulação, isto é, a formação de capital adicional, e todo o capital adicional põe em movimento trabalho adicional e produz mais-valia adicional; e se, de outro lado, a simples queda da taxa de lucros deixa implícito o fato de que o capital constante aumenta, e com ele todo o capital anterior em seu conjunto, todo esse processo perde seu caráter misterioso. Mais adiante, veremos a que cálculos intencionalmente falsos se recorre para escamotear a possibilidade de que a massa do lucro aumente ao mesmo tempo que diminui a taxa de lucro.

Temos visto como as mesmas causas que produzem a tendência à queda da taxa geral de lucro determinam uma acumulação acelerado do capital e, portanto, o aumento da magnitude absoluta ou massa total do trabalho excedente (da mais-valia ou lucro) que se apropria. Mas como na concorrência, e, portanto, na consciência de seus agentes, tudo se apresenta invertido, também aparece invertida essa lei, isto é, esta conexão íntima e necessária entre duas coisas que aparentemente se contradizem. É evidente que, dentro das proporções expostas mais acima, um capitalista que dispõe de um capital grande obtém uma massa maior de lucro que um pequeno capitalista que receba lucros aparentemente altos. E o exame mais superficial da concorrência revela também que, em certas circunstâncias, se o grande capitalista quer aumentar seu raio de ação no mercado, deslocar os pequenos capitalistas, como ocorre em tempos de crise, se vale disto na prática, isto é, reduz intencionalmente sua taxa de lucro para eliminar os pequenos capitalistas. O capital comercial, sobretudo, do qual mais adiante falaremos em detalhes, apresenta fenômenos que fazem a queda do lucro aparecer como um efeito da expansão dos negócios e, portanto, da expansão do capital. Indicaremos depois a expressão verdadeiramente científica desta falsa concepção.

Considerações superficiais parecidas com estas se desprendem da comparação entre as taxas de lucro que prevalecem em diferentes ramos comerciais, segundo se encontrem submetidas ao regime da livre concorrência ou ao regime de monopólio. Se quisermos ver a que extremos de superficialidade chegam as idéias projetadas nas cabeças dos agentes da produção, não teremos mais que ler nosso Roscher, que diz que esta diminuição da taxa de lucro é “mais prudente e mais humana”. A queda da taxa de lucro se apresenta aqui como um *efeito* do aumento do capital e do conseqüente cálculo do capitalista de que obterá uma massa maior de lucros contentando-se com uma taxa de lucros menor. Tudo isso (excetuando-se Adam Smith, de quem falaremos mais adiante) corresponde a um desconhecimento total do que é a taxa geral de lucro e à idéia de que os preços são determinados na realidade pelo encargo de uma taxa mais ou menos arbitrária de lucro sobre o valor real das mercadorias. Mas estas idéias, por mais absurdas que sejam, brotam necessariamente da inversão que as leis inerentes da produção capitalista sofrem dentro do mundo da concorrência.

A lei segundo a qual a queda da taxa de lucro determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas é acompanhada pelo aumento da massa de lucro se traduz também no fato de que a queda do preço das mercadorias produzidas pelo capital traz consigo um aumento relativo das massas de lucro contidas nelas e realizadas por meio de sua venda.

Como o desenvolvimento da força produtiva e a correspondente elevação quanto à composição do capital fazem com que uma quantidade cada vez menor de trabalho ponha em movimento uma quantidade cada vez maior de meios de produção, o resultado é que cada parte alíquota do produto total, cada mercadoria concreta

¹ É Também de se esperar que, seja qual for a taxa de utilidades sobre o capital, tal taxa diminua em conseqüência da acumulação de capital nas terras e na alta de salários que, sem dúvida, aumentaria a quantidade total dos lucros. Supondo, então, que mediante repetidas acumulações de 100.000, a taxa de utilidades baixasse de 20 para 19, 18, 17%, uma taxa em baixa contínua, seria lógico esperar que a quantidade total de lucros recebida por estes sucessivos possuidores de capital seria sempre progressiva; que seria maior quando o capital fosse de 200.000 do que quando fosse apenas de 100.000; que seria maior ainda quando fosse de 300.000, e assim sucessivamente, aumentando, embora a taxas decrescentes, com cada aumento do capital. Esta progressão, sem dúvida, só é válida durante um tempo determinado: assim, os 19% de 200.000 é mais do que os 20% de 100.000; também os 18% de 300.000 é mais do que os 19% de 200.000; porém, logo que o capital tenha se acumulado em grande quantidade e tenham se reduzido as utilidades, a acumulação posterior diminuirá o total do lucro. Suponhamos que a acumulação seja de 1.000.000, e os juros de 7%. Neste caso, a utilidade total será de 70.000. Se agregarmos a esse capital a soma de 100.000, e supondo que a taxa de juros caia a 6%, os proprietários do capital receberão 66.000, ou seja, terão perdido 4.000, embora tal capital tenha aumentado de 1.000.000 para 1.100.000”. (Ricardo, *Princípios da Economia Política, op. cit.*, pp. 94-5). Na realidade, aqui se parte do pressuposto de que o capital aumenta de 1.000.000 para 1.100.000, isto é, em 10%, enquanto que a taxa de lucros caia de 7 para 6, ou seja, em 14 2/7%. *Hinc illae lacrimae*.

ou cada unidade concreta de mercadorias da massa total produzida absorve menos trabalho vivo e contém, além disso, menos trabalho materializado, tanto pelo desgaste do capital fixo empregado como pelas matérias primas e auxiliares consumidas. Em conseqüência, cada mercadoria encerra uma soma menor de trabalho materializado em meios de produção e incorporado a elas durante a própria produção. Isto faz com que caia o preço das mercadorias. Não obstante, pode-se aumentar a massa de lucro contida em cada mercadoria, sempre e quando se aumentar a taxa da mais-valia absoluta ou relativa. A mercadoria contém menos trabalho novo acrescentado, mas, em troca, aumenta a parte de trabalho não-remunerado em relação à parte de trabalho remunerado. Sem dúvida, isso só pode ocorrer dentro de limites certos e determinados. À medida que, ao se desenvolver a produção, acentua-se em proporções enormes a redução absoluta da soma de trabalho vivo acrescentado a cada mercadoria, diminuirá também em termos absolutos a massa de trabalho não-remunerado contido nela, por mais que esta massa aumente em termos relativos, isto é, em proporção ao trabalho remunerado. A massa de lucro por cada mercadoria diminuirá consideravelmente à medida que se desenvolve a força produtiva do trabalho, apesar do aumento da taxa de mais-valia; e esta diminuição, exatamente igual à queda da taxa de lucro, só será amortizada mediante o barateamento dos elementos que formam o capital constante e dos demais fatores expostos na primeira seção deste livro e que elevam a taxa de lucro com base de uma taxa dada, e inclusive de uma taxa decrescente de mais-valia.

Dizer que diminui o preço das diferentes mercadorias cuja soma integra o produto total do capital quer dizer, simplesmente, que uma dada quantidade de trabalho se materializa em uma massa maior de mais valia, e, portanto, que cada mercadoria contém agora menos trabalho que antes. Assim acontece embora aumente o preço de uma parte do capital constante, das matérias-primas etc. Se excetuarmos alguns casos concretos (por exemplo, quando a força produtiva do trabalho barateia por igual todos os elementos do capital constante e do variável), a taxa de lucro diminuirá apesar de aumentar a taxa de mais-valia, 1º porque a parte não-remunerada da soma total menor do trabalho novamente acrescentado, embora seja maior, será sempre menor do que era uma parte alíquota menor não-remunerada da soma total maior, e 2º porque a composição mais alta do capital dentro de cada mercadoria se traduz no fato de que a parte de valor desta em que o trabalho novo acrescentado toma corpo diminui em relação à parte do valor que se materializa nas matérias-primas, nas matérias auxiliares e no desgaste do capital fixo. Esta troca de proporção entre as diferentes partes integrantes do preço de cada mercadoria, a diminuição da parte do preço em que toma corpo o novo trabalho vivo que se acrescenta e o aumento daquelas outras partes em que se plasma o trabalho materializado anterior, constitui a forma em que se expressa a diminuição do capital variável em relação ao capital constante no preço das diferentes mercadorias. O que esta diminuição representa em termos absolutos para uma determinada unidade de capital, 100 por exemplo, o representa também em termos absolutos para cada mercadoria, como parte alíquota do capital reproduzido. Sem dúvida, se a taxa de lucro só for calculada tendo em conta os elementos integrantes do preço das diferentes mercadorias, apresentaria-se de modo distinto do que realmente é. Pela seguinte razão:

(A taxa de lucro é calculada com base no capital total empregado, mas para um prazo de tempo determinado, que é na realidade de um ano. A proporção entre a mais-valia ou o lucro conseguido e realizado em um ano e o capital total, calculada percentualmente, constitui a taxa de lucro. Isso pode não coincidir com a taxa de lucro baseada não em um ano, mas no período de rotação do capital discutido; só coincidem quando este capital descreve precisamente uma rotação ao ano.

De outro lado, o lucro obtido no curso de um ano não é mais do que a soma dos lucros das mercadorias produzidas e vendidas durante este mesmo ano. Se calcularmos o lucro com base no preço de custo das mercadorias, obtemos uma taxa de lucro = l/pc , chamando de l o lucro obtido durante o ano e pc a soma dos preços de custo das mercadorias produzidas e vendidas durante o mesmo período de tempo. É evidente que essa taxa de lucro l/pc só pode coincidir com a taxa de lucro real, g/C a massa de lucro dividida pelo capital total, se $pc = C$, isto é, se o capital descrever uma rotação exatamente dentro do ano.

Fixemo-nos em três momentos distintos de um capital industrial:

I. Um capital de 8.000 libras esterlinas produz e vende anualmente 5.000 mercadorias a 30 shillings cada uma, o que supõe uma rotação anual de 7.500 libras. Isto representa por cada mercadoria um lucro de 10 shillings = 2.500 libras esterlinas ao ano. Cada mercadoria contém, portanto, 20 shillings de capital investido e 10 shillings de lucro, o que quer dizer que a taxa de lucro é, por mercadoria, $10/20 = 50\%$. A soma de 7.500 libras que gira anualmente representa 5.000 libras de capital investido e 2.500 libras de lucro; taxa de lucro pela

rotação, l/pc , também = 50%. Em troca, calculada com base no capital total, a taxa de lucro é $l/C = 2.500/8.000 = 31 \frac{1}{4}\%$.

II. Suponhamos que o capital aumente para 10.000 libras esterlinas e que o aumento da força produtiva do trabalho lhe permita produzir 10.000 mercadorias anuais a um preço de custo de 20 shillings cada uma. Suponhamos também que as mercadorias sejam vendidas com um lucro de 4 shillings, isto é, a razão de 24 shillings. Neste caso, o preço do produto anual será = 12.000 libras esterlinas, das quais 10.000 serão capital investido e 2.000, lucro. $l/pc = 4/20$ por mercadoria e para a rotação anual $2.000/10.000$, isto é, a 20% em ambos os casos, e como o capital total é igual à soma dos preços de custo, ou seja, a 10.000 libras esterlinas, teremos l/C a taxa real de lucro, é também, neste caso = 20%.

III. Finalmente, suponhamos que o capital, sem que se aumente a capacidade produtiva do trabalho, aumente a 15.000 libras esterlinas e produza 30.000 mercadorias anuais a um preço de custo de 13 shillings cada uma. Rotação anual, portanto = 30.000×15 shillings = 22.500 libras esterlinas, das quais 19.500 capital investido e 3.000 lucro. l/pc será, portanto = $2/13 = 3.000/19.500 = 15 \frac{5}{13}\%$. Em troca, $g/C = 3.000/15.000 = 20\%$.

Vemos, então, que apenas no caso II, onde o valor do capital que gira é igual ao capital total, coincide a taxa de lucro calculada sobre cada mercadoria ou sobre a quantidade total que gira com a taxa de lucro calculada sobre o capital total. No caso I, onde a soma que gira é menor que o capital total, a taxa de lucro calculada sobre o preço de custo da mercadoria, é maior; no caso III, onde o capital total é menor que a soma que gira, a taxa de lucro do que a taxa de lucro real, calculada sobre o capital total. E isso pode ser afirmado em termos gerais.

Na prática comercial a rotação só é calculada de um modo impreciso. Supõe-se que o capital gira tão logo a soma dos preços das mercadorias realizados alcança a soma do capital total investido. Mas o *capital* só pode descrever uma rotação completa quando a soma dos *preços de custo* das mercadorias realizadas seja igual à soma do capital total. F.E.).

Vemos comprovado aqui como é importante, na produção capitalista, não considerar isoladamente cada mercadoria ou cada produto-mercadoria de um determinado período de tempo como simples mercadoria, mas como produto do capital investido e em relação com o capital total que produz essa mercadoria.

Porém, embora a *taxa* de lucro deva ser calculada medindo-se a massa de mais-valia produzida e realizada não apenas sobre a parte do capital consumido que reaparece nas mercadorias, mas sobre esta parte mais a parte do capital não-consumida, mas empregada e que continua fugindo na produção, a *massa* de lucro só pode ser igual à massa de lucro ou de mais-valia contida nas próprias mercadorias e se realiza por meio de sua venda.

Ao se aumentar a produtividade da indústria, diminui-se o preço de cada mercadoria. Esta contém agora menos trabalho, tanto pago quanto não-remunerado. Suponhamos, por exemplo, que o mesmo trabalho produza o triplo do produto; neste caso, a cada produto corresponderão $2/3$ menos de trabalho. E como o lucro só pode representar uma parte desta massa de trabalho contida em cada mercadoria, deve necessariamente diminuir a massa de lucro correspondente a cada mercadoria, inclusive, dentro de certos limites, se aumentar a taxa de mais-valia. Em todo caso, a massa de lucro correspondente ao produto total não cairá abaixo da massa originária de lucro tão logo o capital empregue a mesma massa de operários que antes, com o mesmo grau de exploração (isto pode acontecer também quando se emprega menos operários, submetendo-os a um grau de exploração mais intensa). Pois na mesma proporção em que diminui a massa de lucro correspondente a cada produto, aumenta o número destes. A massa de lucro continua a mesma, mas se distribui de outro modo entre a soma das mercadorias; e isto não muda tampouco a distribuição entre operário e capitalista da quantidade de valor criada pelo novo trabalho acrescentado. A massa de lucro só pode aumentar se for empregada a mesma massa de trabalho, quando se aumenta o trabalho não-remunerado ou, se o grau de exploração do trabalho continua sendo o mesmo, quando aumenta o número de operários. Ou quando ocorrem ambos os fatores. Em todos esses casos – os quais pressupõem, segundo a premissa de que se parte, aumento do capital constante em relação ao variável e magnitude crescente do capital total investido – cada mercadoria contém menos massa de lucro e a taxa de lucro diminui ainda calculada com base em cada mercadoria; uma quantidade dada de trabalho adicional se traduz em uma quantidade maior de mercadorias; o preço de cada mercadoria cai. Pensando abstratamente, pode ocorrer que, ao cair o preço de cada mercadoria por efeito do aumento da capacidade produtiva e ao aumentar, portanto, simultaneamente, o número destas mercadorias mais baratas, a

taxa de lucro permaneça invariável, por exemplo, quando o aumento da capacidade produtiva se manifestar por igual e ao mesmo tempo sobre todas as partes integrantes das mercadorias, de tal modo que o preço total da mercadoria diminui na mesma proporção em que aumenta a capacidade produtiva do trabalho, enquanto que, por outro lado, a proporção mútua entre as diversas partes integrantes do preço continua sendo a mesma. A taxa de lucro poderia inclusive aumentar se ao aumento da taxa de mais-valia se unisse uma redução considerável de valor dos elementos do capital constante e, principalmente, dos do capital fixo. Mas, na realidade, depois de um longo período, a taxa de lucro cairá, como já temos visto. A queda do preço de cada mercadoria, por si só, não permite de modo algum que se chegue a conclusões a respeito da taxa de lucro. Tudo dependerá do volume da soma total do capital investido em sua produção. Se, por exemplo, o preço de uma vara de tecido cai de 3 shillings para $1\frac{2}{3}$ e se sabemos que antes da baixa do preço estava contida nela $1\frac{2}{3}$ shillings de capital constante, de fios etc., $\frac{2}{3}$ de shillings de salários e $\frac{2}{3}$ de shillings de lucro, isto por si só não nos indicará se a taxa de lucro continua sendo a mesma ou mudou. Isto dependerá de se aumentou e da proporção em que se aumente o capital total investido e de quantas varas a mias produza em um prazo de tempo dado.

O fenômeno derivado da própria natureza da produção capitalista e que consiste em que, à medida que aumenta a produtividade do trabalho, diminui o preço de cada mercadoria ou de uma dada quantidade de mercadorias e aumenta o número de mercadorias produzidas, reduzindo-se a taxa de lucro calculada sobre a soma total de mercadorias e aumentando-se em troca a massa de lucro correspondente à soma total de mercadorias, só indica diminuição da massa de lucro por cada mercadoria, diminuição de seu preço e aumento da massa de lucro pelo total maior de mercadorias produzidas pelo capital total da sociedade ou por cada capitalista. O que se interpreta no sentido de que o capitalista prefere obter menos lucro por cada mercadoria, indenizando-se com o maior número de mercadorias que produz. Concepção que corresponde à idéia do lucro sobre a alienação, a qual se baseia, por sua vez, na própria concepção do capital comercial.

Já vimos mais acima, nas seções quatro e sete do Livro I, que o aumento da massa das mercadorias e o barateamento de cada mercadoria por si, como consequência do aumento da capacidade produtiva do trabalho (sempre e quando essas mercadorias não contribuam para determinar o preço da própria força de trabalho), apesar da queda do preço, não afeta a proporção entre trabalho pago e não-remunerado dentro de cada mercadoria.

Como na concorrência tudo se apresenta de um modo falso, isto é, invertido, o capitalista individual pode imaginar: 1º que ou diminui seu lucro em cada mercadoria ao diminuir o preço desta, e em troca obtém um lucro maior com o aumento da massa das mercadorias por ele vendidas; 2º que fixa o preço de cada mercadoria, obtendo por multiplicação o preço do produto total, quando na realidade o procedimento originário é o da divisão (ver Livro I, cap. X, pág. 253) e a multiplicação só intervém em segundo plano, sobre a base daquela divisão. O economista vulgar não faz, na realidade, outra coisa do que traduzir para uma aparente linguagem mais teórica, generalizadora, as idéias peregrinas dos capitalistas prisioneiros da concorrência e se esforçar para construir a exatidão destas concepções.

Na realidade, a queda dos preços das mercadorias e o aumento da massa de lucro sobre a massa incrementada das mercadorias mais baratas não é senão uma maneira distinta de expressar a lei da taxa decrescente de lucro ao passo que aumenta a massa de lucro.

Não cabe aqui investigar até que ponto a taxa decrescente de lucro pode coincidir com preços incrementados, como tampouco cabe o ponto estudado mais acima (Livro I, p. 253), a propósito da mais-valia relativa. O capitalista que emprega métodos de produção aperfeiçoados mas ainda não generalizados, vende abaixo do preço comercial, mas acima de seu preço individual de produção; isto faz com que a taxa de lucro aumente para ele, até que a concorrência se encarregue de reduzi-la ao nível comum; durante este período de nivelção cumpre-se o segundo requisito, consistente no aumento do capital investido; segundo o grau deste aumento, o capitalista se encontrará agora em condições de dar ocupação a uma parte da massa operária antes empregada e inclusive a toda a massa ou a uma massa maior, produzindo assim a mesma massa de lucro ou uma massa de lucro maior do que antes.

Texto 9: Cap. XIV – Causas Contrariantes

Se nos fixarmos no enorme desenvolvimento adquirido pelas forças produtivas do trabalho social, embora apenas nos últimos trinta anos, comparando este período com os anteriores, e se levarmos em conta sobretudo a massa enorme de capital fixo que, fora a maquinaria em sentido estrito, entra no processo social de produção em seu conjunto, vemos que, em vez da dificuldade com que até agora vêm tropeçando os economistas, ou seja, a explicação da queda da taxa de lucro, surge a dificuldade inversa: a de explicar porque esta queda não é maior ou mais rápida. Isso se deve, indubitavelmente, ao jogo de influências que compensam e neutralizam os efeitos desta lei geral, dando-lhe simplesmente o caráter de uma tendência, razão pela qual apresentamos aqui a queda da taxa geral de lucro simplesmente como uma tendência à queda. Entre as causas que neutralizam a lei que estamos examinando, as mais generalizadas são as seguintes:

1. Aumento do grau de exploração do trabalho

O grau de exploração do trabalho, a apropriação de trabalho excedente e mais-valia, aumenta concretamente de dois modos: mediante o prolongamento da jornada de trabalho e mediante a intensificação do próprio trabalho. Estes dois pontos foram tratados por extenso no Livro I, ao se estudar a produção da mais-valia absoluta e relativa. Muitos fatores determinantes da intensificação do trabalho implicam em um aumento do capital constante em relação ao variável e, portanto, uma redução da taxa de lucro, como ocorre quando aumenta a quantidade de máquinas que um operário tem que atender. Neste caso – como na maioria dos procedimentos que servem para a produção de mais-valia relativa – pode ocorrer que as mesmas causas que determinam um aumento da taxa de mais-valia se traduzem em uma diminuição da massa de mais-valia, se nos fixarmos em determinadas quantidades do capital total investido. Mas há outros fatores de intensificação do trabalho, como ocorre, por exemplo, com velocidade mais acelerada das máquinas, que absorvendo ainda durante o mesmo tempo maior quantidade de matérias primas, no que se refere ao capital fixo desgastam mais rapidamente as máquinas, mas sem que isto afete por menos que seja a proporção entre seu valor e o preço de trabalho que põe em movimento. Mas o que faz principalmente com que aumente a massa do trabalho excedente apropriado sem que se modifique essencialmente a proporção entre a força de trabalho empregada e o capital constante posto em movimento por ela é que o prolongamento da jornada de trabalho, invenção da indústria moderna, que na realidade tende a fazer com que diminua em termos relativos o capital constante. Além disso, já colocamos em relevo – e nisto reside, a rigor, o segredo da tendência decrescente da taxa de lucro – que os procedimentos destinados a produzir mais-valia relativa tendem, todos eles, em geral, de um lado, a converter em mais-valia a maior quantidade possível de uma massa determinada de trabalho e, de outro lado, a empregar a menor quantidade possível de trabalho em relação ao capital investido; isto é, que as mesmas causas que permitem aumentar o grau de exploração do trabalho impedem que se explore com o mesmo capital total o mesmo trabalho que antes. São estas as tendências contraditórias que, além de trabalharem por uma alta da taxa de mais-valia, contribuem para a diminuição da massa de mais-valia produzida por um capital determinado e, portanto, para a queda da taxa de lucro. Também se deve mencionar aqui a implantação em massa do trabalho feminino e infantil, já que agora a família inteira pode fornecer ao capital uma massa de trabalho excedente maior do que antes, mesmo quando aumenta a soma total de salários abonados, coisa que nem sempre ocorre em caráter geral. Tudo o que serve para fomentar a produção de mais-valia relativa mediante o simples aperfeiçoamento dos métodos empregados, como ocorre na agricultura, deixando intacta a quantia do capital investido, traduz-se em um resultado idêntico. Nestes casos, embora não aumente o capital constante investido em relação ao capital variável, na medida em que consideremos este como índice da força de trabalho empregada, aumenta a massa do produto em relação à força de trabalho utilizada. E o mesmo ocorre quando a força produtiva do trabalho (o mesmo se seu produto se destina ao consumo do operário, que forma parte dos elementos do capital constante) se vê livre dos entorpecimentos da circulação, de restrições arbitrárias e de todo tipo de travas, sem que isso afete no momento a proporção entre o capital variável e o capital constante.

Podia-se colocar o problema de se, entre as causas que momentaneamente neutralizam a queda da taxa de lucros, mas que em última instância a aceleram, figuram os aumentos temporários, mas constantemente reiterados, da mais-valia sobre o nível geral para o capitalista que emprega inventos etc., antes que estes se generalizem, aumentos que ocorrem ao mesmo tempo em uns como em outros ramos da produção. A isso não há outro remédio senão responder afirmativamente.

A massa de mais-valia criada por um capital de determinada magnitude é o produto de dois fatores: a taxa de mais-valia multiplicada pelo número de operários que trabalham com base nesta taxa. Isso, então, partindo de uma taxa de mais-valia dada, dependerá do número de operários e, partindo de um número dado de operários, da taxa de mais-valia, ou seja, expressando-se em termos gerais, da proporção entre a magnitude absoluta do capital variável e a taxa de mais-valia. Então, como temos visto, as mesmas causas que aumentam a taxa da mais-valia relativa reduzem a prazo média a massa da força de trabalho empregada. Mas é evidente que o resultado será maior ou menor segundo a relação concreta em que este movimento antagônico se desenrole e que a tendência à diminuição da taxa de lucro se veja amortizada, principalmente, pelo aumento da taxa de mais-valia absoluta, baseada no prolongamento da jornada de trabalho.

Ao estudarmos a taxa de lucro vimos que, em geral, à queda da taxa, à medida que aumenta a massa do capital total investido, corresponde o aumento da massa do lucro. Se nos fixarmos no capital variável total da sociedade, vemos que a mais-valia por ele produzida é igual ao lucro obtido. Com a massa absoluta aumenta também a taxa de mais-valia: aquela cresce ao aumentar a força de trabalho empregada pela sociedade; esta ao aumentar o grau de exploração deste trabalho. Mas se nos fixarmos em um capital de quantia dada, 100 por exemplo, vemos que a taxa de mais-valia pode aumentar ao passo a massa diminua por prazo médio, já que a taxa é regida pela proporção em que o capital variável se valoriza e a massa, em troca, pela parte proporcional que o capital variável representa dentro do capital total.

O aumento da taxa de mais-valia – já que este aumento se produz também em circunstâncias em que não se divisa nenhum aumento ou, pelo menos, nenhum aumento proporcional do capital constante em relação ao capital variável – é um fator que contribui para determinar a massa da mais-valia e, portanto, também a taxa de lucro. Este fator não anula a lei geral. Mas se ocorre que esta lei atue como uma tendência, isto é, como uma lei cuja vigência absoluta se vê contida, entorpecida e atenuada por causas que a neutralizam. Mas como as mesmas causas que elevam a taxa de mais-valia (o próprio prolongamento da jornada de trabalho é um resultado da grande indústria) tendem a reduzir a força de trabalho empregada por um determinado capital, vemos que as mesmas causas contribuem para diminuir a taxa de lucro e amortizar o ritmo dessa diminuição. Se um operário é obrigado a realizar o trabalho que racionalmente só pode ser feito por dois, e isto se faz em condições em que este operário pode substituí-los, o operário em questão fornecerá a mesma quantidade de trabalho excedente que antes forneciam dois, e neste sentido terá aumentado a taxa de mais-valia. Mas não fornecerá a mesma quantidade de trabalho excedente que antes forneciam três, o que quer dizer que a taxa de mais-valia, deste ponto de vista, terá diminuído. Mas sua diminuição se encontrará compensada ou restringida pela alta da taxa de mais-valia. Se toda a população trabalha com base na taxa acrescentada de mais-valia, a massa da mais-valia aumentará embora a população permaneça estacionária. E mais ainda se a população aumenta; e embora isso se relacione com a redução relativa do número de operários empregados em proporção com a magnitude do capital total, esta redução se verá amortizada ou contida pela alta da taxa de mais-valia.

Antes de passar a outro ponto, devemos insistir novamente que, partindo de uma dada magnitude do capital, a taxa de mais-valia pode aumentar embora diminua sua massa, e vice-versa. A massa da mais-valia é igual à sua taxa multiplicada pelo número de operários; mas a taxa não é calculada nunca com base no capital total, mas simplesmente com base no capital variável, e na realidade sempre com base apenas em uma jornada de trabalho. Em troca, partindo de uma dada magnitude do valor-capital, a taxa de lucro não pode nunca aumentar nem diminuir sem que aumente ou diminua ao mesmo tempo a massa de mais-valia.

2. Redução do salário abaixo de seu valor²

Aqui só citamos isto empiricamente, já que na realidade, como tantas outras coisas que podem ser deduzidas em relação a isto, nada tem a ver com a análise geral do capital, mas se relaciona com o problema da concorrência, que não se estuda nessa obra. É, sem dúvida, uma das causas mais importantes que contribuem para neutralizar a tendência decrescente da taxa de lucro.

3. Barateamento dos elementos que formam o capital constante

² Isto é, abaixo do valor da força de trabalho (Nota da Ed. Alemã).

Tudo o que se disse na primeira seção deste livro sobre as causas que elevam a taxa de lucro continuando constante a taxa de mais-valia ou independentemente desta, cabe aqui. Principalmente o fato de que, no que se refere ao capital total, o valor do capital constante não aumenta na mesma proporção que seu volume material. Por exemplo, a massa de algodão que um só operário fiandeiro europeu elabora em uma fábrica moderna é infinitamente maior que a que um operário europeu poderia elaborar antes, com as ferramentas primitivas. Sem dúvida, o valor do algodão elaborado não aumentou na mesma proporção que sua massa. E o mesmo ocorre com as máquinas e com o resto do capital fixo. Em uma palavra, o mesmo processo que faz com que a massa do capital constante aumente em relação ao capital variável eleva, em consequência da maior força produtiva do trabalho, o valor de seus elementos e impede, portanto, que o valor do capital constante, mesmo quando aumenta constantemente, aumente na mesma proporção que seu volume material, isto é, que o volume material dos meios de produção postos em movimento pela mesma massa de força de trabalho. E pode inclusive ocorrer que, em alguns casos, a massa dos elementos do capital constante aumente enquanto seu valor permanece invariável ou até diminui.

O que foi dito coincide com a depreciação do capital existente (isto é, de seus elementos materiais) à medida que se desenvolve a indústria. Esta é outra das causas de ação constante que neutralizam a queda da taxa de lucro, mesmo quando em certas circunstâncias a massa do juro possa ser reduzida, ao se reduzir a massa do capital que a produz. Voltamos a nos encontrar aqui com as mesmas causas que produzem a tendência à queda da taxa de lucro e amortizam também a realização desta tendência.

4. A superpopulação relativa

A superpopulação relativa é inseparável do desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho, que se traduz na redução da taxa de lucro, e este desenvolvimento acelera seu processo. Quanto mais se desenvolve em um país o regime capitalista de produção, mais agudo se apresenta nele o fenômeno da superpopulação relativa. E esta é, por sua vez, a causa de que, por um lado, perdure em muitos ramos de produção, a sujeição mais ou menos incompleta do trabalho ao capital, sustentando-se durante mais tempo do que à primeira vista corresponderia ao estado geral do desenvolvimento; isto é consequência da baratez e da abundância dos operários assalariados disponíveis ou desocupados e da maior resistência que alguns ramos de produção opõem, por sua natureza, à transformação do trabalho manual em trabalho mecanizado. De outro lado, abrem-se novos ramos de produção, principalmente no tocante ao consumo de luxo, para as quais serve de base precisamente aquela superpopulação relativa que fica desocupada com freqüência pelo predomínio do capital constante em outros ramos de produção e que, por sua vez, se baseiam no predomínio do elemento do trabalho vivo, para acabar abraçando pouco a pouco o mesmo caminho que os demais ramos de produção. O capital variável representa em ambos os casos uma proporção considerável dentro do capital total e o salário fica abaixo do nível médio, o que faz com que tanto a taxa como a massa da mais-valia sejam, nestes ramos, extraordinariamente altas. E como a taxa geral de lucro é obtida mediante a nivelção das taxas de lucro vigentes nos distintos ramos de produção, resulta que a mesma causa que determina a tendência decrescente da taxa de lucro serve aqui também de contrapeso a esta tendência e paralisa em maior ou menor medida seus efeitos.

5. O comércio exterior

Quando o comércio exterior barateia os elementos do capital constante ou os meios de subsistência de primeira necessidade em que se investe o capital variável, ele contribui para o aumento da taxa de lucro, ao elevar a taxa da mais-valia e reduzir o valor do capital constante. Atua sempre neste sentido enquanto permitir que se amplie a escala da produção. Com isso acelera, de um lado, a acumulação e, de outro, fomenta a diminuição do capital variável em relação ao constante e, portanto, a queda da taxa de lucro. Também, a expansão do comércio exterior, embora na infância do regime capitalista de produção fosse a base dele, à medida que este regime de produção se desenvolve, pela necessidade interna dele, por seu desejo de mercados cada vez mais extensos, ele vai se convertendo em seu próprio produto. Voltamos a nos encontrar aqui com o mesmo caráter dual da ação (Ricardo passa completamente por cima deste aspecto do comércio exterior).

Outro problema – que, por sua especialidade, está realmente fora dos âmbitos de nossa investigação – é este: contribui para a elevação da taxa geral de lucro a taxa de lucro mais elevada que o capital investido obtém no comércio exterior, e principalmente no comércio colonial?

Os capitais investidos no comércio exterior podem obter uma taxa mais alta de lucro, em primeiro lugar porque aqui se compete com mercadorias que outros países produzem com menos facilidade, o que permite ao país mais adiantado vender suas mercadorias acima de seu valor, embora mais baratas que os países competidores. Quando o trabalho do país mais adiantado se valoriza aqui como um trabalho de peso específico superior, a taxa de lucro se eleva, já que o trabalho não-pago como um trabalho qualitativamente superior é vendido como tal. E a mesma proporção pode ser estabelecida em relação ao país para qual se exportam mercadorias e do qual se importam outras: pode ocorrer, de fato, que este país entregue mais trabalho materializado em espécie do que recebe e que, sem dúvida, obtenha mercadorias mais baratas do que as que pode produzir. Exatamente o mesmo que ocorre ao fabricante que põe em operação um novo invento antes que este se generalize, podendo deste modo vender mais barato que seus competidores e, sem dúvida, vender acima do valor individual de sua mercadoria, isto é, valorizar como trabalho excedente a maior produtividade específica do trabalho empregado por ele. Isto lhe permite realizar um lucro extraordinário. De outro lado, os capitais investidos nas colônias etc., podem obter taxas mais altas de lucro em relação ao baixo nível de desenvolvimento que em geral apresenta a taxa de lucro nos países coloniais e em relação também com o grau de exploração do trabalho obtido ali mediante o emprego de escravos, cules etc. Não é possível compreender porque as elevadas taxas de lucro obtidas assim e retiradas para suas metrópoles os capitais investidos em certos ramos de produção não entrem, embora não hajam monopólios que se oponham a ele, no mecanismo de nivelamento da taxa geral de lucro, contribuindo, portanto, para elevar proporcionalmente esta taxa³. Na se compreende, sobretudo, quando se trata de ramos de investimento de capital submetidos às leis da livre concorrência. A razão porque Ricardo protege para explicar esse fenômeno é a seguinte: com o preço mais elevado conseguido no estrangeiro compram-se ali mercadorias, importadas para o país; estas mercadorias são vendidas, portanto, dentro do país que as importa, para o qual isso pode representar, em curto prazo, um lucro temporário extraordinário destes setores beneficiados da produção em relação a outros. Mas esta aparência se esfumaça tão logo se prescinde forma dinheiro. O país favorecido recebe no intercâmbio uma quantidade maior de trabalho do que a que entrega, embora a diferença, o superávit, seja embolsada por uma determinada classe, como ocorre com o intercâmbio entre capital e trabalho em geral. Portanto, quando a taxa de lucro for mais alta, por sê-lo sempre nos países coloniais, esta taxa mais alta pode perfeitamente coincidir, se nos países coloniais se dão as condições naturais propícias para isto, com preços baixos das mercadorias. Opera-se um nivelamento, mas não em base ao nível antigo, como entende Ricardo.

Mas o mesmo comércio exterior fomenta no interior o desenvolvimento da produção capitalista e, com isso, a redução do capital variável em relação ao constante, ao passo que, de outro lado, estimula a superprodução em relação ao estrangeiro, com o qual produz, a longo prazo, o efeito contrário.

Por isso acontece, em geral, que as mesmas causas que produzem a queda da taxa geral de lucro produzem efeitos contrários que entorpecem, amortizam e em parte paralisam aquela ação. Não anulam a lei, mas atenuam seus efeitos. Sem estas causas seria inconcebível, não a própria baixa da taxa geral de lucro, mas sim sua lentidão relativa. Por isso esta lei só atua como uma tendência cujos efeitos só se manifestam gradualmente em determinadas circunstâncias e no transcurso de longos períodos.

Antes de seguir adiante, queremos repetir aqui, para evitar equívocos, duas teses já desenvolvidas em repetidas ocasiões.

Primeira: O mesmo processo que determina o barateamento de mais mercadorias no processo de desenvolvimento do regime capitalista de produção provoca uma mudança quanto à composição orgânica do capital social empregado para a produção de mercadorias e, como conseqüência disso, a queda da taxa de lucro. Não devemos, portanto, identificar a diminuição do custo relativo de cada mercadoria, nem da parte deste custo que representa o desgaste da maquinaria, com o valor ascendente do capital constante comparado com o capital variável, embora, ao contrário, qualquer diminuição quanto ao custo relativo do capital constante, sempre e quando permaneça invariável ou aumente o volume de seus elementos materiais, influa na elevação da taxa de lucro, isto é, na diminuição proporcional do valor do capital constante comparado com o capital variável investido em proporções decrescentes.

³ A. Smith tem razão aqui contra Ricardo, que diz: “Asseguram que a igualdade de utilidades será obtida com a alta geral das utilidades. Em troca, minha opinião é que os lucros do ramo favorecido logo serão reduzidos ao nível geral” ([Ricardo] *Obras completas*, I, p. 99).

Segunda: O fato de que o trabalho vivo adicional contido nas diferentes mercadorias cujo conjunto forma o produto do capital guarde uma proporção decrescente com as matérias de trabalho contidas nelas e com os meios de trabalho consumidos para produzi-las; o fato, portanto, de que nelas se materialize uma quantidade cada vez menor de trabalho vivo adicional, à medida que com o desenvolvimento da capacidade social produtiva se precisa de menos trabalho para sua produção, é um fato que não afeta em nada a proporção em que o trabalho vivo contido na mercadoria se divide em trabalho pago e não-remunerado. Pelo contrário. Embora diminua a quantidade total do trabalho vivo adicional contido nela, aumenta a parte não-remunerada em relação à remunerada, ao diminuir em termos absolutos ou proporcionalmente a parte retribuída, pois o mesmo regime de produção que diminui a massa total do trabalho vivo adicional contido em uma mercadoria vai acompanhado pelo aumento da mais-valia absoluta e relativa. A tendência à queda da taxa de lucro traz junto consigo a tendência à alta da taxa de mais-valia, isto é, do grau de exploração do trabalho. Portanto, não há nada mais tolo do que pretender explicar a queda da taxa de lucro pela alta da taxa salarial, embora excepcionalmente possam ocorrer casos assim. Apenas a compreensão das relações que formam a taxa de lucro permite que a estatística analise de um modo efetivo a taxa salarial nas diferentes épocas e nos diferentes países. A taxa de lucro não diminui porque o trabalho se torna mais improdutivo, mas porque se faz mais produtivo. Ambas, a alta da taxa de mais-valia e a queda da taxa de lucro, são simplesmente formas especiais em que a crescente produtividade do trabalho se manifesta sob o capitalismo.

6. Aumento do capital acionário

Aos cinco pontos anteriores podemos ainda acrescentar outro, mas sem que, no momento, entremos a fundo em sua análise. À medida que a produção capitalista progride, a qual se desenvolve em paralelo com a acumulação acelerada, uma parte do capital figura nos cálculos e é investido exclusivamente como capital a juros. Não no sentido de que todo capitalista que empresta capital se contenta com os juros, enquanto que o capitalista industrial embolsa o benefício próprio do empresário. Isto não afeta em nada o nível da taxa geral de lucro, pois para estes efeitos o lucro é = juro + lucros de todos os tipos = renda do solo, sendo indiferente quanto à tal cota geral de lucros a distribuição que dela se faz entre estas diversas categorias. Mas sim no sentido de que estes capitais, embora investidos em grandes empresas produtivas, só emitem, depois de descontados os gastos, juros grandes ou pequenos, os chamados dividendos. Tal acontece, por exemplo, nas empresas ferroviárias. Estes capitais não entram, portanto, no mecanismo de nivelção da taxa geral de lucro, pois emitem um lucro inferior à média. Se entrassem naquele mecanismo, o lucro médio diminuiria muito mais. Do ponto de vista teórico poderiam ser incluídas, com o que se obteria uma taxa de lucro inferior à que aparentemente existe e à que realmente preside as operações dos capitalistas, já que nestas empresas a que nos referimos é onde o capital constante apresenta maiores proporções em relação ao variável.

Texto 10: Cap. XV – Desenvolvimento das Contradições Internas da Lei

2. Conflito entre a expansão da produção e a valorização

O desenvolvimento da capacidade social produtiva do trabalho se manifesta de dois modos: em primeiro lugar, na magnitude das forças produtivas já produzidas, no volume de valor e no volume de massa das condições de produção em que a nova produção se desenvolve e na magnitude absoluta do capital produtivo já acumulado; em segundo lugar, na relativa pequenez do capital investido em salários, comparado com o capital total, isto é, na relativa pequenez do trabalho vivo necessário para a reprodução e valorização de um capital dado, para a produção em massa. O que supõe, por sua vez, a concentração de capital. Em relação à força de trabalho empregada, o desenvolvimento da capacidade produtiva se revela também de dois modos: de um lado, no aumento do trabalho excedente, isto é, na redução do tempo de trabalho necessário que é indispensável para a reprodução da força de trabalho; em segundo lugar, na diminuição da quantidade de força de trabalho (número de operários) empregada para pôr em movimento um capital dado.

Estes dois movimentos não só ocorrem paralelamente, mas além disso se condicionam mutuamente entre si, pois são fenômenos nos quais se manifesta a mesma lei. Mas atuam em sentido oposto sobre a taxa de lucro. A massa total do lucro equivale à massa de lucro da mais-valia; a taxa de lucro = m/C = mais-valia/capital total investido. Em troca, a mais-valia, considerada em sua totalidade, se determina, em primeiro lugar, por sua taxa e, em segundo lugar, pela massa de trabalho empregado simultaneamente com base nesta taxa ou, o que dá no mesmo, pela magnitude do capital variável. Em um sentido, aumenta um dos fatores, a taxa de mais-valia; em

outro sentido, diminui (em termos relativos ou absolutos) o outro fator, o número de operários. Na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas diminui a parte remunerada do trabalho empregado, faz com que aumente a mais-valia, já que aumenta sua taxa; em troca, na medida em que diminui a massa total do trabalho posto em movimento por um dado capital, diminui o fator do número pelo qual se multiplica a taxa de mais-valia para obter sua massa. Dois operários trabalhando 12 horas diárias não podem fornecer a mesma massa de mais-valia que 24 que trabalhem duas horas diárias cada um apenas, ainda que pudessem viver do ar e não tivessem, portanto, que trabalhar um só minuto para eles. Em conseqüência, a este respeito a compensação do menor número de operários pelo aumento do grau de exploração do trabalho tropeça com certos limites insuperáveis; pode, portanto, retardar a queda da taxa de lucro, mas não anulá-la.

A taxa de mais-valia diminui, então, à medida que se desenvolve o regime capitalista de produção, enquanto que sua massa aumenta conforme aumenta a massa do capital empregado. Partindo de uma taxa dada, a massa absoluta para qual aumenta o capital dependerá de sua magnitude existente. Mas, de outro lado, partindo de uma magnitude dada, a proporção em que aumenta a taxa de seu crescimento dependerá da taxa de lucro. O aumento da capacidade produtiva (que, além do mais, como foi dito, sempre se desenvolve paralelamente à depreciação do capital existente) só pode fazer com que aumente diretamente a magnitude do capital quando, elevando a taxa de lucro, aumenta a parte de valor do produto anual que volta a se converter em capital. No que se refere à capacidade produtiva do trabalho, isso só pode acontecer (já que esta capacidade produtiva não guarda nenhuma relação direta com o *valor* do capital existente) quando deste modo aumenta a mais-valia relativa ou diminui o valor do capital constante, isto é, quando se barateiam as mercadorias que entram, seja na reprodução da força de trabalho, seja nos elementos do capital constante. Mas ambas implicam na depreciação do capital existente e ambas as coisas ocorrem em paralelo com a diminuição do capital variável em relação ao capital constante. Ambas condicionam a diminuição da taxa de lucro e ambas a amortizam. Além disso, na medida em que o aumento da taxa de lucro se traduz no aumento da demanda de trabalho, ele influi no aumento da população operária e, portanto, do material explorável que converte o capital em tal capital.

Mas, indiretamente, o desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho contribui para o aumento do valor capital existente, já que aumenta a massa e a variedade dos valores de uso em que se materializa o mesmo valor de troca e que constituem o substrato material, os elementos objetivos do capital, os objetos materiais que formam diretamente o capital constante e, indiretamente ao menos, o capital variável. Com o mesmo capital e o mesmo trabalho se adquire mais coisas que, independentemente de seu valor de troca, podem se converter em capital. Coisas que podem servir para absorver trabalho adicional e, portanto, trabalho adicional excedente, criando deste modo capital adicional. A massa de trabalho de que o capital pode dispor não depende de seu valor, e sim da massa de matérias-primas e matérias auxiliares, da maquinaria e dos elementos do capital fixo, dos meios de subsistência que formam esse capital, qualquer que seja seu valor. Ao se aumentar desse modo a massa de trabalho empregado, incluindo também o trabalho excedente, aumenta também o valor do capital reproduzido e da mais-valia nova a ele incorporada.

Mas estes dois fatores que estão implícitos no processo da acumulação não devem ser considerados simplesmente em sua posição subjacente, como faz Ricardo; há neles uma contradição, que se manifesta em uma série de tendências e fenômenos contraditórios. Estes dois fatores antagônicos entre si atuam, ao mesmo tempo, um contra o outro.

Ao mesmo tempo em que os impulsos de aumento real da população operária procedentes do aumento da parte do produto total da sociedade que atua como capital, entram em jogo os fatores que criam uma superpopulação simplesmente relativa.

Ao mesmo tempo em que diminui a taxa de lucro, aumenta a massa dos capitais e, junto com isso, desenvolve-se uma depreciação do capital existente que contém essa diminuição, imprimindo um impulso acelerado à acumulação do valor capital.

Ao mesmo tempo em que se desenvolve a capacidade produtiva, se desenvolve também a composição mais alta do capital, a diminuição relativa do capital variável em relação ao constante.

Estas diversas influências se fazem valer também simultaneamente dentro do espaço ou também sucessivamente no tempo; o conflito entre estes dois fatores em luta abre-se periodicamente na forma de crise. A crise são sempre soluções violentas puramente momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem temporariamente o equilíbrio rompido.

A contradição, expressa em termos muito gerais, consiste em que, de um lado, o regime capitalista de produção tende ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, prescindindo-se do valor e da mais-valia implícita nele e prescindindo-se também das condições sociais dentro das quais se desenvolve a produção capitalista, enquanto que, de outro lado, tem como objetivo a conservação do valor-capital existente e sua valorização ao máximo (isto é, o incremento constantemente acelerado deste valor. Seu caráter específico versa sobre o valor-capital existente como meio para a maior valorização possível deste valor). Os métodos por meio dos quais consegue isto incluem a diminuição da taxa de lucro, a depreciação do capital existente e o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho ao custo das forças produtivas já produzidas.

A depreciação periódica do capital existente, que constitui um meio inerente ao regime capitalista de produção, destinado a conter a queda da taxa de lucro e a acelerar a acumulação do valor-capital mediante a criação de capital novo, vem para perturbar as condições dadas em que se desenvolve o processo de circulação e reprodução do capital e, portanto, vem acompanhada de súbitas paralisações e crises do processo de produção.

A redução relativa do capital variável em relação ao constante, em paralelo com o desenvolvimento das forças produtivas, serve de estímulo ao crescimento da população operária, criando constantemente uma superpopulação artificial. A acumulação do capital, considerada quanto ao valor, é amortizada pela taxa decrescente de lucro para acelerar mais ainda a acumulação do valor de uso, enquanto que esta imprime, por sua vez, novo impulso para a acumulação, considerada quanto ao valor.

A produção capitalista aspira constantemente a superar estes limites inerentes a ela, mas só pode superá-los recorrendo a meios que voltam a erguer perante ela estes mesmos limites com força ainda maior.

O *verdadeiro limite* da produção capitalista é o *próprio capital*, o fato de que, nela, são o capital e sua própria valorização o que constitui o ponto de partida e a meta, o motivo e o fim da produção; o fato de que aqui a produção só é produção para o *capital* e não, ao contrário, para os meios de produção, simples meios para ampliar cada vez mais a estrutura do processo de vida da *sociedade* dos produtores. Disto resulta que os limites dentro dos quais devem se mover a conservação e valorização do valor-capital, as quais apóiam-se na expropriação e pauperização das grandes massas dos produtores, se choquem constantemente com os métodos de produção que o capital se vê obrigado a empregar para conseguir seus fins e que tendem ao aumento ilimitado da produção, à produção pela própria produção, ao desenvolvimento incondicional das forças sociais produtivas do trabalho. O meio empregado – desenvolvimento incondicional das forças sociais produtivas – choca-se constantemente com o fim perseguido, que é um fim limitado: a valorização do capital existente. Em conseqüência, se o regime capitalista de produção constitui um meio histórico para desenvolver a capacidade produtiva material e criar o mercado mundial correspondente, abarca ao mesmo tempo uma contradição constante entre esta missão histórica e as condições sociais de produção próprias deste regime.

3. Excesso de capital e excesso de população

Ao se diminuir a taxa de lucro, aumenta o mínimo de capital que cada capitalista precisa manusear para poder dar um emprego a seu trabalho; isto é, tanto para sua exploração em geral como para que o tempo de trabalho empregado seja precisamente o tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias, para que não exceda a médio de tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. E, ao mesmo tempo, um grande capital com uma taxa de lucro pequena acumula mais rapidamente que um capital pequeno com uma taxa de lucro grande. E esta concentração crescente provoca, por sua vez, ao se chegar a um certo nível, uma nova redução da taxa de lucro. A massa dos pequenos capitais desperdiçados vê-se empurrada deste modo ao caminho da aventura: especulação, combinações turvas com base em créditos, manejos especulativos com ações, crises. A chamada abundância de capital refere-se sempre, essencialmente, à abundância de capital quando a queda da taxa de lucro não se vê compensada por sua massa – e estes são sempre os expoentes de capital recentes, de criação nova – ou à abundância que estes capitais incapazes de desenvolver uma ação própria põem, em forma de crédito, à disposição dos dirigentes dos grandes setores comerciais. Esta abundância de capital corresponde às mesmas causas que provocam uma superpopulação relativa e constitui, portanto, um fenômeno complementar desta, embora movam-se em pólos contrários: um, o do capital ocioso, e outro, o da população operária desocupada.

A superprodução de capital, não de mercadorias soltas – embora a superprodução de capital implique sempre superprodução de mercadorias – não indica, portanto, outra coisa do que a superacumulação de

capital. Para compreender o que é esta superacumulação (cuja investigação mais aprofundada abordaremos mais adiante), basta enfoca-la em termos absolutos. Quando teremos uma superprodução absoluta de capital? Uma superprodução que não se refira somente a um setor ou a uns poucos setores importantes da produção, mas que seja também absoluta por seu volume, isto é, que abarque os ramos da produção em sua totalidade?

Existirá uma superprodução absoluta de capital assim que o capital adicional para os fins da produção capitalista seja = 0. A finalidade da produção capitalista é, como sabemos, a valorização do capital, isto é, a apropriação do trabalho excedente, a produção de mais-valia, de lucro. Por isso, assim que o capital aumentar em relação à população operária em proporções tais que já não é mais possível nem aumentar o tempo absoluto de trabalho prestado por essa população, nem ampliar o tempo relativo de trabalho excedente (além disso, esta opção não seria viável caso a demanda de trabalho fosse igualmente forte, isto é, se predominasse a tendência ao aumento dos salários), isto é, logo que o capital acrescentado só produzir a mesma massa de mais-valia ou inclusive menos do que antes de seu aumento, ocorreria uma superprodução absoluta de capital; isto é, o capital acrescentado $C + \Delta C$ não produziria mais lucro, mas inclusive talvez menos do que o capital C antes de ser adicionado com ΔC . Em ambos os casos, se produziria também uma forte e súbita queda da taxa geral de lucro, mas desta vez em razão de uma mudança operada na composição do capital que não é devida ao desenvolvimento da capacidade produtiva, mas sim a uma alta do valor do dinheiro do capital variável (em consequência da alta nos salários) e ao correspondente sossego na relação proporcional entre o trabalho excedente e o trabalho necessário.

Na realidade, a questão se apresentaria de tal modo, que uma parte do capital ficaria total ou parcialmente ociosa (pois para poder se valorizar de algum modo teria desalojar de sua posição um capital já em funcionamento) e a outra parte se valorizaria a uma taxa de lucro mais baixa por efeito da pressão do capital ocioso ou apenas meio-ocupado. E, deste ponto de vista, seria indiferente que uma parte do capital adicional viesse a substituir o capital antigo, passando este, com isto, a ocupar um posto entre o capital adicional. Apesar disso, sempre teríamos, de um lado, a soma de capital antigo, e de outro lado a soma adicional. A queda da taxa de lucro seria acompanhada aqui por uma diminuição absoluta da massa de lucro, já que, segundo os nossos pressupostos, a massa da força de trabalho empregada não aumenta, e cresce muito menos a taxa de mais-valia, com o que tampouco pode crescer a massa desta. E a massa reduzida de lucro teria que ser calculada com base a um capital total acrescentado. Mas, ainda supondo que o capital ativo continuasse a se valorizar com base na antiga taxa de lucro e que, portanto, a massa de lucro continuasse sendo a mesma, isto seria calculado apesar de tudo com base em um capital total acrescentado, o que implica também uma redução da taxa de lucro. Se um capital total de 1.000 emitisse um lucro de 100 e depois de aumentar para 1500 continuasse emitindo o mesmo lucro de 100, o lucro correspondente a 1000 ficará reduzido, no segundo caso, a $66 \frac{2}{3}$. A valorização do capital antigo terá diminuído, portanto, em termos absolutos. O capital = 1000 não emitirá na nova situação lucro maior do que antes emitiria um capital = $666 \frac{2}{3}$.

Mas é evidente que esta depreciação efetiva do antigo capital não pode realizar-se sem luta, que o capital adicional de C não pode impor-se como capital em funcionamento sem luta. A taxa de lucro não diminuirá sem concorrência pelo mero fato da superprodução de capital, mas sim pelo contrário: a luta da concorrência se desenrolará agora, pois a queda da taxa de lucro e a superprodução de capital obedecem às mesmas causas. A parte ΔC que se encontra em mãos dos antigos capitalistas em atividade será por isso deixada mais ou menos ociosa, para não depreciar por sua causa seu capital original e não reduzir o lugar que esta ocupa dentro do campo da produção, a menos que decidam empregá-la para deslocar, embora ao custo de uma perda momentânea, a ociosidade do capital adicional para os novos intrusos e para seus competidores em geral.

A parte de ΔC que se encontra em novas mãos procurará ocupar seu posto ao custo do capital antigo e em parte o conseguirá condenando à ociosidade uma parte deste, obrigando-lhe a ceder os postos que ocupava e inclusive a ocupar o posto correspondente ao capital adicional total ou parcialmente ocioso.

De qualquer modo, sempre ficará necessariamente ociosa uma parte do antigo capital, ocioso em sua função de capital, na medida em que há de funcionar como tal capital e se valorizar. Que parte concreta dele ficará ociosa, é o que tem que decidir a luta da concorrência. Enquanto as coisas vão bem, a concorrência atua, como vimos ao estudar a nivelção da taxa geral de lucro, como uma irmandade prática da classe capitalista, entre a qual o botim comum é distribuído coletivamente, em proporção com a quantia empregada por cada um no negócio. Mas quando precisamente já não se trata da repartição dos lucros, mas das perdas, cada um procura reduzir na medida do possível a parte alíquota que lhes corresponde, para lançá-la aos demais. As perdas são

inevitáveis para a classe em seu conjunto. Mas que parte delas cada capitalista deve suportar? Isso é decidido pela força e pela astúcia; aqui, a concorrência se converte em uma luta entre irmãos inimigos. A partir deste momento se impõe o antagonismo entre o interesse de cada capitalista individual e o da classe capitalista em seu conjunto, do mesmo modo que antes a identidade deste interesses abria caminho praticamente através da concorrência.

Então, como se aplanarão estas novas diferenças e se imporão de novo as condições correspondentes a um desenvolvimento “são” da produção capitalista? O caminho da compensação já está implícito no mero enunciado do conflito que se trata de aplanar. Este caminho inclui a imobilização e inclusive a anulação parcial de capital até que se cubra o montante de todo o capital adicional C ou, pelo menos, uma parte dele. Sem dúvida, como já se deduz da exposição do próprio conflito, a repartição destas perdas não é de modo algum estabelecido por igual entre os diversos capitais individuais, mas é decidida em uma luta de concorrência, na qual, segundo as vantagens especiais ou as posições já adquiridas, as perdas são repartidas de um modo muito desigual e de forma muito distinta, fazendo com que uns capitais se paralitem, que outros se destruam, que outros experimentem uma perda simplesmente relativa ou uma depreciação puramente transitória etc.

Mas, em todo caso, o equilíbrio será restabelecido mediante a imobilização e inclusive a destruição de capital em maior ou menor proporção. E isso se estenderá em parte para a substância material do capital; isto é, que uma parte dos meios de produção, do material fixo e circulante, deixará de funcionar, de atuar como capital; uma parte das empresas de produção postas em marcha será paralisada. E, neste aspecto, o tempo afeta e prejudica a todos os meios de produção de um modo muito mais real e mais forte. Sem dúvida, o efeito fundamental, neste sentido, é o que consiste em que eles deixam de funcionar como meios de produção, que fiquem anulados em tal função por um período mais ou menos longo.

A destruição principal e a de caráter mais agudo, quando se trata do capital dotado da propriedade de valor, é a que se refere aos *valores do capital*. A parte do valor-capital que apresenta meramente a forma de um direito de participar na futura mais-valia, no futuro lucro, que não é, na realidade, mais que um simples título de crédito sobre a produção sob as suas mais diversas formas, fica imediatamente depreciada com a diminuição dos ingressos com base nos quais é calculada. Uma parte do ouro e da prata constantes fica imobilizada, não funciona como capital. Uma parte das mercadorias que figuram no mercado só pode efetuar seu processo de circulação e reprodução mediante uma contração enorme de seus preços, isto é, mediante a depreciação do capital que representa. Também ficam mais ou menos depreciados os elementos do capital fixo. A isto há de se acrescentar certas condições de preços consideradas como pressupostas e que condicionam o processo de reprodução, com o que este fica paralisado e envolvido pela queda geral dos preços. Esta perturbação e paralisação afeta a função do dinheiro como meio de pagamento, função que se desenvolve junto com o capital e que se baseia naquelas condições dos preços de cujo pressuposto se parte, interrompe em cem lugares distintos a cadeia das obrigações de pagamento em determinados prazos, agudiza-se ainda mais a bancarrota do sistema de crédito que se desenvolve simultaneamente com o capital e leva deste modo a agudas e violentas crises, a súbitas e profundas depreciações e a uma perturbação e paralisação reais do processo de reprodução, que determinam o conseqüente declínio desta.

Mas, ao mesmo tempo, entrarão em jogo outros fatores. A paralisação da produção deixará ociosa uma parte da classe operária e, com isso, a parte que trabalha se verá colocada em condições em que não terá mais remédio senão aceitar uma redução dos salários, inclusive abaixo do nível médio; operação esta que tem para o capital exatamente os mesmos efeitos que, mantendo-se o nível médio dos salários, o aumento da mais-valia absoluta ou relativa. As épocas de prosperidade favorecem os matrimônios entre os operários e contêm a tendência à diminuição de sua população, circunstâncias estas que – embora possam significar um aumento real de população – não implicam em um aumento da população que realmente trabalha mas que, em relação aos operários e ao capital, surtem exatamente os mesmos efeitos que um aumento no número de operários em atividade. A queda dos preços e a luta da concorrência servem, além disso, de estímulo a cada capitalista para aumentar o valor individual de seu produto total por cima de seu valor geral mediante o emprego de novas máquinas, de novos métodos de trabalho aperfeiçoados e de novas combinações, isto é, fazendo com que diminua a proporção do capital variável em relação ao constante e deixando com isso excedente uma parte dos operários, em uma palavra, criando uma superpopulação artificial. Além disso, a depreciação dos elementos do capital constante será, por sua vez, um fator que levará implícita a elevação da taxa de lucro. A massa do capital constante empregado aumentará em relação ao capital variável, mas o valor desta massa poderá diminuir

apesar disso. A paralisação da produção assim operada preparará uma ampliação posterior da produção dentro dos próprios limites do capitalismo.

Deste modo, o círculo será completado mais uma vez. Uma parte do capital, depreciada pela paralisação de seu funcionamento, recobrará seu antigo valor. Além disso, ao se aumentar as condições de produção, ao se ampliar o mercado e aumentar a capacidade produtiva, será reiniciado o mesmo círculo vicioso de antes.

Mais, ainda sob esta suposição extrema da qual partimos, a superprodução absoluta de capital não é nenhuma superprodução absoluta em geral, nenhuma superprodução absoluta de meios de produção. É, simplesmente, uma superprodução de meios de produção enquanto se destinam a *funcionar como capital* e, portanto – em proporção ao seu valor, aumentado ao se aumentar sua massa – a incluir uma valorização desta valor, a produzir um valor adicional.

Mas será, apesar de tudo, superprodução, porque o capital não se encontrará em condições de explorar o trabalho em um grau de exploração condicionado pelo desenvolvimento “são, normal” do processo de exploração capitalista, em um grau de exploração que aumenta, pelo menos, a massa do lucro com a massa crescente do capital empregado; que exclui, portanto, que a taxa de lucro diminua na mesma medida em que aumenta o capital e inclusive em que a taxa de lucro diminua mais rapidamente do que o capital aumenta.

Superprodução de capital não significa nada senão superprodução de meios de produção – meios de trabalho e subsistência – suscetíveis de funcionar como capital, isto é, de serem empregados para explorar o trabalho até um certo grau de exploração, já que a redução deste grau de exploração abaixo de certo limite produz perturbações e paralisações do processo de produção capitalista, crise e destruição de capital. Não constitui contradição alguma que esta superprodução de capital seja acompanhada de uma superpopulação relativa mais ou menos grande. Os mesmos fatores que elevam a capacidade produtiva do trabalho, que aumentam a massa dos produtos-mercadorias, que ampliam os mercados, que aceleram a acumulação de capital tanto quanto em relação à massa quanto em relação ao valor, e que reduzem a taxa de lucro, criaram e criam constantemente uma superpopulação relativa, uma superpopulação de operários que o capital excedente não emprega pelo baixo grau de exploração do trabalho que teria ao emprega-los ou, ao menos, pela taxa de lucros baixa que seria obtida por este grau de exploração.

Quando se envia capital ao estrangeiro, não é porque este capital não encontre, em termos absolutos, ocupação dentro do país. É porque no estrangeiro pode se investir com uma taxa mais alta de lucro. Mas esse capital é, em termos absolutos, capital excedente em relação à população operária ativa e ao país a que se refere em geral. Existe como tal junto à população relativamente excedente, e isso é um exemplo de como ambos existem um ao lado da outra e se condicionam mutuamente.

De outro lado, a queda da taxa de lucro que anda junto com a acumulação provoca necessariamente uma luta de concorrência. A compensação da queda da taxa de lucro mediante a crescente massa desta só é verdade para o capital total da sociedade e para os grandes capitalistas, solidamente instaurados. O novo capital adicional que atua por conta própria não encontra semelhantes condições de substituição, deve começar conquistando-as, e assim como a queda da taxa de lucro provoca a concorrência entre os capitalistas, e não ao contrário. É certo que essa luta pela concorrência é acompanhada pela alta transitória dos salários e pela nova queda temporal da taxa de lucro que dela se deriva. E o mesmo ocorre no tocante à superprodução de mercadorias, ao abarrotamento dos mercados. Como a finalidade do capital não é satisfazer necessidades, mas produzir lucro, e como só pode conseguir essa finalidade mediante métodos que ajustam a massa do produzido à escala da produção, e não o contrário, devem surgir constante e obrigatoriamente dissonâncias entre as proporções limitadas do consumo sob bases capitalistas e uma produção que tende constantemente a ultrapassar este limite inerente. Além disso, o capital está formado por mercadorias, razão pela qual a superprodução do capital envolve também a superprodução de mercadorias. E aqui temos o curioso fenômeno de que os mesmos economistas que negam a superprodução de mercadorias reconhecem a do capital. E diz-se que este fenômeno não é precisamente um fenômeno de superprodução, mas de desproporção dentro dos diferentes ramos de produção, e isto significa simplesmente que dentro da produção capitalista a proporcionalidade dos distintos ramos de produção aparece como um processo constante derivado da desproporcionalidade, desde o momento em que o travamento da produção em seu conjunto impõe-se aqui aos agentes da produção como uma lei cega e não como uma lei compreendida e, portanto, dominada por sua inteligência coletiva, que submeta ao seu controle comum o processo de produção. Com isso se exige, além disso, que os países em que o regime capitalista de produção não se desenvolve consumam e produzam no

grau que convenha aos países de produção capitalista. Diz-se que a superprodução é puramente relativa, e é uma afirmação absolutamente exata; mas o mesmo pode ser dito de todo o regime capitalista de produção: também esse, em seu conjunto, não é mais do que um regime de produção relativo, cujos limites não são absolutos, embora sejam para ele e sua base. De outro modo, como explicar que não haja demanda destas mesmas mercadorias de que carece a massa do povo e que seja necessário buscar uma saída para elas no estrangeiro, em mercados distantes, para poder pagar aos operários do próprio país a média dos meios de subsistência de primeira necessidade? Porque apenas dentro desta conexão específica, capitalista, o produto excedente adquire uma forma em que seu possuidor precise que volte a converter-se para ele em capital para poder coloca-lo à disposição do consumo. Por último, se for dito que os capitalistas só têm que trocar entre si e consumir mercadorias, se perde de vista o caráter da produção capitalista em seu conjunto e se esquece que o fundamental para ela é a valorização do capital e não seu consumo. Em uma palavra, todas as objeções que se faz contra os fenômenos tangíveis da superprodução (fenômenos que não se preocupam em nada com tais objeções) tendem a afirmar que os limites da produção *capitalista* não são limites da *produção em geral*, e nem, portanto, desta forma específica, capitalista, de produção. Mas a contradição inerente a este regime de produção capitalista consiste precisamente em sua tendência a desenvolver de um modo absoluta as *forças* produtivas, tendência que se choca constantemente com as *condições* específicas de produção dentro das quais o capital se move e tem necessariamente que se mover. Não é que se produzam demasiados meios de subsistência em relação à população existente. Ao contrário. O que realmente ocorre é que se produzem pouco para sustentar decorosa e humanamente a população.

Não é que se produzam demasiados meios de produção para dar ocupação à parcela da população capaz de trabalhar. Ao contrário. Em primeiro lugar, se produz uma parte excessivamente grande da população que na realidade não se encontra em condições de trabalhar e que tem que viver de explorar o trabalho de outros ou de trabalhos que não podem ser considerados como tais dentro de um mísero sistema de produção. Em segundo lugar, não se produzem bastante meios de produção para que toda a população capaz de trabalhar trabalhe nas condições mais produtivas, isto é, para que seu tempo absoluto de trabalho seja reduzido pela massa e a efetividade do capital constante que se emprega durante esse tempo de trabalho.

O que ocorre é que se produzem periodicamente demasiados meios de trabalho e demasiados meios de subsistência para poderem ser empregados como meios de exploração dos operários com base em uma determinada taxa de lucro. Produzem-se demasiadas mercadorias para poder realizar e converter em nova capital, nas condições de distribuição e de consumo esboçadas pela produção capitalista, o valor e a mais-valia contidos nelas, isto é, para levar a cabo esse processo sem explosões constantemente repetidas.

Não é que se produza demasiada riqueza. O que ocorre é que periodicamente se produz demasiada riqueza sob suas formas capitalistas, antagônicas.

O limite em que tropeça o regime capitalista de produção manifesta-se assim:

1º Quando o desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho engendra, com a queda da taxa de lucro, uma lei que, ao chegar a um certo ponto, se opõe de modo mais hostil a seu próprio desenvolvimento e que, portanto, deve ser constantemente superada por meio da crise.

2º Quando a apropriação de trabalho não-remunerado e a proporção entre este trabalho não-remunerado e o trabalho materializado em geral ou, dito em termos capitalistas, quando o lucro e a proporção entre esse lucro e o capital empregado, isto é, um certo nível da taxa de lucro sobre a extensão ou a restrição da produção é o que decide, não a proporção entre a produção e as necessidades sociais, mas entre a produção e as necessidades dos homens socialmente progressistas. Por isso, tropeça em limites ao chegar a um grau de expansão da produção, que em outras condições seria, pelo contrário, absolutamente insuficiente. Paralisa-se não onde o exige a satisfação das necessidades, mas sim onde o exige a produção e realização do lucro.

Se cai a taxa de lucro, vemos que, de um lado, o capital é posto em tensão para que cada capitalista, mediante o emprego de melhores métodos etc., reduza o valor individual de suas diferentes mercadorias abaixo de seu valor médio social, obtendo assim, com base em um preço comercial dado, um lucro extraordinário; e, de outro lado, um movimento de especulação e um tratamento geral a favor da especulação mediante apaixonados ensaios de novos métodos de produção, mediante novos investimentos de capital e novas aventuras para assegurar um lucro extraordinário qualquer, que é independente da média geral e se eleva por cima dela.

A taxa de lucro, isto é, o aumento relativo de capital, é importante, sobretudo, para todos os novos expoentes de capital que se agrupam por sua conta. Logo que a formação de capital caísse exclusivamente nas mãos de uns poucos grandes capitais já estruturados, onde a massa de lucro supera a taxa desta, extinguiria-se o foro animado da produção. Esta cairia na inércia. A taxa de lucro é a mola propulsora da produção capitalista, que só produz o que se pode produzir com lucro e na medida em que esse pode ser obtido. Por isso a angústia dos economistas ingleses ante a redução da taxa de lucro. O fato de que a simples possibilidade disso inquieta Ricardo é precisamente o que demonstra sua profunda compreensão das condições em que se desenvolve a produção capitalista. A importância desse autor está precisamente no que alguns lhe reprovam: que, sem se preocupar com “os homens”, analise a produção capitalista fixando-se apenas no desenvolvimento das forças produtivas, qualquer que seja o sacrifício em homens e *valores* de capital que esse desenvolvimento traga consigo. O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é o que constitui a missão histórica e a razão de ser do capital. É precisamente assim que ele cria, sem propô-lo, as condições materiais para uma forma mais elevada de produção. O que inquieta Ricardo é observar que a taxa de lucro, o estímulo da produção capitalista, condição e motor da acumulação, corre perigo pelo próprio desenvolvimento da produção. E a proporção quantitativa é tudo aqui. Há no fundo disso, em geral, algo mais profundo, que Ricardo não faz mais do que intuir. Revela-se aqui, de um modo puramente econômico, isto é, do ponto de vista burguês, dentro dos horizontes da inteligência capitalista, do ponto de vista da própria produção capitalista, seu limite, sua relatividade, o fato de que este tipo de produção não é um regime absoluto, mas sim um regime puramente histórico, um sistema de produção que corresponde a uma certa época limitada de desenvolvimento das condições materiais de produção.

Texto 11: Cap. XXX – Capital Monetário e Capital Real - I

(...)

Em um sistema de produção em que toda a trama do processo de reprodução descansa sobre o crédito, quando este cessa repentinamente e só se admitem os pagamentos em dinheiro, deve produzir-se imediatamente uma crise, uma demanda violenta e tumultuosa dos meios de pagamento. Por isso, à primeira vista, a crise aparece como uma simples crise de crédito e de dinheiro. E na realidade, trata-se apenas da convertibilidade das letras de câmbio em dinheiro. Mas estas letras representam em sua maioria compras e vendas reais, as quais, ao sentir a necessidade de aumentarem de forma ampla, acabam servindo de base para toda a crise. Mas, ao lado disto, há uma massa imensa destas letras, que só representam negócios de especulação, que agora se põem a nu e explodem como bolhas de sabão; além disso, especulações montadas sobre capitais alheios, mas fracassadas; finalmente, capitais-mercadorias depreciadas ou inclusive impossíveis de vender ou um refluxo de capital já irrealizável. E todo esse sistema artificial de aumento violento do processo de reprodução não pode ser remediado, naturalmente, pelo fato de que um banco, o Banco da Inglaterra, por exemplo, entregue aos especuladores, com suas promissórias, o capital que lhes falta e compre todas as mercadorias depreciadas por seus antigos valores nominais. De resto, tudo aqui aparece invertido, pois neste mundo feito de papel não se revelam nunca o preço real e seus fatores, mas apenas barras, dinheiro metálico, promissórias de banco, letras de câmbio, títulos e valores. E esta inversão põe-se em manifesto sobretudo nos centros onde se condensa todo o negócio de dinheiro do país, como ocorre em Londres; todo o processo aparece como algo inexplicável, menos nos próprios centros de produção.

Além disso, no que se refere à superabundância do capital industrial que se revela na crise, há de se observar o seguinte: o capital-mercadoria é por si só, ao mesmo tempo, capital-monetário, isto é, uma determinada soma de valor expressada no preço das mercadorias. Como valor de uso, é uma determinada quantidade de determinados objetos úteis, dos quais existe uma abundância no momento da crise. Mas, como capital -monetário por si só, como capital-monetário potencial, encontra-se submetido a um processo constante de expansão e contração. Às vésperas da crise e já dentro dela, produz-se uma contração do capital-mercadoria em sua qualidade de capital-monetário potencial. Este representa para seu possuidor e os credores deste (assim como também enquanto garantia das letras de câmbio e empréstimos) menos capital-monetário que no momento em que se comprou e em que se celebraram as operações de desconto e as penhoras baseadas nele. Se isso é o que se quer dizer quando se afirma que o capital-monetário de um país diminui nos

tempos de crise, vale tanto como dizer que se baixou os preços das mercadorias. Além disso, essa bancarrota dos preços não faz mais do que compensar sua inflação anterior.

Os ingressos das classes improdutivas e das que vivem de rendas fixas permanecem em sua maior parte estacionários durante a inflação dos preços, que acompanha sempre a superprodução e a superespeculação. Sua capacidade de consumo diminui, portanto, em termos relativos e, com ela, sua capacidade de repor a parte da reprodução total que normalmente deveria ser absorvida para seu consumo. Mesmo que sua demanda permanecesse nominalmente estacionária, na realidade diminuiria.

No que se refere às importações e exportações, deve-se observar que todos os países vêm-se arrastados uns após os outros à crise e que, logo que é evidenciado que todos eles, com pouquíssimas exceções, importaram e exportaram mais que o devido, com o que a *balança de pagamentos é desfavorável para todos* e o problema na realidade não reside, portanto, na própria balança de pagamentos. Por exemplo, a Inglaterra padece de refluxo de ouro. Tem importado demais. Mas, ao mesmo tempo, todos os demais países estão sobrecarregados de mercadorias inglesas. Portanto, também neles se importou em excesso (Claro que existe uma diferença entre o país que exporta a crédito e aqueles que exportam pouco a crédito ou não exportam nada por esse procedimento. Mas também estes importam a crédito; unicamente não ocorre assim nos casos em que as mercadorias são enviadas para eles em consignação). Pode ocorrer que a crise estoure primeiramente na Inglaterra, no país que concede o maior crédito e reclama o crédito menor, porque a balança de pagamentos, a balança dos pagamentos vencidos e que é preciso liquidar imediatamente, vá *contra* a dela, apesar de que a balança comercial geral seja *favorável a ela*. Este último se explica em parte pelo crédito que este país concede e em parte pela massa de capitais emprestados ao estrangeiro, em virtude da qual refluem a ele uma massa de mercadorias, além dos verdadeiros reembolsos comerciais (Mas às vezes a crise se manifesta primeiramente nos Estados Unidos, no país que obtém da Inglaterra a maior parte do crédito comercial e de capitais). O *crack* produzido na Inglaterra, iniciado e acompanhado pelo refluxo de ouro, salda a balança de pagamentos da Inglaterra, em parte pela bancarrota de seus importadores (acerca disso trataremos depois), em parte pelo envio ao estrangeiro, a preços baratos, de uma parte de seu capital-mercadoria, em parte pela venda de títulos e valores estrangeiros e a compra de títulos e valores ingleses etc. Logo, chega a vez de outro país. A balança de pagamentos era, momentaneamente, favorável a ele; mas agora desaparece ou é reduzido por causa da crise o prazo que existia em tempos normais entre a balança de pagamentos e a balança de comércio, e todos os pagamentos devem ser efetivados imediatamente. E volta a repetir-se aqui a mesma história de antes. Na Inglaterra se produz agora um afluxo de ouro e em outro país uma baixa deste. O que em um país aparece como excesso de importações aparece em outro como excesso de exportações e vice-versa. Mas a realidade é que em todos os países se produz um excesso de importações e exportações (e tenha-se em conta que aqui estamos nos referindo à crise geral e não a más colheitas etc.); isto é, superprodução, estimulada pelo crédito e pela inflação geral de preços que o acompanha.

Em 1857 estourou a crise nos Estados Unidos. O refluxo de ouro estendeu-se da Inglaterra para a América do Norte. Mas ao mesmo tempo em que explodiu a inflação nos Estados Unidos produziu-se a crise na Inglaterra e o refluxo de ouro passou daqui para a América do Norte. E o mesmo ocorreu entre a Inglaterra e o continente. A balança de pagamentos, em tempos de crise, é contrária a todo país, pelo menos a todo país comercialmente desenvolvido, mas sempre a um após o outro, como nos incêndios de feixes, logo que for chegando a vez do seu pagamento; e a crise, uma vez tendo estourado, por exemplo, na Inglaterra, condensa em um período muito curto toda a série destes prazos. Então revela-se que todos os países excederam-se ao mesmo tempo nas exportações (isto é, na produção) e nas importações (isto é, no comércio), que em todos eles exageraram-se os preços e forçou-se o crédito. E em todos sobrevém a mesma bancarrota. O fenômeno do refluxo do ouro apresenta-se em todos, um atrás do outro, e demonstra precisamente, por seu caráter geral, 1º que o refluxo do ouro é simplesmente uma manifestação da crise, e não sua causa; 2º que a ordem em que ele se apresenta nos diversos países só indica quando chega a cada um deles o momento de ajustar suas contas com o céu, quando vence nele o prazo das crise e se põem em ação os elementos latentes desta.

É característico dos escritores econômicos ingleses – e a literatura econômica inglesa mais notável desde 1830 reduz-se fundamentalmente a obras sobre *currency*, crédito e crise – considerar a exportação de metais preciosos em tempos de crise, apesar do giro dos câmbios, do ponto de vista da Inglaterra, como um fenômeno puramente nacional, fechando resolutamente os olhos ante o fato de que se seu Banco aumenta o tipo de juro em tempos de crise, todos os demais bancos europeus fazem o mesmo, e não vendo que se hoje eles gritam

aos céus por causa do refluxo de ouro, amanhã se ouvirá esse mesmo grito nos Estados Unidos, e depois de amanhã na Alemanha e França.

Em 1847 “havia de se fazer frente, na Inglaterra, às obrigações em curso” (devidas em grande parte ao trigo). “Desgraçadamente, fez-lhes frente, em grande parte, mediante bancarrota” (A rica Inglaterra dá-se um respiro frente ao continente e aos Estados Unidos mediante a bancarrota). “Na medida em que não foram liquidadas mediante a bancarrota, fez-se frente a elas recorrendo-se à exportação de metais preciosos” (*Report of Committee of Bank Acts, 1857*). Portanto, naquilo que as crises inglesas se vêem agudizadas pela legislação bancária, esta legislação constitui um meio para fraudar, em tempos de fome e penúria, os países exportadores de cereais, primeiro no trigo e depois do dinheiro debitado por ele. Proibir as exportações de trigo nestas épocas, tratando-se de países que adoecem mais ou menos de carestia, constitui, assim, um meio muito racional contra esse plano do Banco da Inglaterra de “fazer frente a suas obrigações”. Vale muito mais que os produtores de trigo e os especuladores percam uma parte de seus lucros em benefício de seu país do que não percam seu capital em proveito da Inglaterra.

Do que foi dito se depreende que nas crises e, em geral, nas paralisações dos negócios o capital mercadoria perde em grande parte sua qualidade de capital-monetário potencial. E o mesmo ocorre com o capital fictício, com os títulos e valores rentáveis, na medida em que circulam na Bolsa como capital-monetário. Seu preço baixa a medida que sobe o tipo de juro. Baixa também pela escassez geral de crédito, que obriga seus possuidores a lançá-los em massa ao mercado para conseguir dinheiro. E, finalmente, tratando-se de ações, baixa algumas vezes ao diminuir os rendimentos que dão direito a receber e outras vezes como consequência do caráter especulativo das empresas que com farta frequência representam. Esse capital-monetário fictício diminui enormemente em épocas de crise, e com ele o poder de seus possuidores de obter dinheiro no mercado por conta dele. Sem dúvida, a diminuição da cotação em dinheiro destes títulos e valores nos boletins de cotação não tem nada a ver com o capital real que representam e sim muito a ver com a solvência de seus possuidores.

Referência bibliográfica

- MARX, Karl. O Capital. Livro 1. São Paulo, Ed. Nova Cultural, Coleção Os Economistas, Vols. 1 e 2.
- MARX, Karl. O Capital. Livro 3 in: ROMERO, Daniel (org.) *Marx sobre as crises econômicas no Capitalismo*. São Paulo, Ed. Sundermann, 2009.
- MANDEL, Ernest. El Capital. 100 años de controversia en torno a la obra de Karl Marx. Ed. Siglo XXI, México.